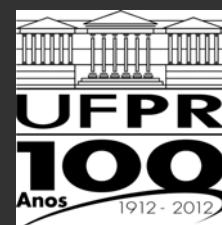


CADERNO DE RESUMOS

Monografias de conclusão
do curso de Bacharelado
e Licenciatura em
História da Universidade
Federal do Paraná

2.º SEMESTRE 2012

*Programação das
apresentações e
resumos das
monografias de
conclusão de curso
de Bacharelado e
Licenciatura*



PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA 1

Segunda-feira, 18 de março de 2013

Início às 08:45 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Martha Daisson Hameister (titular), Luiz Carlos Sereza (titular), Antonio Cesar de A. Santos (suplente)

REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER PORTUGUESA NA REVISTA ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA (1906-1909)

Aluna: Luana Carolina Ribeiro

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

HÁ TEMAS UM POUCO MAIS POÉTICOS: CRÍTICA AO GRUPO RUMO

Aluna: Carmem Cardoso Bueno de Camargo

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

ESPIRITUALIDADE, POLÍTICA E TRABALHO – ORGANIZAÇÃO LEIGA NO FINAL DA DÉCADA DE 1990

Aluno: André Souza dos Santos

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

NAZISMO E MISTICISMO ALEMÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Aluno: Tiago Henrique da Luz

Orientador: Dennison de Oliveira

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ARQUITETURA E TECNOLOGIA NO CENÁRIO CULTURAL PARANAENSE

Aluna: Juliana Regina Pereira

Orientador: Dennison de Oliveira

AS RELAÇÕES DO IMPÉRIO BRASILEIRO E O PACÍFICO

Aluno: Felipe Gabriel Branco de Souza

Orientador: Dennison de Oliveira

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA 2

Terça-feira, 19 de março de 2013

Início às 08:45 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Antonio Cesar de A. Santos (titular), Fábio L. Iachtechen (titular), Clóvis Gruner (suplente)

CONCILIAÇÃO ENTRE PODER IMPERIAL E CRISTIANISMO NO CONTRA CELSO DE ORÍGENES, POR VOLTA DE 250 D.C.

Aluna: Erica Patricia Rueda

Orientador: Renan Frighetto

IMITATIO DEUM

A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE PRÍNCIPE NA SÁTIRA OS CÉSARES DE JULIANO, O APÓSTATA (361 - 363 D.C)

Aluna: Daiane da Silva Publio Dias

Orientador: Renan Frighetto

A NOBREZA NO LIVRO DOS ESTADOS DE DON JUAN MANUEL

Aluna: Ana Paula de Castro Marcondes Godoy

Orientadora: Fátima Regina Fernandes Frighetto

UMA PALAVRA VALE MAIS QUE MIL IMAGENS: AS REPRESENTAÇÕES DOS JUDAIZANTES NOS SERMÕES DE AUTOS-DE-FÉ DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA (1612-1620)

Aluno: Luís Fernando Costa Cavalheiro

Orientadora: Martha Daisson Hameister

Co-orientadora: Andréa Carla Doré

UM MUSEU DE ARTE EM CURITIBA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO E A PRIMEIRA GESTÃO DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO PARANÁ (1970-1983), EM MEIO AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE CURITIBA

Aluna: Fernanda Micoski da Costa

Orientadora: Rosane Kaminski

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

BANCA 3

Quinta-feira, 21 de março de 2013

Início às 08:45 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Hector R. Guerra Hernandez (titular), Clóvis Gruner (titular), Martha Daisson Hameister (suplente)

A ESTRADA DO ASSUNGUI: ENTRAVES POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS NA CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO COLONIAL NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Aluna: Ana Carolina Gesser

Orientador: Luiz Geraldo Silva

NEM ESAÚ, NEM JACÓ EM SEUS BONS DIAS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA PASSAGEM DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS (1888-1904)

Aluno: Thiago Evaldo Rosa

Orientador: Luiz Geraldo Silva

TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS EM CURITIBA NO SÉCULO XIX

Aluno: João Guilherme de Paiva

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO PARANÁ PROVINCIAL (1853 – 1876)

Aluna: Angela Caroline Szychowski

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça

A CONSTRUÇÃO DO NOTICIÁRIO: “A REVOLTA DOS MARINHEIROS DE ESQUADRA” SOB O OLHAR DO JORNAL O PAIZ (1893-1910)

Aluno: Fabiano da Silva Camelo

Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima

OS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DA UMBANDA E A VISÃO PLURAL DE SOCIEDADE E DA CIDADANIA NO BRASIL – CURITIBA, FINAL DA DÉCADA DE 1970

Aluna: Jaqueline Soares Baldaia

Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima

RESUMOS BANCA 1

*Segunda-feira, 18
de março de 2013 -
Início: 08:45h
Local: sala 612 -
6.º andar -
DEHIS/UFPR*

REPRESENTAÇÕES SOBRE A MULHER PORTUGUESA NA REVISTA ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA (1906-1909)

Aluna: Luana Carolina Ribeiro

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

Palavras-chave: imigração, gênero e representação

O objeto de estudo desta pesquisa é a revista ‘Ilustração Portuguesa’, a qual circulou em Portugal de 1906 até 1924, e foi publicada pela empresa nacional do jornal ‘O Século’, periódico oitocentista (1881) de assumida filiação republicana. Esta revista, que teve como editor José Joubert Chaves e como fundador Carlos Malheiro Dias, era editada semanalmente e tinha por objetivo retratar a vida social, política, artística, literária esportiva e doméstica da sociedade portuguesa.

É possível afirmar que no campo das revistas ilustradas a ‘Ilustração Portuguesa’, foi o periódico nacional mais inovador na sua época, pelo fato de publicar uma grande quantidade de fotografias acompanhadas de textos curtos. A sua diagramação antecipa, por vezes, a das revistas ilustradas dos anos vinte/trinta.¹

Este periódico teve o papel de destaque que na sociedade portuguesa, pode ser avaliado tendo em vista que “a revista chegou a atingir o número de 24 mil exemplares em 1908, um feito notável em um país que tinha cerca de 5 milhões de habitantes e uma taxa de analfabetismo na ordem dos 80%”.² No entanto, deve-se levar em conta que embora fosse editada em Portugal, a “Ilustração Portuguesa” era distribuída para as colônias portuguesas e também para o Brasil e Espanha. Assim muitas instituições no Brasil, onde a presença de imigrantes portugueses era significativa neste período, recebiam exemplares da revista. A Biblioteca da Sociedade Portuguesa 1º de Dezembro localizada em Curitiba, por exemplo, dispõe de parte da coleção da revista em seu acervo. Atualmente os originais estão disponíveis em diversas bibliotecas brasileiras, além disso, é possível ter acesso à coleção completa da revista através do site Hemeroteca Digital.

Além de ser enviada para o Brasil, a revista, dentro do período analisado, apresenta várias referências ao país, como por exemplo um anúncio da sociedade de seguros mútuos sobre a vida “A equitativa dos Estados Unidos do Brasil”, cuja sede social ficava no Rio de Janeiro, além deste anúncio este que se repete com frequência, era comum a publicação de matérias relacionadas a política brasileira. Estas referências podem ser utilizadas para compreender que havia um público leitor da revista no Brasil, esses leitores em sua grande maioria eram imigrantes portugueses. Nesta perspectiva é possível questionar de que maneira os editores da “Ilustração Portuguesa” pretendiam atingir o público brasileiro e se tinham intenções de projetar uma nacionalidade portuguesa entre a comunidade imigrante.

No que diz respeito ao aspecto formal, os exemplares da Ilustração possuem em média 32 a 36 páginas, contendo matérias carregadas de muitas imagens, sobre assuntos bem diversificados.

É interessante notar que embora as matérias em geral fossem direcionadas aos indivíduos de uma classe mais elevada, localizada ao Sul do país, percebe-se que há uma tendência em retratar características da população mais ao Norte. Pode-se observar a partir desta constatação a existência de um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a revista era voltada para uma elite que tendia a se tornar cada vez mais cosmopolita, ela procurava

¹ SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo Ocidental**. Porto. 1998. p. 220

² LOUSADA, Maria Alexandre. **Cidades de província e cultura provinciana**: a construção das identidades urbanas entre os finais do século XIX e a alvorada do século XX – XII Colóquio Ibérico de Geografia, outubro 2000 – p.2.

ressaltar características peculiares da região Norte. Deste modo é possível questionar qual era a intenção da revista ao procurar as características da região mais rural e tradicional de Portugal.

Existe uma grande quantidade de imagens das mulheres não só nas capas bem como também no interior da revista. A grande quantidade de imagens exibidas pela revista demonstra a intenção do editor em publicar matérias mais leves e informativas, tendo em vista que a ampliação crescente das técnicas de reprodução de imagem favorecia a utilização da linguagem visual nas revistas semanais. Neste período a circulação de imagens, como ilustrações, gravuras e fotografias aumentaram em uma proporção imensa, “a presença das imagens nas revistas ilustradas era, ao mesmo tempo, um apelo visual e uma garantia de maior abrangência de público”³.

É interessante salientar que este tipo de publicação não foi um caso isolado que se deu em Portugal, mas que revistas de assuntos diversos, de caráter informativo e com muitas ilustrações foram um fenômeno que pode ser observado em vários países não só da Europa, mas também na América, entre fins do século XIX e início do XX, motivo pelo qual muitas destas revistas também recebiam o título de Ilustração.

A análise do conteúdo da revista mostra que a maioria das matérias tinha como principal público os homens da sociedade portuguesa, no entanto foram encontradas várias matérias destacando os diferentes perfis da mulher portuguesa e os diferentes papéis por elas exercidos no âmbito da esfera pública e privada. Além das matérias que procuram de alguma forma caracterizar a mulher portuguesa, existe também alguns assuntos da revista que são destinados exclusivamente ao público feminino como imagens das últimas tendências da moda inspirados nos modelos franceses. Além disso, a revista traz anúncios publicitários que, em sua grande maioria, apresentam artigos relacionados a produtos de beleza e higiene desde ao creme dental até a sustentação dos seios, foram encontrados também anúncios de produtos alimentícios inclusive atribuindo à mulher a responsabilidade pela manutenção da saúde dos membros de sua família. Um destes anúncios refere-se a um livro intitulado *O livro de Ouro da Mulher* que discute questões de higiene e praticas de medicina familiar utilizadas em contratempos com a saúde no dia a dia.

Também destinada ao público feminino era a coluna chamada “A história das coisas frívolas” que privilegiava textos relacionados à história do penteado, do véu e da sombrinha entre outros. Chama a atenção a matéria intitulada 'A História do véu' escrita por uma mulher que menciona o fato de que a história do véu talvez não fosse tão frívola como podia parecer à primeira vista, pois se podem compreender através dela elementos da cultura de várias sociedades.

Ao encontrar esse tipo de publicação direcionada ao público feminino, pode-se entender que os editores da revista, apesar de considerarem o homem como principal público alvo na medida em que cabia a ele adquirir o periódico, consideravam a mulher como uma leitora em potencial. Esta abordagem direcionada ao universo feminino constitui o enfoque principal desta pesquisa, a qual pretende abordar a partir destas matérias os temas imigração, cultura e identidade e assim analisar quais as representações a respeito das mulheres portuguesas que a revista tinha a intenção de apresentar.

Para efeito de análise optou-se por realizar um recorte temporal o qual privilegiou os anos entre 1906 e 1909. Este espaço temporal foi escolhido primeiramente por tratar-se dos

³ KAMINSKI, Rosane. **A formação de juízos de gosto:** Revistas ilustradas em Curitiba (1900-1920). Artigo integrante do projeto: Características históricas e estéticas das revistas publicadas em Curitiba no começo do século XX. p. 2672

quatro primeiros anos da revista, sendo possível observar quais eram as diretrizes gerais do periódico no início de sua publicação. Outro motivo que contribuiu para esta escolha foi o fato de ser este período da revista correspondente ao contexto que antecede a república. A partir deste recorte buscou-se, compreender qual era o discurso apresentado pela revista em relação às mulheres portuguesas nestes anos finais do período monárquico.

Sendo as revistas, consideradas fontes impressas literárias para o campo da história, é de fundamental importância discutir estes aspectos a partir dos seus respectivos estudos teórico-metodológicos. Faz-se necessário atentar para o fato de que a revista ‘Ilustração Portuguesa’ estava atrelada ao jornal português ‘O Século’ e sendo também a própria revista um meio de comunicação impresso é inegável a alta relevância dos estudos que abordam a relação entre história e a imprensa para a presente pesquisa.

No campo da história podemos perceber que a utilização de materiais da imprensa está cada vez mais recorrente como material de pesquisa para os mais diversos temas e problemáticas, quebrando assim o paradigma criado, em um momento de perspectiva mais positivista da história, de que a imprensa era uma fonte suspeita pelo fato de apresentar problemas de credibilidade⁴. Portanto, inserida neste espaço de diálogo com fontes diferenciadas e atentando para as especificidades de sua categoria que esta pesquisa se insere.

Ao trabalhar com as imagens da figura feminina representada pela revista se faz necessário compreender o significado do conceito de representação, é definido por Chartier como sendo: “*instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é*”⁵

Outra definição de representação semelhante a de Chartier pois também destaca a idéia de substituição é a de Pesavento, segundo a autora “*representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença.*”⁶ É a partir da abordagem destes autores sobre o conceito de representação que esta pesquisa foi estruturada.

Outro conceito de extrema relevância neste trabalho, que procura discutir as representações existentes sobre as mulheres em uma determinada sociedade, é o conceito de gênero, pois a partir da perspectiva da autora Joan Scott “*Os estudos de gênero trazem uma nova perspectiva para o estudo das mulheres, pois não abordam a mulher de forma isolada e rejeitam o estudo de esferas separadas e a dissociação dos sexos*”⁷ Deste modo, como postula Joan Scott, “*as questões relativas à temática gênero são uma categoria útil para a história como um todo e não apenas à história das mulheres.*”⁸ Entende-se que há uma heterogeneidade de modelos femininos decorrentes das relações de poder, portanto o estudo das mulheres é problematizado a partir destes elementos que variam de sociedade para sociedade.

Após a análise cuidadosa das matérias, que tratavam do universo feminino, foi possível perceber que as representações elaboradas pela revista ‘Ilustração Portuguesa’

⁴ CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa in: **Projeto História**, São Paulo, nº35 p. 253-270, 2007

⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural** - Entre Práticas e Representações. tradução de Maria Manuela Galhardo. -Rio de Janeiro : Bertrand Brasil ; 1990. – p. 20.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 40.

⁷ SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 19.

⁸ SCOTT, Joan W. op. cit. p. 4.

contemplam uma heterogeneidade de modelos femininos, sendo que entre eles estão bem delineados o modelo da mulher popular e o da mulher de elite e é partindo desta dicotomia que a revista constrói a imagem de que cabe a estas mulheres populares, que viviam na região Norte do país, o papel de manterem vivas as tradições e peculiaridades portuguesas, zelando, assim, pela identidade nacional de Portugal, identidade esta que estaria, segundo o discurso apresentado pela revista, se perdendo devido ao processo de padronização impulsionado pelas elites concentradas na região Sul.

Este discurso, que delega à mulher do Norte a tarefa de conservar os valores nacionais, pode ser entendido como uma tentativa da revista de preservar os valores nacionais nos portugueses, sobretudo entre os emigrantes, tendo em vista que a região Norte era responsável pelo maior índice de indivíduos que saíam do país neste período. A idéia era de que as mulheres transferissem estes valores aos seus filhos, de modo que mesmo saindo de Portugal conservariam as tradições locais.

Outro ponto bastante abordado pela revista nas matérias analisadas diz respeito aos limites da liberdade feminina em Portugal. Para tratar desta temática a revista apresenta reportagens sobre mulheres de outras nacionalidades, descrevendo seu papel na sociedade. Pode-se concluir a partir da análise das matérias focadas neste assunto que a revista entendia que a liberdade feminina era um processo que estava em um estágio bem mais avançado em outros países e que seria interessante para Portugal tomá-los como exemplo, considerando, portanto, que deveria haver um processo de conscientização a respeito da condição da mulher em relação ao homem e à sociedade em Portugal, para que o país chegasse ao nível de civilização dos modelos americanos e franceses.

Por fim, é interessante ressaltar que a expansão do conceito de fontes proporcionado pela Nova História Cultural, tratando a literatura como fonte histórica, ampliou os horizontes dos historiadores, principalmente aqueles que focam suas pesquisas em elementos sociais e culturais das relações humanas, pois a utilização deste material permite ao historiador apreender elementos de um universo sócio cultural a partir de uma fonte repleta de representações e significações permitindo novas formulações, abordagens e questionamentos sobre os padrões estabelecidos. Deste modo este trabalho pretendeu contribuir para a construção do conhecimento histórico que antecedeu o período republicano português através de fontes desta natureza.

HÁ TEMAS UM POUCO MAIS POÉTICOS: CRÍTICA AO GRUPO RUMO

Aluna: Carmem Cardoso Bueno de Camargo

Orientadora: Prof^a Dr^a Karina Kosicki Bellotti

Palavras-chave: Música popular brasileira, Vanguarda paulista, Crítica

Esta monografia investiga a produção de música brasileira independente desde meados da década de 70 até o começo da década de 90 do século XX, estabelecendo uma conexão entre o grupo de artistas da Vanguarda Paulista e a concepção de linha evolutiva da MPB, explorada por Augusto de Campos. Tentaremos comprovar que esta relação era clara para a crítica especializada do período. Para isso, usaremos como fontes as críticas publicadas em jornais de grande circulação – como *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* – e em revistas – como *Veja*, *Istoé* e *SomTrês* – aos discos lançados pelo *Grupo Rumo* (1974-1992), exemplar da produção independente daquele momento.

A escolha da música popular brasileira como objeto de estudo tem sido bastante frequente no âmbito acadêmico, muitas vezes com o objetivo de traçar um histórico mais preciso da cena musical entre o final do século XIX e o início do século XX¹. Este trabalho é consideravelmente mais específico e não tem intenções de desenvolver ideias sobre a gênese da música brasileira, mas fará uso de termos e conceitos que fizeram parte da crítica e do pensamento musical.

No primeiro capítulo, situamos a produção independente no Brasil e a relacionamos ao contexto do grupo. A produção independente de música no Brasil é tão antiga quanto a tecnologia que permitiu gravações, no início do século XX, tendo em vista a existência pouco expressiva de gravadoras profissionais naquele período. Por isso, durante as décadas de 1920 e 1930, a produção fonográfica era mais difusa, sem a centralização característica de um mercado consolidado – e, mesmo depois da entrada de grandes empresas no setor, as gravadoras menores, locais, mantiveram-se². Assim, durante o processo de profissionalização desse mercado, coexistiram os dois modos de produção, o que tendeu a se alterar com a consolidação das grandes gravadoras como mediadora – considerando que esta indústria seleciona e edita seus produtos – entre os artistas e o público.

Salientamos que utilizamos a noção de *independente* nesse início da indústria fonográfica sabendo que ela significa algo distinto atualmente; nos anos 1920, era a produção de discos próxima do amadorismo, enquanto que hoje a música independente é tida como oposta propositalmente às exigências do mercado.

Com a mudança provocada pelo desenvolvimento tecnológico, durante o fim do século XX, que permite gravar com boa qualidade sem a necessidade de um estúdio altamente aparelhado, mesmo consolidado esse mercado, gravar de forma caseira torna-se uma alternativa mais acessível, e divulgar – de forma limitada – é possível através de páginas pessoais na internet. Chega-se ao ponto em que as gravadoras têm olheiros virtuais para possíveis apostas de inserção no mercado. No entanto, as dificuldades de se tornar conhecido do grande público são, basicamente, as mesmas – mesmo que o meio *mainstream* perceba a importância dessa autopromoção, não chega a selecionar mais artistas do que antes desse processo tecnológico.

Nesse cenário, gravadoras alternativas ainda são viáveis: vários músicos com carreiras consideráveis e produção conhecida – se não do grande público, mas de um

¹ NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990): síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. In: *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n° 13, p. 135-150, Jul.-Dez. 2006.

² Idem. *A síncope das ideias – A questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

público alvo fiel que consome um determinado tipo de música, seja MPB, eletrônica ou rock – se voltam a um selo independente, demonstrando um desejo de diferença, de marcar distinção. O que vários desejam é demonstrar sua posição de menos preocupados com imagem e políticas de promoção, e mais com conteúdo, estética ou ainda questões de mercado específicas que as gravadoras grandes não consideram – como maior acessibilidade aos discos através da redução de custo do produto final, possível graças a redução de intermediários. Tanto, que há muitos que consideram o estabelecimento de uma relação entre originalidade e aceitação do público quase impossível³. Podemos levar em conta os casos de Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso, que depois de uma frutífera carreira *mainstream*, optaram por gravar pela Biscoito Fino, selo independente.

O grupo Rumo, no entanto, atuou antes desta movimentação, e, portanto, não tinha o exemplo de nomes de peso no meio. O que acreditamos é que a formação deste contexto, nos anos 1970 e 1980 foi o antecedente base para que a independência musical tivesse a representatividade que tem hoje.

A compreensão desse contexto passa pela fundação do Teatro Lira Paulistana, realizada em 1979 por Wilson Souto Jr., conhecido popularmente como Gordo. O teatro foi um elemento aglutinador, já que artistas desse meio não tinham muitas opções no que diz respeito a locais de apresentação. A localização do teatro, em Pinheiros, foi também importante, pois era uma vizinhança frequentada tanto pelos artistas quanto por seu público, o que ajudou a se formar esta sociabilidade específica e camaradagem entre os artistas, que assistiam aos shows uns dos outros. A partir disso e de outros princípios ideológicos, a imprensa cunhou o termo vanguarda paulista, que utilizamos por uma questão de praticidade⁴.

O caso do grupo Rumo é o que mais nos interessa e sobre o qual falaremos de maneira separada neste momento. Seus integrantes iniciais⁵, de 1974 a 1978, quando ainda eram o Rumo de Música Popular conheceram-se no Colégio Equipe e entraram em contato com outros através da faculdade. É importante lembrar também que estes mesmos ambientes acadêmicos os fizeram entrar em contato com integrantes de outros grupos e outros artistas solo com quem trabalhariam ao longo de sua atuação⁶.

O conceito por trás da banda, assim como sua primeira formação e suas composições, vem de meados dos anos 1970, quando alguns alunos universitários se uniram através do interesse por compositores populares brasileiros dos anos 1930 e pela sonoridade existente na relação entre canto e fala. As reflexões do grupo apontam para o fato de que o intérprete marca a construção melódica de suas canções com pontos de entonação que se aproximam da fala, estabelecendo uma relação com o ouvinte, mas, simultaneamente, posicionando-se em outro nível, através do uso da melodia⁷.

³ “Minha primeira gravação é mais adolescente, ainda com aquela preocupação de se ligar à música popular brasileira. Naquela época, a gente tinha uma certa crença de que a música brasileira poderia ter um horizonte artístico mais relevante, que ela poderia vir a apontar para alguma coisa diferente. Não aconteceu nada. A música popular brasileira foi ficando cada vez mais despersonalizada, sem um programa. Comecei a perceber que não existe espaço para um caminho mais inventivo nessa área da música popular. As pessoas estão preocupadas somente com o mercado.” Entrevista de Arrigo Barnabé coletada por Carlos Calado, retirada do site <http://cliquemusic.uol.com.br/materias/ver/primeiros-discos-de-arrigo-barnabe-voltam-em-cd>, acessado pela última vez em 13/10/2011.

⁴ OLIVEIRA, Laerte Fernandes de. *Em um porão em São Paulo: o Lira Paulistana e a produção alternativa*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

⁵ Paulo e Luiz Tatit, Hélio Ziskind, Zecarlos Ribeiro, Pedro Mourão, Gal Óppido, Geraldo Leite e Akira Ueno eram seus integrantes iniciais, de acordo com o que é dito por Luiz Tatit em entrevista ao MIS (São Paulo, 13, 14 e 15 de junho de 1983, cedida a Antônio Carlos Guimarães).

⁶ OLIVEIRA, Laerte Fernandes de. Op. cit.

⁷ TATIT, Luiz. *O Cancionista: Composição de Canções No Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.

A relação entre passado e presente é frequentemente explorada pelo Rumo tanto através de releituras e versões, como em canções originais, em que o sujeito poético reflete sobre sua posição temporal e sua relação com eventos e sentimentos que ele sequer viveu, o que já nos leva a pensar sobre a sua relação com a ideia de linha evolutiva da MPB, se há algum sentimento de pertença à tradição musical brasileira, que, com o desejo de inovar, toma a forma de um projeto de longo prazo.

No segundo capítulo, optamos por tratar mais especificamente do conceito de linha evolutiva. Como estabelece a bibliografia⁸, sabemos que a expressão *linha evolutiva* relacionada à MPB apareceu, ainda em estado próximo ao bruto, com Caetano Veloso, em entrevista à Revista de Civilização Brasileira⁹. Na entrevista, Veloso se refere ao fato de que a introdução de novos elementos, tanto nos instrumentos como nas composições, não acabam com a tradição da música popular no Brasil. Pelo contrário, essas adições levam ao enriquecimento e desenvolvimento.

Porém, o nome que aprofundou o conceito e estabeleceu um chamado de mudança a partir dele foi Augusto de Campos, em seu volume *Balanço da Bossa*, em que retoma este princípio, fazendo uma defesa da Bossa Nova e de futuras inovações na música brasileira – como seria o caso da Tropicália, em que Caetano Veloso se destacou.

A linha evolutiva se trataria de uma construção que liga o passado ao presente e se projeta até o futuro levando em consideração todos os itens inovadores, os que permaneceram “novos” mesmo após a passagem do tempo. Tendo consciência desta linha, o compositor contemporâneo tem a responsabilidade de inovar, construir mais, e não voltar ao casulo bem estruturado de formas (e fórmulas) clássicas, ou, simplesmente, antigas.

Notamos que, para Campos, os *verdadeiros saudosistas* são os artistas engajados – aqueles que se opuseram à bossa nova por acreditarem ser ela o resultado de um meio burguês que não engloba uma mensagem clara de conscientização para as classes operárias, combinado ao fato de mudar significativamente o formato das canções sem usar a estrutura do samba tradicional. O autor acredita que a manutenção do formato por si só leva à estagnação da música e mostra seu apoio aos *tomadores de consciência*, bossa novistas e futuros tropicalistas.

A partir disso, concluímos que o Rumo é um grupo de tomadores de consciência, sendo que suas canções buscam releer canções anteriores à bossa nova mesclando-as às concepções teóricas de fala/canto estabelecidas dentro do próprio grupo, utilizando recursos elétricos e mais tarde eletrônicos, se apropriando desta antitradição configurada por Campos. O conteúdo de algumas canções pode demonstrar um pouco de saudosismo, mas a própria execução e concepção delas evidencia o contrário.

Em uma entrevista concedida ao MIS-SP, Luiz Tatit menciona que, no momento de formação do Rumo, meados dos anos 1970, em um ambiente estudantil, era exigida a participação política e o envolvimento em movimentos de reivindicação, e, junto a esta pressão dos colegas vinha o consenso de que a arte deveria ser algo capaz de engajar, também politicamente, e de que, portanto, o conteúdo e o formato em que era apresentada a obra deveriam ser de fácil acesso e compreensão¹⁰. O que Tatit explica em seguida é que o Grupo Rumo não se desenvolveu com estes objetivos em mente, mas sim com a ideia de que a arte deve instigar profundamente através de sua forma – afinal, os experimentos do

⁸ É possível notar isso em FENERICK, José Adriano. *Façonhas às próprias custas: a produção musical da vanguarda paulista (1979-2000)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2007., *A síncope das ideias – A questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. e em CAMPOS, Augusto de. *O balanço da bossa*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

⁹ VELOSO, Caetano. Entrevista. *Revista Civilização Brasileira*, n.7, maio. 1966.

¹⁰ Em entrevista já citada, Tatit menciona o fato de que alguns membros da banda, inclusive ele mesmo, já haviam lido e discutido *O balanço da bossa*.

Rumo com o canto falado alteraram consideravelmente o formato das canções – e de seu conteúdo, que não necessariamente deveria ser político, pois a noção de consciência não se aplica somente a esse âmbito da vida humana. Este é o mesmo problema sobre o qual se posiciona Augusto de Campos.

Chegamos, finalmente, ao ponto de análise de nossas fontes, estabelecidas acima. Buscamos-las em várias publicações. Procuramos, de preferência, veículos de tiragem e circulação amplas. Encontramos críticas nos jornais Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e Jornal do Brasil e nas revistas Veja, Istoé e SomTrês. Quando foi possível, recorremos a acervos digitais, como no caso dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e da revista Veja. Nos casos em que não havia digitalização, usamos bibliotecas, como a Biblioteca Pública do Paraná e a Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Para nos situarmos em fontes jornalísticas e musicais, nos baseamos principalmente em Tânia Regina de Luca¹¹, Luiz Tatit¹² e Marcos Napolitano¹³. A autora demonstra que o uso de periódicos como fontes pode apresentar alguns obstáculos para o historiador, materialmente, já que nem sempre são encontradas todas as fontes em um mesmo lugar e há diversos fatores físicos a se considerar, como *layout*, papel, presença de publicidade e grupo produtor da fonte. A autora aponta que a transposição dos jornais para a historiografia é difícil, já que os jornais são tidos ainda como matéria menor, por sua transitoriedade. Acreditamos, como Luca menciona, que o periódico pode ser uma fonte rica, apresentando aspectos do cotidiano a que historiadores não tinham acesso. Napolitano se baseia em Tatit para afirmar que a canção deve ser considerada como um todo, letra, melodia e sua relação, visão com que concordamos e que utilizamos quando necessário.

Se considerarmos as fontes como um todo, temos em torno de cinquenta textos, dentro dos quais vinte e seis são críticas a discos. Nesse montante, podemos perceber que a imagem do grupo construída por essa recepção é positiva (vinte e cinco de vinte e seis textos apresentam os álbuns como válidos da atenção do leitor), o que era um de nossos objetivos.

Igualmente vista como positiva é a posição de independência do grupo, indo bastante no sentido de ser uma pena o fato da música ser desconhecida do grande público, mas apreciando o fato de que o grupo se mantém fiel a sua proposta e encontrou um modo de se projetar: “Enfim, entre as muitas possibilidades de fazer música o Rumo não descarta o risco permanente da originalidade, mesmo ao custo alto da audiência reduzida (seus discos em média vendem 10 mil cópias) e do trabalho autofinanciado.”¹⁴

Entretanto, não se registram demonstrações de revolta apenas por parte dos artistas entrevistados, mas também dos jornalistas. Em vários trechos do material se faz a já mencionada oposição entre música original e mercado, junto a essas reflexões sobre a escolha quase obrigatória pela independência: “a música independente estaria destinada a apenas descobrir caminhos novos, pelos quais as gravadoras não se ousassem aventurar.”¹⁵

Tárik de Souza, autor de diversas críticas no Jornal do Brasil, também coloca provocações sobre a localização desse movimento *underground*, fazendo comentários negativos sobre a produção de música na cidade do Rio de Janeiro e relacionando um ciclo

¹¹ LUCA, Tania. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes históricas*. Carla Pinsky (Org.). São Paulo: Editora Contexto, 2005.

¹² TATIT, L. Op. Cit.

¹³ NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky (Org.). São Paulo: Editora Contexto, 2005.

¹⁴ SOUZA, Tárik de. Humor do Rumo em LP versátil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23/12/1985. Caderno B.

¹⁵ MARTINS, Eduardo. Os compositores antigos como ponto de partida para o som independente. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23/01/1982. Caderno 2.

de inovações a São Paulo – e também ao Rio Grande do Sul, onde a independência também se espalhou.¹⁶

O que se tornou evidente na leitura das fontes é o empenho desses críticos em contribuir para dar visibilidade aos independentes, usando um espaço considerável no *layout* das páginas para falar deles – ilustrações são frequentes, como é frequente a ocupação de um quarto ou meia página, o que é relevante para grupos de pequeno alcance, sem o suporte publicitário de uma grande gravadora.

Outra coisa que notamos nas fontes foram algumas referências à tradição que o Rumo deseja herdar e modificar: “Cada vez mais próximo dos antigos mestres, *Rumo ao vivo* recupera a tradição da narrativa musical, produzindo canções que contam uma história com começo, meio e fim.”¹⁷ Os críticos se surpreendem com a presença de elementos usados por compositores de samba clássicos, associados ao princípio independente de criação de algo novo.

Nesse sentido, as pesquisas e experimentações do Rumo são evidenciadas e os autores das fontes tendem a utilizar das elaborações sobre fala no canto como um modo de chamar atenção e diferenciar o grupo.

Nosso posicionamento final é o de que mesmo tendo insistido bastante na manutenção de uma postura independente até o fim, dando prosseguimento às pesquisas e aos experimentos com a música popular sem alterar sua proposta inicial, o Rumo não emplacou, isto é, não conseguiu transpor a barreira imposta pela distribuição restrita e pelo circuito limitado de projeção.

Paradoxalmente, mesmo com artigos majoritariamente positivos, compreendendo aquilo que o Rumo oferecia esteticamente e dando a visibilidade que podiam ao grupo, os críticos foram uma força insuficiente para que o Rumo se tornasse *mainstream*. Pode-se supor que a imagem de independência como resistência e, mais do que tudo, como uma questão ideológica, assumida pelo grupo, tenha sido cristalizada a partir da visão crítica, a qual parece ter assumido que a única forma de continuar a produzir aquele tipo de obra seria no contexto da independência, “afugentando”, assim, eventuais contratos com gravadoras de grande porte.

Se era essa a condição, a continuidade no consumo da música do Rumo, mesmo entre um público limitado – o relançamento de todos os discos do grupo no formato de uma caixa Rumo aconteceu no ano passado, pela Dabliú Discos, o que atesta para este fato –, comprova que a aceitação e valorização de um produto artístico não passa necessariamente pela consagração de um público vasto. Desta forma, a boa acolhida, por parte da imprensa, da produção independente e o estímulo para que ela não parasse foram importantes para o reconhecimento de sua qualidade.

¹⁶ SOUZA, Tárík de. O novo que vem de Sampa e Uruguaiana. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26/10/81. CadernoB.

¹⁷ LIMA, João Gabriel. O canto falado. *Veja*, São Paulo, 23/9/1992.

ESPIRITUALIDADE, POLÍTICA E TRABALHO – ORGANIZAÇÃO LEIGA NO FINAL DA DÉCADA DE 1990

André Souza dos Santos

Prof.^a Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

Palavras chave: teologia da libertação; organização leiga; redemocratização do Brasil.

Nossa pesquisa tem como tema a influência da Teologia da Libertação sobre o trabalho que o CEPAT/CJ-CIAS (Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores/Centro Jesuíta de Cidadania e Ação Social)¹ desenvolveu desde seu início no ano de 1990 até os anos próximos à virada do século, com especial atenção ao período de 1997 a 2000. Para tanto, utilizamos como principal apoio as publicações do periódico **CEPAT Informa**, a primeira parte (título: *Ver*) do **texto-base da Campanha da Fraternidade de 1999** (produção conjunta CNBB-CEPAT) e o material relativo à **Escola de Formação Fé e Política**, além de demais materiais, publicações e trabalhos do Centro que se encontram em seu arquivo.

O Centro foi fundado através do diálogo entre padres da ordem dos jesuítas e contou com a contribuição de militantes dos movimentos populares, sindicais e pastorais sociais. Seu objetivo era contribuir na pesquisa das mudanças do mundo do trabalho e apoiar as lutas do movimento operário. Aos poucos este eixo se ampliou, tomando outras abordagens que se relacionassem à realidade do trabalhador e da vida política, sempre servindo a partir de valores evangélicos. Torna-se relevante a esta pesquisa por representar uma iniciativa que teve seu início na década de 1990 (após a redemocratização brasileira e seu consequente influxo de movimentos populares e pelos direitos civis), período no qual houve uma reconfiguração da atuação da Igreja católica no campo político-social, em especial na relação com os movimentos sociais.

A análise empreendida se divide em três capítulos. O primeiro trata de um levantamento bibliográfico dividido em dois eixos: uma discussão sobre história cultural das religiões, mercado e autonomia religiosos; e Teologia da Libertação propriamente dita.

Os autores André de Souza² e Karina Bellotti³ tratam da disputa de fiéis pelas religiões do século XX. No Brasil, a instituição do Estado laico e a perda do monopólio da fé por parte da Igreja católica revelou o enfraquecimento da sua força na cultura do povo. O crescimento das religiões protestantes, afro-brasileiras e os sincretismos do catolicismo popular são exemplos desse cenário.

Uma vez evidente o decréscimo da influência católica no século XX, a nível mundial o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, representou a reflexão interna à estrutura eclesial em relação aos novos paradigmas que a modernidade abria para a Igreja. A mudança da *práxis* católica se tornou imperativa e a instituição chegou à conclusão que deveria se reaproximar das classes populares, que progressivamente se distanciavam do catolicismo. Deste concílio, originaram-se

¹ O CEPAT se torna também um CJ-CIAS apenas em 2008, quando houve o empreendimento da Província Meridional da Companhia de Jesus para criar Centros Jesuítas em forma de uma rede para “fortalecer o [seu] Apostolado Social”. Como em algumas regiões já haviam instituições vinculadas aos jesuítas realizando trabalhos no sentido dos CJ-CIAS, a Companhia decidiu fortalecê-los sem a necessidade de criar um outro grupo a parte. Caso do CEPAT. (SANSON, Cesar; SAMPAIO, Darli de Fátima; CARTES, Claudia Patricio; LANGER, André. *CEPAT 20 ANOS: pesquisa, formação e assessoria*. Curitiba: Gráfica Popular, 2010, p. 13). Por caracterizar um outro contexto, distante do aqui abordado, escolhemos chamá-lo apenas pelo primeiro nome que assumia na época de pesquisa (1990-2000).

² SOUZA, André Ricardo de. *Igreja católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição*. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro: 27(1), p. 156-174, 2007.

³ BELLOTTI, Karina Kosicki. *História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea*. História: Questões & Debates. Curitiba: Editora UFPR, n. 55, p. 13-42, jul./dez., 2011.

interpretações teológicas que levaram à criação de dois expoentes na segunda metade do século XX: a Renovação Carismática Católica e a Teologia da Libertação.

A fim de contrapô-las, pois muitas vezes as duas correntes disputaram espaço na hierarquia eclesial, usamos, além dos estudos de Souza e Bellotti, Vera Jurkevics. Esta estuda o Movimento Carismático, do seu surgimento à sua expansão, quando se utilizou dos meios de comunicação na década de 1990⁴. Da análise de Michael Löwy⁵ retiramos o termo *cristianismo da libertação* que usamos juntamente ao da Teologia da Libertação, por incluir as experiências de politização e contribuição social católica anteriores a esta experiência, além de indivíduos a ela não relacionados mas que mesmo assim se engajavam na construção de alternativas à população empobrecida.

Sobre a politização dos dois movimentos católicos, Júlia Miranda contribui com sua pesquisa com membros da Renovação Carismática e a visão destes sobre as formas de engajamento social de seu próprio movimento, mais soteriológico, e o da Teologia da Libertação, mais politizado⁶. Ao mesmo tempo, a inclusão dos textos de Francisco Cartaxo Rolim⁷ e Leonardo Boff⁸ nos confere uma outra perspectiva da corrente católica progressista e dos enfrentamentos com os setores conservadores: desde as críticas estruturais à hierarquia eclesial que renderam à Boff uma série de processos e punições, até a investida conservadora das décadas de 1980 e 1990, que se constitui na tentativa de despolitização da Igreja através de abordagens do *pobre* a partir de um enunciado bíblico de misericórdia e caridade.

Em seguida, há a contextualização das décadas de 1970 e 1980 no Brasil acerca dos caminhos que a Igreja católica tomou em relação a seu vínculo com o engajamento político social, considerando os confrontos internos à instituição de correntes mais conservadoras e outras mais progressistas. Evidentemente no período em volta das duas Conferências Gerais, Medellín (1968) e Puebla (1979), do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), a *opção pelos pobres* por parte da Igreja que caracteriza a Teologia da Libertação tomou relevante visibilidade no cenário político da região.

O historiador Ralph Della Cava⁹ aponta como a Igreja nos países latino-americanos, devido à sua rede internacional e maior capacidade de se articular fora da censura e repressão, tivera um papel singular na denúncia do excesso destes governos e na articulação de instrumentos “programáticos e práticos de ação na sociedade”, como movimentos sociais e partidos. Apesar da aparente homogeneidade de discurso, havia uma *restauração conservadora* ocorrendo na década de 1980 a fim de enfraquecer a ala progressista que, ao menos temporariamente, gozava de uma influência política crescente. A partir de então, as organizações católicas de cunho social passam a estimular os movimentos nascidos em sua base a se articularem fora dela com a *redemocratização* brasileira. Dentre as figuras envolvidas, Frei Betto se destaca por ser um militante das Comunidades Eclesiais de Base e teórico dos movimentos sociais católicos em geral que corrobora com esta posição.

Incluímos Ana Maria Doimo no debate sobre a abertura democrática e da tendência de fortalecimento do caráter eclesial e evangélico do trabalho pastoral, preocupação da ala

⁴ JURKEVICS, Vera Irene. *Renovação Carismática Católica: reencantamento do mundo*. História: Questões & Debates. Curitiba: Editora UFPR, n. 40, p. 121-134, 2004.

⁵ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁶ MIRANDA, Júlia. *Carisma, Sociedade e Política: novas linguagens do religioso e do político*. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

⁷ ROLIM, Francisco Cartaxo. *Teologia da Libertação no Brasil: 1980-1986*. In: SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 9-79.

⁸ BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

⁹ DELLA CAVA, Ralph. *A Igreja e a Abertura, 1974-1985*. In: MAINWARING, Scott; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 13-46.

progressista católica, mas sem deixar a Igreja se fechar em sua *especificidade cristã*¹⁰. A emancipação dos movimentos populares atendia a este plano.

Em 1995 foi criado o boletim impresso CEPAT Informa para lideranças sindicais, movimentos populares, agentes pastorais e lideranças políticas se manterem a par dos acontecimentos que tivessem alguma influência sobre a vida dos trabalhadores através de recortes de jornais de amplitude nacional e internacional. Assim como o CEPAT expandiu os temas geradores de pesquisa, o mesmo ocorreu com o boletim, que passou a abordar temas cada vez mais amplos, incluindo análises de fundo teológico sobre a sociedade capitalista, o desenvolvimento ecologicamente não-sustentável, alternativas a estas conjunturas, entre outros. Além de servir como canal de comunicação do Centro com seus leitores, incluindo agenda de atividades (a partir de 1999), também fornecia material para subsidiar suas demais iniciativas e cursos. Seus textos foram usados: no Curso de Formação de Monitores para a Campanha da Fraternidade 1999 – Fraternidade e os Desempregados (1998), a qual contribuiu para o material usado na sessão *Ver* do texto-base da Campanha da Fraternidade 1999; na Escola de Formação Fé e Política (1996-2007), que utilizamos como fonte para o terceiro capítulo; e outros seminários, palestras, assessorias a movimentos e sindicatos, cursos, etc.

O segundo capítulo foi organizado em volta da temática “Trabalho e Neoliberalismo”, tratando: das abordagens do CEPAT em relação às formas de organização do trabalho inseridas no contexto de implementação do modelo capitalista neoliberal da década de 1990; a sua contribuição no texto-base da Campanha da Fraternidade de 1999 e seu diálogo sobre este tema com outras instituições vinculadas à Igreja, em especial a CNBB.

O tema da Campanha da Fraternidade de 1999 fora “Sem Trabalho... Por quê?”. Em seu texto-base, CEPAT e CNBB expõem a preocupação da Igreja em relação ao desemprego, o que André de Souza afirma ter sido uma constante do grupo em toda a década de 1990¹¹. O *evangelho da competitividade*¹² produzia não só miséria material mas igualmente traumas psicológicos, fragmentação das famílias e perda do sentido da vida, uma vez que o trabalho é fonte de sobrevivência, sociabilidade e identidade dos indivíduos¹³. O desemprego fere a fé cristã por impedir a dignidade da vida humana¹⁴ e, quando comparamos à obra de Boff e à Teologia da Libertação, ir contra o “fraternismo [sic], a solidariedade e a comunidade”¹⁵. Fazem eco a esta interpretação Dom Ladislau¹⁶ e Dom Pedro Casaldáliga¹⁷. A opinião deste grupos vinculados ao pensamento cristão é que a crise de emprego revelava um caráter estrutural, não conjuntural, do modelo capitalista neoliberal. O prejuízo às pequenas e médias empresas devido à entrada massiva de produtos estrangeiros e a instalação de multinacionais, como apontam Felipe Loureiro e Maria de Lourdes Stein¹⁸, revelava a incompatibilidade com a solidariedade humana.

¹⁰ DOIMO, Ana Maria. *Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade*. In: MAINWARING, *op cit*, p. 101-130.

¹¹ SOUZA, *op cit*, p. 162.

¹² NEUTZLING, Pe. Inácio. *Sem Emprego... Por quê? A CF-99 e a grande transformação do mundo do trabalho*. CEPAT Informa, s/n, fev./1999, p. 3

¹³ CNBB. *Campanha da Fraternidade 1999 – Sem Trabalho... Por quê? A Fraternidade e os Desempregados – Texto-Base*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, p. 15, 25 e 26.

¹⁴ *Ibid.*, p. 61-63.

¹⁵ BOFF, *op cit*, p. 208-210.

¹⁶ Responsabiliza o neoliberalismo pelo esvaziamento crônico da Pastoral Operária na década de 1990: “na incerteza e dificuldade de manter ou buscar um emprego, ele [o trabalhador] não pode ir para o confronto” (STEIN, *op cit.*, p. 173 e 174).

¹⁷ “Nenhuma escravidão fez mais escravos, nenhuma guerra tem feito mais vítimas que o neoliberalismo mundializado” (CEPAT Informa, n. 38, mar./1999, p. 28).

¹⁸ Sobre o panorama econômico decorrido do neoliberalismo e os vínculos com os serviços católicos, utilizamos: LOUREIRO, Felipe Pereira. *Desenvolvimentismo às avessas: o processo de desindustrialização brasileiro sob a*

O discurso do CEPAT e do texto-base da Campanha da Fraternidade assume o tom de denúncia quando defende que o modelo americano neoliberal impôs o rompimento com formas de organização do trabalho em detrimento da renda básica do trabalhador¹⁹. O primeiro trabalho neste sentido produzido pelo CEPAT em 1995²⁰ fora fruto de uma pesquisa de Pe. Neutzling e Dari Krein com o Sindicato dos Petroleiros, expondo uma pergunta fundamental: de que *transformação no mundo do trabalho* está se falando? Em 1999 nas páginas do CEPAT Informa e no texto-base da Campanha da Fraternidade articula-se a ideia de que o trabalho fora *apropriado* pelo emprego capitalista. A partir da chamada *crise do trabalho* por conta do desemprego dos anos 1990, Neutzling esclarece: o trabalho “pelo qual o sujeito se exterioriza produzindo um objeto que é a sua obra” não está em crise. O que está é a sua forma assalariada, por conta do capitalismo²¹.

O esvaziamento do sentido original do trabalho estaria inerente, por exemplo, ao se considerar que uma dona de casa não possui trabalho, ao invés de não possuir emprego simplesmente. Ao contrário do que ocorreria com o capitalismo neoliberal, o progresso técnico deveria se pautar pela manutenção da dignidade humana, através da “redistribuição das riquezas produzidas coletivamente” com a, antes não possível, redução do trabalho exigido²².

A *economia solidária* é uma das propostas encabeçadas pelo catolicismo progressista e pela Campanha da Fraternidade de 1999²³. Com raízes na *terceira via*, proposta de cooperativas da Europa na primeira metade do século XX²⁴, compreende um trabalho que valoriza a solidariedade, as pessoas e a preservação do meio ambiente seguindo a *Ética do Cuidado*²⁵, tema abordado por L. Boff e impresso no CEPAT Informa²⁶. Tema abordado com frequência ainda anos antes no CEPAT Informa²⁷, a discussão de economia e ética da Campanha da Fraternidade busca formas de organização do trabalho que compreendam a fraternidade, a solidariedade e a proximidade com a vida humana da teologia libertária. Junto à economia solidária, são incentivados a agricultura familiar, as micro empresas e a reforma agrária²⁸.

Por fim, o terceiro capítulo aborda as relações entre “Espiritualidade e Política” estabelecidas através da produção do Centro (neste caso, a maior parte de autoria de Pe. Neutzling). Para tanto, utilizamos principalmente o material da Escola de Formação Fé e Política, iniciativa do Centro para a formação de agentes políticos (prefeitos, vereadores, sindicalistas, militantes de movimentos sociais, etc) a partir de valores evangélicos cristãos visando a construção de uma “sociedade economicamente justa, ecologicamente sustentável, politicamente democrática, socialmente solidária e culturalmente plural”.

Identificamos na opção de priorizar indivíduos já engajados com a vida política, junto ao diagnóstico do CEPAT de que a formação dos partidos era insuficiente²⁹, um

égide neoliberal (1990-1999). Revista de Economia Política e História Econômica, n. 8, jul./2007, p. 33-66. STEIN, Maria de Lourdes. *A experiência do trabalho: as práticas da Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999)*. Curitiba: UFPR, 2004.

¹⁹ *Imaginar uma Outra Sociedade – Por uma Economia Solidária*. CEPAT Informa, n. 39, mai./1998, p. 1.

²⁰ CEPAT Informa, n. 12, dez./1995, p. 18.

²¹ CEPAT Informa, s/n, fev./1999, p. 11.

²² Idem, p. 10-13.

²³ CNBB, *op cit*, p. 16.

²⁴ SOUZA, *op cit*, p. 162-165 e 172.

²⁵ BEZ, Salete Bagolin. *As Comunidades Eclesiais de Base no novo milênio*. Curitiba: UTP, 2011, p. 34 e 35.

²⁶ Através da *Ética do Cuidado* e da Vida, o trabalho deixa de ter o sentido utilitarista e vê a natureza não como objeto, mas parte da Realidade a qual as suas ações [do humano] coexistem em comunhão (*Por um novo paradigma civilizacional*. CEPAT Informa, n. 53, ago./1999, p. 20-24).

²⁷ *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. CEPAT Informa, n. 31, ago./1997. *Colaboração Solidária: uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. CEPAT Informa, n. 46, dez./1998.

²⁸ CNBB, *op cit*, p.44-48

²⁹ *Documento de apresentação da Escola de Formação Fé e Política – 2005*, Arquivo CEPAT/CJ-CIAS.

misto de posicionamentos internos à Igreja da década de 1980, que resultou no empreendimento de exteriorizar o trabalho dos movimentos de base católica no campo político institucional³⁰ através do trabalho de conscientização, “momento privilegiado do encontro de fé e política”³¹. Porém, no discurso político, a Igreja possui sua especificidade. A partir de uma proposta pedagógica de priorizar o *saber popular* e as *situações vividas*, afirma Irllys Barreira, diferencia-se dos partidos de esquerda que possuem dificuldade de incluírem a análise do local na sua busca por transformação da sociedade. Na Escola isto se traduz na sexta etapa (ocorrida no ano seguinte, quando todos se reencontram para comentarem os resultados do seu trabalho, da eleição, etc.) e na participação de antigos alunos com testemunho da vivência da relação fé e política no exercício de seus cargos³². Junto à abordagem religiosa, como as “formas produzem sentido”³³, o discurso de caráter utópico e profético da Escola é aglutinador³⁴.

Desta forma, a formação da Escola se dá em seis etapas com conteúdos distintos a partir de princípios éticos e valores evangélicos³⁵. Na prática isto ocorre nas celebrações eucarísticas e ecumênicas que dão início às turmas de cada ano, na resignificação da oração do Pai Nosso³⁶, conferindo a cada verso outros relacionados à política (“Pai do povo que luta por uma vida de liberdade”), e, principalmente, na quinta etapa da Escola: Ética e espiritualidade política, que inclui um retiro e o aprofundamento da discussão teológica da política. O texto “O Cristão e a Política” utilizado é essencial para visualizarmos como as ideias da Teologia da Libertação, de que a libertação soteriológica se prolonga em exigência ética e práxis histórica e política³⁷, tomam forma no trabalho da Escola do CEPAT. Neutzling, autor do texto, utiliza passagens bíblicas para chegar à conclusão que “A prática de Jesus, a serviço do Reino, implode tudo aquilo que mantém a estratificação da divisão na sociedade”³⁸.

Finalmente, chegamos ao ponto em que percebemos no CEPAT um amálgama de experiências amadurecidas da Igreja católica com os movimentos populares, pastorais e partidos. Como discutido a partir da bibliografia, esta instituição milenar ao se encontrar inserida no contexto de redemocratização do Brasil modificou a sua relação com o político. Enquanto o Movimento Carismático, expoente da Igreja católica e que mais obtém visibilidade, representou uma *midiatização* da profissão da fé e a sua despolitização, conseguimos a partir do estudo das atividades do Centro de Pesquisa e Apoio ao Trabalhador perceber que esta não foi a única forma tomada por este processo. Ainda que represente um estudo a partir do local, a abrangência estadual da Escola de Formação Fé e Política, seu apoio da Regional Sul II – CNBB e a participação na redação do texto-base da Campanha da Fraternidade – 1999, expõem como o catolicismo libertário pode ter minguado menos do que, numa análise inicial, se esperava. Readaptando-se ao ambiente de abertura à política democrática, o catolicismo progressista optou por, ao invés de permanecer atuando no campo secular a partir de sua estrutura interna, criar novos veículos através do qual o cristianismo da libertação pode traçar seus próprios rumos.

³⁰ BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 22 e 89.

³¹ BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Incômodos hóspedes? Notas sobre a participação da Igreja e dos partidos políticos nos movimentos sociais urbanos*. In: MAINWARING, *op cit*, p. 144-147.

³² Ex. carta ao prefeito de Mar. Cândido Rondon: *Carta a Aríston Limberger*, Arquivo CEPAT/CJ-CIAS.

³³ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Revista Estudos Avançados, 11(5), 1991, p. 178-180.

³⁴ DOIMO, *op cit*, p. 109.

³⁵ *Fundamentação da Escola de Formação Fé e Política*, Arquivo CEPAT/CJ-CIAS.

³⁶ *Pai Nosso do Político*, Arquivo CEPAT/CJ-CIAS.

³⁷ BOFF, *apud*, ROLIM, *op cit*, p. 47.

³⁸ NEUTZLING, Pe. Inácio. *O Cristão e a Política*. Arquivo CEPAT/CJ-CIAS.

NAZISMO E MISTICISMO ALEMÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Autor: Tiago Henrique da Luz

Orientador: Dennison de Oliveira
Nazismo, Ocultismo, Integralismo

Tendo em vista a grande quantidade de elementos de origem lendária, mitológica ou ocultista presentes nas manifestações públicas do movimento nazista alemão, desde suas origens ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, considerando ainda, as semelhanças e diferenças, em determinados aspectos, com o movimento integralista (1932-1938) que se desenvolveu no Brasil, faz-se importante avaliar as circunstâncias em que o movimento nazista incorporou tais características, bem como examinar de que maneira estas eram percebidas pelos integralistas brasileiros.

Portanto, a fim de que se possa compreender a presença dos elementos místicos e ocultistas no movimento nazista, é necessário reconhecer que a Alemanha, apesar do grande desenvolvimento técnico e tecnológico alcançado até as vésperas de 1914, permanecia fortemente enraizada em estruturas e poderes de origem feudal que, conseguindo trazer para si a burguesia industrial nascente, diminuiu grandemente a possibilidade de conflitos entre esta e os poderes estabelecidos. Arno Mayer, fundamentando-se na argumentação de Joseph Schumpeter, considera que os burgueses se “permitiam envolver por um sistema cultural e educacional que defendia e refletia o *ancien régime*”, enquanto a maioria dos “intelectuais e artistas contestavam o positivismo da teoria social, a racionalidade do homem e a realidade do progresso”. O autor caracteriza este vínculo como uma “simbiose ativa” entre dois estratos sociais; em que a burguesia se tornava cada vez mais acirrada na defesa de um protecionismo, imperialismo e rearmamento, apoiando políticas de antiliberais.¹

Uma visão de mundo (*Weltanschauung*) conservadora se pretendia defensora das virtudes cardeais da honra, da obediência e da coragem, tomando as nobrezas agrárias como personificação da nação, da terra, da família e da religião, enquanto o rápido crescimento das cidades e as “massas imundas” ameaçavam a alta cultura. O darwinismo social passa, então, a oferecer uma legitimidade para os imperialismos e pela subjugação das massas, apoiada no discurso racional e no método empírico das ciências naturais – indiscutíveis promotoras do progresso material, médico e do poderio militar. Assim, esta “mentalidade de sítio” alimentava a predileção pela guerra, pela hierarquia, romantizava o combate corpo a corpo e a “mística do ataque firme e resolutivo”.²

Soma-se a esta visão conservadora a avaliação sobreestimada da força e do radicalismo que as elites tinham a respeito dos movimentos socialistas e de auto-determinação das minorias nacionais – cujos conflitos eram mais fiscais e alfandegários do que políticos, bem como a divisão da Europa em duas alianças opostas e crescentemente hostis. Quando do começo da Grande Guerra, as elites se dispunham a lançar a Europa em um conflito de proporções não definidas, com objetivos igualmente não definidos, visando reunir e revigorar a unidade nacional.³

Mais ainda: a maioria dos intelectuais considerava que a “cultura” alemã se encontrava ameaçada pela “civilização” latina e, enquanto poetas e filósofos regozijavam ao ver o povo unido para a guerra que se iniciava, o historiador Friedrich Meinecke constatava que “o tempo da separação entre a política e a cultura estava definitivamente

¹ MAYER, Arno. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 16, 41-43 e 269-270.

² Idem, *ibidem*, p. 272-298.

³ Idem, *ibidem*, p. 300-311.

encerrado”. A Liga Pangermanista, atuando no Reich Alemão (1871-1918), como indica Lionel Richard, foi uma notável representante dessa corrente de pensamento, conclamando os povos germânicos à união e propondo, a fim de proteger a Alemanha, a anexação dos Estados limítrofes. Considerava, portanto, que a guerra era salvadora e geradora de progresso.⁴

Ao fim da Guerra, as turbulências revolucionárias terminaram com uma caçada sangrenta aos líderes comunistas e, estabelecida a República de Weimar, disseminou-se o “mito da punhalada pelas costas”, remontando ao herói da epopéia germânica dos *Nibelungen*, Siegfried, ferido mortalmente por traição. A Alemanha – o exército imperial – não teria perdido a guerra por derrota militar, mas por ter sofrido uma traição interna: teria sido minada pelas forças que faziam campanha contra a guerra, notadamente a liga Spartakista, ala revolucionária do Partido Socialista Independente, que nascera de uma cisão no Partido Social-Democrata. Convocados para combater os comunistas, os *Freikorps* (corpos voluntários) consistiam em tropas irregulares compostas por oficiais, suboficiais e soldados profissionais que, no momento da desmobilização, não aceitaram a derrota e ainda menos o fim do Império.⁵

Soma-se a isto, as dificuldades econômicas – inflação, desemprego – contribuíram para um processo de dissolução dos costumes e, enquanto operários trabalhavam “um mês para ganhar equivalente ao preço de um par de calçados” os novos-ricos, bilionários, freqüentavam os prazeres que Berlim oferecia, desde “pratos pantagruélicos e coquetéis refinados” até à profusão de boates e clubes freqüentados por homossexuais – por outro lado, havia lutas científicas e políticas sérias a fim de os homossexuais não sofressem mais processos penais. E precisamente os burgueses, considerados até então inabaláveis em seus princípios de ordem, foram os primeiros a serem tomados por uma espécie de delírio.⁶

A democracia, o republicanismo e o “materialismo anglo-saxão” não seriam compatíveis com o idealismo da raça alemã, a tal ponto, que Gerhart Hauptmann – nas comemorações do sexagésimo aniversário de Gerhart Hauptmann, que se dariam na Universidade de Berlim, solenidade da qual diversos professores e estudantes se recusaram a participar – “não poderia mais ser considerado um alemão de confiança, após ter-se declarado em público um republicano”.⁷

No que se refere ao campo religioso, diversas ligas, plenas de nacionalismo, defendem um “cristianismo alemão”, um retorno às pretensas virtudes germânicas.⁸ Peter Gay observa que havia um obscurecimento das fronteiras entre poesia e religião – Meinecke, por exemplo, propunha que se deveria ler poesias de nomes como Goethe e Schiller, numa Igreja em horas fixadas, perpetuando a idéia de que era necessário “superar” o “pensamento superficial” do Iluminismo e que, de outra forma, estar-se-ia cego aos “abismos da alma humana, aos mistérios da *Kultur*, às seduções traiçoeiras da teoria do progresso às armadilhas da democracia e que insiste – e isso é o pior de tudo – em corromper com a política a esferas da cultura e do espírito”.⁹

Assim, paralelamente a uma escalada de xenofobia e a perda de fiéis católicos e protestantes, o misticismo oriental penetrava até nas camadas populares, e uma parte destes se agregava aos círculos de falsos magos e hábeis comerciantes do absoluto. Assim os profetas de seitas religiosas que surgiam, e todas as espécies de pseudo-sábios e institutos com nomes pomposos, pretendiam prever o futuro ou dar a cada um a possibilidade de

⁴ Richard, Lionel. *A República de Weimar, 1919-1933*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 19.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 41-56.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 99.

⁷ GAY, Peter. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 55-56.

⁸ RICHARD, L. *op. cit.* p. 146.

⁹ GAY, P. *op. cit.* 88.

encontrar o caminho do sucesso. Nesta atmosfera de desespero, nostalgia anti-democrática e misticismo, surgiam nas bancas as profecias da chegada ao poder de um “novo César”.¹⁰

Adolf Hitler, nascido em (1889-1945), segundo seu próprio relato, com seis anos, foi do coro e ajudou missa no antigo mosteiro beneditino de Lambach, onde teve o ensejo de se “inebriar com a pompa magnífica das festas religiosas”. Desde cedo, demonstrava seu interesse na arte, privilégio da “melhor sociedade” e, tendo fracassado nos estudos e, posteriormente, impossibilitado de frequentar a Escola de Belas Artes, encontrou – já em Viena – na música de Richard Wagner, um meio de fugir à realidade, cada vez mais tendendo a um estilo de vida ocioso e sem objetivos (teria assistido à ópera de Tristão e Isolda por trinta ou quarenta vezes).¹¹

É nesse momento que Hitler tem contato com os elementos místicos, por exemplo, a revista *Ostara* (nome da deusa germânica da primavera) editada pelo monge Jorg Lanz Von Liebenfels. Segundo Joachim Fest, Liebenfels teria adquirido a fortaleza de Wertenstein e de lá, sob o estandarte da cruz gamada, hasteada em sua fortaleza em 1907, expunha sua teoria da luta sanguínea entre os Asinge (heróis) contra os Äfflinge (sub-homens), propondo formar a vanguarda da raça dos senhores louros de olhos azuis, e substituindo a luta de classes dos socialistas pela luta racial, em que se deveria instituir uma seleção metódica, higiene racial e esterilização.¹²

Lá também foi influenciado pelo movimento de Georg Ritter von Schönerer (cujo periódico, *Der Scherer*, publicava uma reprodução da cruz suástica), movimento pangermanista austríaco que preconizava a renúncia aos territórios não-alemães e se pronunciava contra a existência do estado plurinacional. O Dr. Karl Lueger também exerceu influência notável sobre Hitler, que o admirava especialmente por seu virtuosismo demagógico e habilidade tática, pensando em termos pragmáticos enquanto desprezava as ideologias de que se utilizava – apesar de criticá-lo por seu anti-semitismo superficial e oportunista. Vale notar que ambos tiravam partido dos sentimentos de angústia atuantes em amplas camadas da população, e que Adolf Hitler extrairia reflexões para construir sua tática dentro no Partido Nacional-Socialista, após a guerra. Ainda em Viena, teria observado uma manifestação pública dos operários vienenses, impressionado pela imagem daquele “desfile sem fim em filas de quatro em quatro” e contemplou durante “quase duas horas e meia a imensa serpente humana que se estendia lentamente sob seu olhar”. Emocionado pelo efeito cênico do desfile, Hitler não faz qualquer referência à motivação política do acontecimento, ou às suas causas mais distantes: Joachim Fest explica que eram os problemas teatrais que o preocupavam, enquanto o político, tal como ele o concebia, tinha, sobretudo, tarefas de encenação a cumprir. O mesmo se pode dizer das contribuições apreendidas de Richard Wagner.¹³

O Partido Nacional-Socialista teria, portanto, se utilizado dos diversos recursos disponíveis: apresentando-se através de modelos militaristas – uso de uniforme, o ritual de saudação, a resposta à voz de comando, a expressão de alerta, bem como símbolos essenciais, geralmente ostentados em distintivos, bandeiras, flâmulas, braçadeiras.¹⁴

A abordagem de Jean-Gerard Bursztein esclarece os mecanismos psicológicos que atuaram na construção deste quadro em que se encontrava a Alemanha durante o período de Weimar, por ele definido como uma “psicose social”. Segundo o psicanalista, o laço social da civilização – ou seja, as estruturas culturalmente construídas que permitem o funcionamento normal da civilização – teria sido rompido e, perdendo todas as referências

¹⁰ RICHARD, L. op. cit. p. 100-116.

¹¹ Fest, Joachim. *Hitler*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976. p. 15-29.

¹² Idem, ibidem. p. 35.

¹³ Idem, ibidem. p. 37-51

¹⁴ Idem, ibidem. p. 106.

anteriores, formou-se uma atmosfera de nostalgia, uma “sede de ilusão” – o mal-estar na civilização, ou seja, a ausência de desejo. O fortalecimento da corrente política nazista se explica, portanto, através da paixão nacionalista, que fornecia a matéria comum para o suposto “objeto de gozo comum” inexistente. O nazismo propunha em seu discurso e em suas práticas, uma participação nesse objeto de ilusão política. A ilusão política consistia precisamente no mito da pertinência a uma raça superior, destinada a dominar a terra: uma “promessa inaudita de gozo”, sob a forma de um delírio.¹⁵

Segundo o próprio Hitler, “a noção de raça” conduzirá sua revolução até o estabelecimento de uma “nova ordem no mundo”, ou seja, pretendia fazer reviver a unidade mítica primeira, o *Volk* e, abandonando a aquisição simbólica representada pelo direito romano como fundamento de uma civilização, estabelecia um novo direito, o da raça. Bursztein identifica um “conteúdo edipiano cifrado”, na forma da ilusão oferecida pelas festas organizadas pelo Partido. Para fazer face ao desencantamento do mundo moderno, instituía-se uma fantasia incestuosa representada pela reunião da nação. Neste sentido, o conceito de “hipnose coletiva” se enquadra, enquanto identificação histórica inconsciente: na multidão *inflamada* por Hitler, cada um se identifica ao desejo de seu vizinho graças a um mesmo ideal comum, suposto portador de um objeto de grande valor: o poder atribuído ao chefe.¹⁶

Conhecedor destes mecanismos psicológicos, Hitler sabia que “quanto mais rica a mistura de ingredientes humanos – camponeses operários, funcionários – mais o amálgama assume o caráter típico de uma massa desindividualizada”. Assim, por meio da propaganda, as massas foram levadas à exaltação da vontade, encarnada na figura do Führer e, tomados de uma “devoção fanática”, todos participaram desse sonho mágico de um feixe – fascismo – de vontade. Explica então a dupla função da construção mitológica: “uma função de participação no gozo incestuoso, sob a forma de uma identificação imaginária, permitindo assim ao sujeito escapar ao mal-estar da castração e ao desencantamento do mundo, característico do tempo presente, e uma função de suporte do desejo, sob a forma de uma identificação simbólica a um traço paterno, a pátria”.¹⁷

Neste sentido, Jean-Michel Angebert esclarece que o povo alemão, ou seja o *Volk*, deve ser entendido diferentemente do conceito de “conjunto de cidadãos enquanto corpo político”, como seria o povo (*peuple*) francês. O *Volk* alemão é efetivamente místico e biológico, essencialmente diferente de uma soma de indivíduos, “um fato natural que tem valor e vida próprios”. Hitler, então assume o papel de “mediador místico-biológico”, falando em nome do *Volk*, e o partido atual, tal como uma “Igreja, uma comunidade de adeptos” – uma espécie de religião cuja base mítica consistia na deificação do sangue e da raça e cuja influencia teleológica dirigia o desenvolvimento histórico.¹⁸

Em seu estudo, Angebert oferece esclarecimentos pertinentes, no que se refere aos simbolismos ostentados publicamente pelo movimento nazista. Entendendo a representação gráfica como um veículo do pensamento e da linguagem, atribui um sentido sagrado. Na forma da cruz gamada, ou suástica, por exemplo, encontra-se a representação da roda solar, esta “cruz do movimento” também era considerada como amuleto que trazia a felicidade. Este símbolo era conhecido, e utilizado por pelos já mencionados *Freikorps*. As *Schutzstaffel*, cujo símbolo era um “SS” estilizado, se manifesta a partir da runa nórdica

¹⁵ Bursztein, Jean-Gerard, *Hitler: a tirania e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998. p.10-15.

¹⁶ Idem, *ibidem*. p. 30-38

¹⁷ Idem, *ibidem*. p. 41 e 71-72

¹⁸ ANGEBERT, Jean-Michel. *Hitler e as religiões da suástica*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. p. 265-267.

da vitória, “Sieg”, acompanhada de uma série de outras, marcas de determinadas divisões dos ramos combatentes, as Waffen-SS.¹⁹

O discurso integralista, afirmando-se enquanto movimento cristão, mantinha a constante preocupação de estabelecer pontos de contato entre as outras ideologias de tendência fascista, afirmando ser o fascismo uma “doutrina de caráter universal”,²⁰ mas, mais ainda, diferenciando-se do caráter pagão do nazismo alemão (identificado no exclusivismo racial e da pureza ariana) e do fascismo italiano (que fundamenta-se na tradição do Império Romano para fundamentar sua concepção de Estado cesariana e, portanto, anti-cristã), opondo-lhes o “idealismo cristão” que combate os materialismos, representados pelo liberalismo e pelo comunismo.²¹

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 257-264.

²⁰ BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1936. p. 17-101

²¹ SALGADO, Plínio. *A imagem daquela noite: e outros escritos*. São Judas Tadeu, e S. Simão Cananita. A mulher no século XX. Conceito cristão da democracia. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 350-361

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: ARQUITETURA E TECNOLOGIA NO CENÁRIO CULTURAL PARANAENSE

Autora: Juliana Regina Pereira

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Palavras-chave: patrimônio industrial, cultura, erva mate

Constituído como área de interesse científico apenas recentemente, o campo que se convencionou chamar Arqueologia Industrial tem suas diretrizes metodológicas pautadas pela arqueologia, tecnologia e economia com o sentido de compreender historicamente o desenvolvimento industrial como motor da urbanização nas sociedades contemporâneas. Deste modo, o patrimônio representado por instalações industriais, arquitetura, maquinário e mobiliário fabril passa, além de desempenhar função educacional em sentido museológico, a figurar ativamente enquanto representação de interações culturais entre técnica e sociedade numa perspectiva histórica dinâmica.

Elemento estruturante da construção urbana, a indústria pode ser percebida também como elemento simbólico no sentido de definir um senso de identidade, seja nacional ou regional, na forma de monumento do trabalho. O crescimento de sua representatividade social enquanto parte de um corpus patrimonial demonstra gradativa conscientização da importância de se compreender os processos evolutivos da tecnologia e transformação das atividades que predominam nas cidades, bem como sua ação sobre o espaço.

Sendo assim, para que possamos interpretar o legado da indústria sobre a modernidade e entendê-lo como parte fundamental do patrimônio cultural é preciso compreender a especificidade das marcas que definem o espaço e constroem o imaginário através de representações simbólicas – estruturas arquitetônicas e de maquinaria, como chaminés, fachadas em tijolos, telhados em *shed* e as gruas dos portos – havendo que se considerar também que este desenvolvimento toma lugar num contexto em que as transformações dos meios de produção e distribuição de mercadorias tendem a promover o afastamento das atividades fabris para a periferia do núcleo urbano, esvaziando de função significativas áreas dos centros das cidades. Nos vemos, então, diante de um importante questionamento referente à sua categorização, pois o edifício fabril deslocado de sua atribuição original ainda é capaz de expressar a primordialidade da fábrica como objeto de análise do modo de vida, trabalho e simbologia memorial?

Ainda que existam controvérsias quanto a seus usos e sentidos de ressignificação, podemos concluir que o elemento industrial representa na paisagem urbana o corpo visível não só de um arcabouço de tradições mas do desenvolvimento econômico e estrutural de uma sociedade, e a esta cabe a atribuição do valor patrimonial com base em suas próprias qualidades culturais na medida em que o sentido de monumento se transforma com o passar do tempo. Assim, o reconhecimento de um sentido histórico da modernização industrial e, conseqüentemente, urbana no Paraná constitui uma etapa imprescindível no processo de construção da memória das cidades, na medida em que pode ser considerado um aspecto cultural de demarcação do interesse histórico e cultural. Sua inclusão no corpus patrimonial representa, portanto, a ampliação dos limites de compreensão do que constituem objetos e/ou lugares de memória para estender sua demanda por preservação aos espaços industriais.

Na convergência entre História e tecnologia, o estudo do Patrimônio Industrial passou a permitir a multiplicidade de abordagens segundo valores atribuídos ao vestígio

industrial na forma do registro ou testemunho de atividades sociais, desenvolvimento tecnológico, ciclos econômicos, ou ainda através da exploração de características arquitetônicas das construções fabris, fatores esses explorados de maneiras diversas por pesquisadores especialistas nos mais diferentes campos do conhecimento.

A historiografia do tema remonta à Inglaterra da década de 50 onde a publicação de um artigo de Michael Rix no periódico *Amateurs Historian* cunha a expressão Arqueologia Industrial como forma de estudo dos remanescentes físicos legados pela Revolução Industrial¹. A pluralidade de abordagens permitidas à análise dos monumentos industriais e a diversificação de fins aos quais estas se dedicam suscitam importantes questões acerca da epistemologia deste campo de estudos. Em se tratando da arqueologia industrial, embora seja esta uma terminologia largamente aceita², a própria junção dos termos “arqueologia” e “indústria” é bastante controversa. Por isso, Buchanan propõe que este é definido pela utilização de evidência física para a interpretação e reconstrução do passado das sociedades humanas, mas difere analiticamente do princípio da Arqueologia Histórica³.

Ao longo das discussões sobre o escopo do Patrimônio Industrial através dos anos constatou-se a necessidade latente de se compreender também a dinâmica do espaço social em relação ao processo técnico, pois nem sempre a investigação exclusiva de vestígios físicos é capaz de ilustrar dimensões mais complexas de significados sociais. Por esta razão, estudos orientados por disciplinas como a História Econômica e História Cultural são fundamentais no sentido de revelar a importância social de aspectos de interação e sentidos de identidade atribuídos ao Patrimônio Industrial. Por isso, no sentido de consolidar um posicionamento sem demais restrições, a Carta de Nizhny Tagil define que:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação⁴.

Na esfera patrimonial brasileira problemáticas que envolvam o patrimônio industrial ainda têm pouco destaque. Na mesma medida em que o público desconhece o assunto, políticas governamentais que apoiem seu estudo e preservação inexistem, sendo o tema preterido mesmo em debates que toquem à questão da conservação de patrimônio histórico. Questionar essa descoberta tardia do patrimônio industrial exige que se leve em consideração que a industrialização efetiva no Brasil se deu a partir da década de 1930, e conseqüentemente, o impacto da chamada desindustrialização se fez sentir apenas muito recentemente. Deste modo, foi somente nas últimas décadas que a desativação e desapropriação de grandes complexos urbanos passou a figurar como interesse público, dada a notável destruição de fábricas, armazéns, chaminés e demais marcos memoriais da atividade industrial.

¹ RIX, 1955 apud. PALMER e NEAVERSON. *Industrial Archaeology – Principles and Practitice*. Londres: Routledge, 1998. p.1.

² KÜHL, B. M. *Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo – Reflexões sobre sua Preservação*. São Paulo: Fapesp, 1998. p.222.

³ Buchanan, R Angus. *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth, Penguin, 1972.

⁴ CARTA DE NIZHNY TAGIL Sobre o patrimônio industrial, em português. Disponível em <http://www.patrimoioindustrial.org.br>.

O legado industrial brasileiro se caracteriza de maneira peculiar também em razão de abranger complexos voltados para a produção de cana-de-açúcar, beneficiamento do café e mineração, atividades comumente observadas como proto-industriais. Todo este patrimônio se encontra em risco em função do abandono e da destruição sumária de complexos desta natureza⁵, que somados a desastrosos projetos arquitetônicos de reabilitação geram no panorama brasileiro um lento despertar para o Patrimônio Industrial. A vagareza do processo salta aos olhos ao se perceber a lacuna de 28 anos entre a primeira publicação do gênero no Brasil em 1976, e a realização do primeiro seminário nacional sobre o tema, em 2007.

No Paraná, a herança industrial não goza de destaque maior que em qualquer outro estado brasileiro. Na verdade, ao se considerar as peculiaridades de nossa economia predominantemente agrícola e o modo como se deu o processo de industrialização na região, de forma comparativa à quantidade de bens de natureza industrial tombados percebemos o quanto este campo ainda é limitado, sendo alguns dos mais representativos casos envolvendo o Patrimônio Industrial na região, como a transformação da fábrica Mueller e Irmãos em shopping center, a readequação do Frigorífico Matarazzo para novas funções em Jaguariaíva ou o entrave judicial que mantém fechado o moinho e o porto Matarazzo em Antonina ilustrativos das vicissitudes da preservação e do não aproveitamento do potencial cultural destes espaços.

A predominância da economia da erva mate no Paraná é outro fator preponderante sobre sua industrialização, sendo a cultura do mate, tema que tem sido exaustivamente investigado desde o século XIX, inegavelmente o motor do desenvolvimento social, cultural e econômico paranaense. O fomento desta indústria não apenas introduz no estado a tecnologia hidráulica e a vapor, como redefine o sentido de “fábrica”, com a parcelização de tarefas e recurso à mão-de-obra livre assalariada.

Podemos considerar que as transformações responsáveis pela consolidação da indústria da erva mate se deram num período bastante curto. Menos de um século se passara entre a introdução da roda d'água nos primeiros engenhos do litoral paranaense e a proliferação das chaminés e máquinas que redefiniram a silhueta do planalto. Neste prazo, fomentaram-se ao redor do setor ervateiro uma série de indústrias correlatas, tais como curtumes, madeireiras, metalúrgica e ainda a tipografia. Mais que inaugurar a era contemporânea no estado, a industrialização da produção ervateira incentiva a formação de uma mentalidade cosmopolita voltada para a racionalização do trabalho e acúmulo do capital, transformando as dinâmicas sociais responsáveis por uma nova configuração da sociedade através do formação de uma poderosa burguesia ervateira. O surgimento da indústria dá início também a modificações nas interações espaciais, favorecendo a diferenciação entre os ambientes rural e urbano, e é neste último que vem a encontrar o meio do qual viria a tornar-se parte indissociável.

Uma vez que nosso objeto de estudos é determinado pela metodologia da arqueologia industrial, a proximidade da agricultura é uma particularidade que o marca de maneira indelével. Consequentemente, para atender ao propósito de interpretar o legado da indústria ervateira paranaense num contexto voltado para o patrimônio industrial é necessário, nesta etapa final do trabalho, compreender de que maneira esta característica o

⁵ Em Curitiba podemos lembrar o recente caso da demolição sede histórica da Leão Júnior S/A no bairro Rebouças. Ver FERNANDES, José Carlos. *Sem defesa, fábrica da Matte Leão começa a ser demolida*. Gazeta do Povo, Curitiba, 7 de abril de 2011.

⁶ DEAN, Warren. *Fábrica São Luiz de Itu: Um estudo da Arqueologia Industrial*. Anais de História: Assis, ano 8, 1976, pp. 9-25.

⁷ ROSA, Carolina Lucena. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011. p.8.

delimita. Sendo assim, através de registros do IPHAN, da antiga SECE, documentos em arquivo do CEPHA, além de alguns estudos circunstanciais, procuramos compreender, num primeiro momento, a representatividade que esta categoria de patrimônio encontra em esfera pública governamental, para por fim expor algumas de suas particularidades.

O reconhecimento simbólico do valor patrimonial de bens relacionados à evolução da técnica e da indústria é assinalado por sua preservação em esfera oficial. No entanto, a reduzida quantidade de bens industriais tombados em nível federal evidencia o quanto esta cultura é incipiente. A arquitetura de grandes prédios e galpões, voltada quase exclusivamente para a funcionalidade é algo que contrasta fortemente com a estética barroca e colonial prezada pelo órgão federal de preservação do patrimônio, de modo que a prioridade dada pelo IPHAN ao tombamento de conjuntos patrimoniais relacionados ao período colonial, especialmente itens religiosos e ligados ao barroco, fica patente quando observamos a relação de bens preservados e os artigos publicados em seus boletins. Diniz argumenta que esta seria uma preferência derivada das diretrizes de orientação modernista do órgão, sendo a única menção a bens fabris relacionada a um contexto proto-industrial:

As modalidades da produção econômica que condicionaram os ciclos sucessivos do desenvolvimento nacional, - o ciclo do açúcar, o da mineração e o do café -, com as intercorrências da produção pastoril e siderúrgica, ressurgem dramaticamente assim nas velhas sedes de engenhos e fazendas, como nos remanescentes das lavras e das fábricas primitivas, nas regiões em que ocorrem.⁸

O quinhão que cabe ao patrimônio – e à indústria – paranaense está representado pelo Engenho do Mate, engenho de soque hidráulico que foi inscrito no livro do tomo estadual de número 19 no ano de 1968, tendo sido reconhecido em nível nacional em 1980/81. Localizado no distrito de Rondinha, nas proximidades de Campo Largo, o chamado Engenho Velho tem sua construção datada de aproximadamente 1870 e é atualmente o último exemplar preservado de espaço fabril dedicado ao beneficiamento da erva mate no estado. Suas características arquitetônicas são comparadas em boletim do SPHAN “às dos engenhos de açúcar e farinha do Recôncavo Baiano, por estar instalado no sopé de um morro, beneficiando-se de um curso d’água como força motriz”⁹.

Os documentos pecam em não apresentar uma descrição mais acurada do complexo, ou do equipamento fabril nele se encontrava em relativo estado de integridade. Transformações na estrutura do imóvel teriam sido realizadas em 1896 quando foi adquirido pelo agricultor Pedro Paulo Marchioratto, que “demoliu o forno, retirou a bateria de pilões, construiu um mezanino e alterou o telhado, para adaptar o programa de funcionamento do engenho de mate ao fabrico de milho”¹⁰, e em cuja família permaneceu como propriedade até sua aquisição por parte do governo do estado do Paraná em 1978. Tendo em vista que o moinho fora reconvertido para outra funcionalidade ainda no século XIX, como se deve proceder quando as alterações no espaço datam de um contexto histórico? E ainda, revertê-las não seria de certo modo violar o passado histórico da construção? A evolução desta discussão acompanha o desenvolvimento da compreensão sobre patrimônio histórico e memória coletiva, e ganha vulto no século XIX com posições

⁸ ANDRADE *apud*. DINIZ, N. M. M. *Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó*. São Paulo, 2008. p.19.

⁹ Boletim SPHAN/FNpM. Brasília, MEC/FNpM n. 33, 1988, p. 15.

¹⁰ *Idem*.

categorías de intervenção ou não-intervenção encontradas em Viollet-le-Duc e John Ruskin respectivamente¹¹.

Assumindo posicionamento alinhado com práticas restauracionistas, a comissão responsável pelo patrimônio histórico federal inscreve em 1985 o Moinho do Mate nos livros do tomo histórico e de belas artes através do processo de número 1119-T-84, endossando justificativa expressa nas palavras de Eduardo Kneese de Mello:

Considero plenamente justificável a proposta de seu tombamento, tendo em vista seu aspecto histórico; o que a erva-mate representa para todo o Brasil; pelo estado em que se encontra o monumento, restaurado pelo Patrimônio do Paraná e ainda pelo rico material colhido e atualmente exposto no Museu.¹²

A inscrição nos livros do tomo viabilizou a elaboração de um plano de restauro visando redirecionar a funcionalidade do espaço para fins públicos através da museificação da área construída e criação de um parque que preservasse a paisagem na área circunvizinha. Financiado pelo governo estadual, o plano de restauro previa numa primeira etapa a identificação, catalogação e restauro dos equipamentos utilizados no processamento da erva mate para com este material compor o acervo museológico de forma a reconstituir cada etapa do processo produtivo, constituindo esta a única aproximação de uma abordagem de interesse industrial.

As modificações feitas ainda no século XIX puderam ser revertidas após a identificação das antigas fundações, que permitiram a reconstituição da planta baixa da construção necessária para pautar o plano de reparos necessários no piso, cobertura, esquadrias das janelas, vedação e estrutura de sustentação do telhado. A degradada paisagem rural que circundava a área do engenho, nas imediações da BR 277, sofreu uma série de modificações para acomodar certas facilidades necessárias à existência de um espaço de uso público, que passou a ser chamado Parque Histórico do Mate. Um segundo processo de restauração foi levado a cabo no ano de 2004 utilizando verba federal através da 10ª superintendência regional do IPHAN, e desde então o Museu do Mate permanece como unidade atrelada ao Museu Paranaense, sendo intermitentemente aberto à visitação.

Ao se observar as características arquitetônicas do complexo ervateiro preservado no Moinho do Mate fica evidente que sua configuração difere sobremaneira do espaço fabril como lugar de memória da industrialização urbana. Numa visão otimista, esta especificidade pode ser percebida como uma particularidade da consolidação agroindustrial paranaense, de um momento em que, muito antes de os galpões e chaminés dominarem a paisagem, a roda d'água foi símbolo de inovação. O distanciamento de áreas urbanas foi neste caso específico um fator determinante para sua preservação quase integral ao longo do último século, antes de uma possível intervenção pública de proteção e restauro. Tendo sido, portanto, poupado à velocidade das transformações espaciais determinadas pelas dinâmicas urbanas, o Engenho do Mate permanece como último remanescente representativo da economia ervateira no estado, e único bem de natureza industrial preservado em esfera federal no Paraná. Sob a ótica do Patrimônio Industrial mostra-se, no entanto, como a desconcertante imagem do quanto a consciência de preservação dos lugares de memória relacionados ao desenvolvimento da indústria ainda tem por evoluir.

¹¹ RODRIGUES, A; CAMARGO, M. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. Rev. CPC, São Paulo, n. 10, out/2010. p.143.

¹² *Ibid.*

AS RELAÇÕES DO IMPÉRIO BRASILEIRO E O PACÍFICO

Aluno: Felipe Gabriel Branco de Souza.

Orientador: Dennison de Oliveira.

Palavras-chave: Relações Exteriores, Diplomacia, Historiografia.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o livro “O Império e as Repúblicas do Pacífico: As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822 – 1889)” de Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos.

A escolha desse objeto se deve por ser uma obra inovadora, pela profundidade e abrangência com que aborda o tema das relações diplomáticas do Brasil na época do Império, fato que é observado já no prefácio do livro escrito pelo sociólogo e diplomata Paulo Roberto de Almeida: “Com efeito, o jovem historiador Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos decidiu explorar terras e povos que não costumam frequentar o cenário da produção histórica brasileira, ou pelo menos não, com tal grau de detalhe, o *cahier de route* de nossa história diplomática do Oitocentos. Ao que eu saiba, trata-se do primeiro estudo abrangente, sistemático e de longa duração, sobre como, porquê e sob quais condições a diplomacia imperial formulou e executou uma política externa especificamente desenhada para as repúblicas americanas do Pacífico”¹.

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos é diplomata e doutorado em História pela Universidade de Brasília. Sua pesquisa foi construída a partir de um grande levantamento do Arquivo Histórico do Itamaraty, contendo diversas fontes, principalmente cartas. Essas correspondências tratam sobre o posicionamento que as nações tomavam perante determinada situação ou impasse diplomático e é a partir disso que o autor, contextualizando essas fontes, deu luz a obra aqui analisada.

Como a abordagem do tema escolhido foi realizada sob a discussão acerca da diplomacia e das relações exteriores, as obras “O estudo das relações internacionais do Brasil: Um diálogo entre a diplomacia e a academia” de Paulo Roberto de Almeida² e “O Estudo das Relações Internacionais: Teorias e Realidade” de Henrique Jorge Medeiros Marinho³ servem como guias de compreensão para as teorias metodológicas dessas áreas⁴ e auxiliam no objetivo de entender os interesses do autor no processo de construção do livro selecionado como fonte.

Como citado anteriormente, por esse livro ser uma referência nos estudos sobre relações exteriores, a problemática discutida está em torno da importância que tal obra obteve nos estudos da diplomacia do Império, uma vez que a historiografia brasileira oferece poucas pesquisas em tal campo, sendo que a maior parte dos estudos é sobre as negociações e tratados entre o Império brasileiro e as repúblicas do Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai), o continente europeu, em especial a Inglaterra, e com os EUA⁵.

¹ Prefácio do livro *O Império e as repúblicas do Pacífico – As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889.)* SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Curitiba: Ed. Ufpr, 2002. p. 7

² Doutor em Ciências Sociais, Mestre em economia internacional e Diplomata.

³ Economista, Mestre em Negócios Internacionais e professor titular da Universidade de Fortaleza – Unifor.

⁴ Sobre o livro de Paulo Roberto de Almeida, acessar http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000100013&script=sci_arttext. Análise de Carlos Eduardo Vidigal na Revista Brasileira de Política Internacional.

⁵ CANAVEZE, Rafael. *O Brasil e a Guerra do Pacífico: as relações do governo brasileiro com Chile, Bolívia e Peru (1879-1890)*. (FCL – UNESP/ASSIS – Pós-graduando) In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. Anais... São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

O trabalho de Santos também ganha destaque por representar um ponto de partida para os demais estudos⁶ referente as relações diplomáticas entre o Império do Brasil e as repúblicas andinas, que posteriormente deram continuidade as pesquisas realizadas pelo autor. E são essas obras que foram utilizadas para um estudo comparativo com o livro, a fim de demonstrar a validade da obra selecionada como um referencial nesse campo de estudos.

A proposta da análise aqui apresentada é feita a exemplo da própria obra, tendo por fundamento as mesmas questões: as discussões fronteiriças na América do Sul, os tratados de navegação nos rios do continente, o comércio entre as nações, intenções de se organizarem congressos americanos e as negociações quando o ocorrido da Guerra do Pacífico (1879 – 1883), todas permeadas pela atuação da diplomacia brasileira.

Além das pesquisas no campo das relações exteriores, outros trabalhos utilizados para realizar aqui o estudo comparativo encontram-se, por exemplo, na coleção “História da América Latina”⁷, organizada por Leslie Bethell, entre os volumes III, IV e V. Citamos os textos “O Peru e a Bolívia da Independência à Guerra do Pacífico” de Heraclio Bonilla e “O Chile da Independência à Guerra do Pacífico” de Siomon Collier, que são utilizados para se compreender melhor o processo político e econômico que existia no Chile, Bolívia e Peru, para então se discutir sobre o conflito conhecido por Guerra do Pacífico, e a atuação das diplomacias sul americanas, dentre elas, a do Império do Brasil.

Com o interesse de apresentar aqui um pouco da análise realizada na monografia, utilizo a Guerra do Pacífico como exemplo. Esta, ocorrida entre 1879 e 1883, envolveu as três nações andinas (Chile, Bolívia e Peru) e suas batalhas foram travadas no Oceano que leva o nome deste conflito e, territorialmente, no deserto do Atacama, chegando até Lima, capital do Peru. De maneira geral, a historiografia⁸ considera os desentendimentos econômicos entre a Bolívia e o Chile e os interesses territoriais chilenos, bolivianos e peruanos como as causas desse conflito.

Durante o período de formação dos estados independentes na América do Sul, muitas delimitações fronteiriças acabaram sendo alvo de constantes discussões por não terem ao certo as suas demarcações. No caso da Bolívia com o Chile, ambos discutiram suas fronteiras no deserto do Atacama, entre os paralelos 23° e 25°. Devido ao desinteresse que havia pelo deserto, por até então não representar nenhuma possibilidade de ganhos econômicos, Bolívia e Chile resolveram suas diferenças de maneira amistosa e diplomática. Porém, essa situação mudou quando se descobriu que o guano⁹, que se encontrava em abundância no Atacama, poderia servir como um ótimo fertilizante. Assim, passou a ser extraído e vendido por Chile, Bolívia e Peru para a Europa em 1840, em especial para a Inglaterra, tendo em vista as necessidades que as fazendas europeias tinham de aumentar as suas colheitas para suprir a grande demanda por alimentos nesse período¹⁰.

Com o início da extração do guano, as discussões a respeito dos limites entre essas duas nações voltaram a pauta de seus congressos, e isso se intensificou quando foram

⁶ Como exemplo: “Fugas para a Bolívia: o asilo territorial concedido aos cativos brasileiros (1825 – 1832)” de Newman di Carlo Caldeira, “O Brasil e a Guerra do Pacífico: As relações do governo brasileiro com Chile, Bolívia e Peru (1879-1890)” de Rafael Canavaze e “RealPolitik do Império nas Repúblicas do Pacífico: Atuação de Varnhagen – 1863-1867” de José Augusto Ribas Miranda.

⁷ BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930, volumes III, IV e V*. São Paulo: Edusp, 2008

⁸ Autores como Leslie Bethell, Afrânio Peixoto e Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos

⁹ Adubo proveniente de excrementos de aves e morcegos. Constitui um valioso fertilizante por ser rico em nitratos e fosfatos. Grandes colônias de aves marinhas deixaram enormes depósitos desse material no deserto do Atacama, devido a falta de chuvas no local.

¹⁰ AQUINO, Rubim Santos Leão de. *A guerra do Pacífico*. In: *História das sociedades americanas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990. p. 178

descobertas enormes reservas de salitre, um outro tipo de fertilizante, de melhor qualidade que o primeiro, na região. Além disso, o Chile foi acusado de fazer a extração desses fertilizantes em territórios que eram considerados como de posse da Bolívia.

Após vários encontros para decidir a questão, em 1866 foi assinado um tratado sobre os limites desses países. Este, no entanto, mostrou-se inviável e levou o Peru e a Bolívia a firmarem, no ano de 1873, uma aliança secreta, devido ao crescente interesse chileno na contestada região salitreira da Bolívia. Esse tratado foi firmado pois uma possível conquista militar do Chile significaria para o Peru uma ameaça iminente para sua própria área exploradora de guano e salitre, além da perda boliviana de Antofagasta (região salitreira).

No ano seguinte, chegou-se a um acordo que, primeiramente, firmou a fronteira Bolívia-Chile no paralelo 24°, e também que os lucros da extração de salitre que fossem obtidos entre essas duas nações, nos paralelos 23° e 25°, teriam seus impostos fixados até o ano de 1899, formalizando uma clara proibição de novas aplicações tributárias. Esse termo do acordo valia para impedir que a Bolívia prejudicasse a indústria salitreira do Chile, pois na província de Antofagasta grande parte dos investimentos eram advindos do Chile. Ou seja, a Bolívia ficava impedida de exigir novas ordens tributárias tendo em vista que isso lesaria os investidores chilenos.

Com a assinatura desse tratado o clima de tranquilidade foi retomado na América do Sul para ser quebrado cinco anos mais tarde, em fevereiro de 1879, quando a Guerra do Pacífico teve seu início. O estopim do conflito foi a aplicação de uma taxa, pela Bolívia, de 10 centavos de dólares sobre 100 gramas de salitre extraído pela empresa chilena em Antofagasta. Em resposta, houve uma recusa a pagar tal imposto que feria o acordo firmado em 1874. Com isso, o governo boliviano ameaçou tomar a empresa para si, o que fez com que o governo chileno intervisse, invadindo o porto de Antofagasta. O Peru, aliado da Bolívia, tentou negociar com o Chile um tratado de paz, porém devido a recusa do Peru em declarar um estado de neutralidade à guerra, o Chile não viu alternativa a não ser declarar guerra também a essa nação.

Dentro desse contexto beligerante, a política brasileira atuou de forma a deixar clara a sua posição neutra e buscou firmar acordos de paz entre as nações. Porém, o Império brasileiro também se viu em risco quando foi assinado o tratado secreto entre Peru e Bolívia. Neste momento havia a intenção para que a Argentina fizesse parte do mesmo, pois essa nação também discutia com o Chile questões fronteiriças - nesse caso, na região da Patagônia. Essa possível aliança entre os três países é resultado da discussão em sessões secretas do congresso argentino, pelo então presidente do país, Sarmiento¹¹. Em troca dessa oferta, a Argentina propôs que tanto Peru como Bolívia não apenas se colocassem contra o Chile, mas também contra o Império do Brasil, que disputava com a Argentina a influência na região do Prata. Além disso, ainda existiam entre os dois países as tensões resultantes do fim da Guerra do Paraguai, com as discussões a respeito da posse da região do Chaco, disputada por Bolívia, Argentina e Paraguai, de onde o Brasil não desejava o ganho da Argentina deste território, temendo que o limite territorial do país rival chegasse a região do Mato Grosso¹². Entretanto, a diplomacia brasileira se fez valer quando, descobertas as intenções da nação platina, através do representante chileno no Brasil e no Prata, Blest Gana, o país enviou missões para Bolívia e Peru com o objetivo de evitar problemas com essas repúblicas, obtendo sucesso e frustrando os planos argentinos.

Outra discussão que teve as questões fronteiriças como alvo de disputa ocorreu no Incidente de Chiquitos. Esse conflito entre Brasil e Bolívia foi causado devido ao interesse da Província de Mato Grosso em anexar a região de Chiquitos, que se encontrava em

¹¹ SANTOS. Op. Cit., p. 120 e 121.

¹² SANTOS Op. Cit. p. 124

território boliviano. Este espaço foi um dos últimos redutos espanhóis antes da total libertação da América do poder europeu e foi nesse contexto que Sebastián Ramos, governador de Chiquitos, ofereceu ao Mato Grosso a posse dessa região até que os revoltosos, que buscavam a independência, fossem derrotados¹³. Porém, com a queda do domínio espanhol nas Américas, a região contestada passou a gerar um impasse entre os revolucionários e a província do Mato Grosso. Impasse que apenas foi resolvido quando o próprio Império do Brasil deixou claro que não tinha nenhuma intenção na região, que ficou em posse da Bolívia.

Porém, o interessante da análise desse incidente é que podemos observar nos textos¹⁴ contidos na coleção de Leslie Bethell que, desde a independência das repúblicas americanas, as questões fronteiriças tomaram grande parte das discussões diplomáticas. Isto fez com que o Império do Brasil temesse a formação de uma aliança antibrasileira no continente sul americano, devido ao incidente de Chiquitos – acontecimento tal que resultou em um receio das jovens repúblicas em perder territórios para os interesses brasileiros. Em consequência desse fato, a política exterior do Brasil, no primeiro reinado, se resumiu a enviar diplomatas a essas repúblicas a fim de evitar tal aliança contra o Império e a possível perda territorial do Império¹⁵.

Esses dois exemplos da diplomacia brasileira aqui apresentados servem para descrever alguns dos resultados obtidos na monografia. Um deles é que o estudo das relações exteriores do Império tem sua importância para a compreensão de assuntos como a manutenção das fronteiras brasileiras, quando a diplomacia brasileira se fez valer negociando acordos e tratados que, além da manutenção da paz, evitaram o recorrente medo no primeiro reinado da formação de uma aliança antibrasileira entre as jovens repúblicas da América do Sul. Outro aspecto, é a compreensão sobre a posição de influência que o Brasil obteve junto as outras nações da América do Sul, uma vez que com a consolidação da diplomacia imperial no segundo reinado, isso pode ser obtido, tanto na região andina como, principalmente, no Prata. Essa visão ampla sobre a diplomacia no tempo do Império nos possibilitou perceber que, para a compreensão das disputas territoriais e de limites, é preciso buscar o entendimento da maneira como esta ocorre em toda a América do Sul, e não somente na região do Prata.

Baseado na análise comparativa entre o trabalho de Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos e os demais autores podemos perceber que as diferentes obras que se dedicam ao estudo das relações internacionais do Império brasileiro guardam entre si um ponto em comum, que é a relação direta com a obra “O Império e as repúblicas do Pacífico”. De maneiras diferentes, autores como Canavazze e Miranda mostram em seus trabalhos as diversas formas com que foram influenciados pela obra de Gomes Santos. Por exemplo, o texto já citado de Carlo Caldeira, ao falar da relação de cativos na fronteira entre Brasil e Bolívia, apoia-se no texto de Gomes Santos, mostrando que a importância do autor vai além dos assuntos tratados sobre a diplomacia.

Quanto a monografia, essa se divide em três capítulos; o primeiro se deteve em realizar uma análise da obra de Santos, apresentando as principais características da diplomacia imperial para com as repúblicas andinas e as questões mais relevantes que demonstram essa atuação da política do Império, justificando a importância no conhecer histórico desses acontecimentos.

¹³ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. “O Império e as Repúblicas do Pacífico: As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru Equador e Colômbia” Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 24

¹⁴ “A Independência da América do Sul Espanhola” de David Bushnell e “A Independência do Brasil” de Leslie Bethell.

¹⁵ SANTOS, op. cit., p. 35.

No segundo capítulo, busca-se comparar essa obra com outras análises da historiografia brasileira a fim de encontrar semelhanças e diferenças nas visões dos autores e a importância do trabalho realizado por Santos como uma pesquisa para o estudo do Império do Brasil, como já citado anteriormente. Por fim, o terceiro, e último capítulo, visa tecer comentários sobre o autor e a obra, levantando questionamentos sobre a historiografia que trata das relações exteriores do Império do Brasil e as motivações que o autor teve em fazer uma pesquisa num campo, como já dito anteriormente, de difícil acesso devido a falta de trabalhos anteriores. Além disso, o capítulo busca também contextualizar a obra e entender o seu impacto em seu lançamento, no início dos anos 2000, período aonde a diplomacia brasileira e as relações internacionais do Brasil se encontravam em um período de transição, visto a chegada de Lula à presidência e a saída de Fernando Henrique Cardoso.

A diplomacia brasileira imperial com a região andina é ainda um assunto pouco estudado. O trabalho aqui analisado como fonte principal é um dos iniciais e que, como apresentado, serviu como referencia para trabalhos a respeito desta temática. Entretanto, fica aqui a observação do número reduzido de obras nesta área. Este trabalho pretende ser uma contribuição ao assunto, fazendo um pequeno levantamento a respeito dos estudos da diplomacia brasileira, em um período definido, e deixando como sugestão o desenvolvimento de mais obras neste campo tão importante, como já colocado ao longo de toda a monografia.

RESUMOS BANCA 2

*Terça-feira, 19 de
março de 2013 -
Início: 08:45h
Local: sala 612 -
6.º andar -
DEHIS/UFPR*

CONCILIAÇÃO ENTRE PODER IMPERIAL E CRISTIANISMO NO *CONTRA CELSO DE ORÍGENES, POR VOLTA DE 250 D.C.*

Palavras chave: Instabilidade política, Filosofia Helenística, Cristianismo.

Erica Patricia Rueda

Prof.º Dr Renan Frighetto

A problemática deste resumo discute a conciliação entre a obediência ao poder imperial e o cristianismo, tratada por Orígenes no século III. O objeto de estudo do referido resumo é a fonte primária *Contra Celso*, escrita por volta de 250 d.C. pelo autor cristão Orígenes de Alexandria 185 – 252 d.C, aproximadamente. Este é um apologista cristão que se insere no contexto imperial romano que vai de meados do século II a meados do século III. A delimitação do tema da monografia é a polêmica literária entre os autores helenistas romanos pagãos e os helenistas cristãos, onde estes últimos tentam legitimar a religião de Cristo para a aristocracia romana e para os imperadores. Orígenes responde a obra do pagão Celso em todos os seus pontos, sendo possível a reconstrução da sua obra o “*Discurso Verdadeiro*”, que foi perdida. Celso procura desmoralizar os cristãos fazendo-os parecer pessoas incapazes de pensar filosoficamente. A atitude de Celso denota um número significativo de cristãos entre a aristocracia romana, como mostra também a existência de intelectuais cristãos.

É na tentativa de ganhar respeito perante a sociedade pagã que os apologistas intelectuais cristãos vão procurar apresentar o cristianismo conciliado a filosofia helenística pagã.

O contexto político, militar e econômico do período que vai de meados do século II a meados do século III é o mais conturbado da história do Império Romano. Os imperadores eram aclamados nas legiões e o Senado era apenas informado sobre quem era o novo imperador. Há supremacia dos soldados no cargo imperial; muitos deles morreram em combate ou foram assassinados pelos seus compatriotas, descontentes com suas estratégias de combate. Além dos inimigos externos, os imperadores tinham que enfrentar rebeliões internas. Nas décadas de 230 d.C. à 250 d.C. os bárbaros invadem o *limes* romano de maneira constante e incisiva, fazendo diminuir o território imperial. O imperador Marco Aurélio consegue controlar as invasões. A crise, no entanto, começa a mostrar sinais visíveis logo no início do governo do imperador Cômodo, filho de Marco Aurélio. Aprofunda-se com o assassinato do mesmo em 192 d. C., pelo prefeito do Pretório Leto, sendo que Cômodo já havia sofrido em seu governo duas conjurações de outros dois prefeitos do pretório Perênio e Cleandro, segundo o testemunho do historiador Herodiano.

A Guarda Pretoriana alcançou cada vez mais poder no tempo dos Antoninos e se considerava responsável pela proteção do cargo imperial e pela indicação dos imperadores. O sucessor de Cômodo, o senador eminente Pertinax, permaneceu menos de três meses no poder. Os cofres públicos encontravam-se já escasseados e, para não piorar a situação, Pertinax recusou-se a distribuir um donativo para a Guarda. Assim, os pretorianos o assassinaram e leiloaram o trono. Então aparece o senador rico Dídio Juliano que ofereceu dinheiro para a Guarda em troca de ajuda para ascender ao poder imperial. Conseguiu apoio junto ao Senado, mas não obteve apoio das tropas estacionadas nas fronteiras. As legiões da Panônia aclamaram Septímio Severo, as tropas da Síria aclamaram Pescênio Nigro e as da Bretanha indicaram Clódio Albino. Severo foi mais rápido e entrou em Roma em 193 d.C., buscando apoio do Senado, declarando-se imperador. Fomentou a morte de Dídio Juliano e destituiu a Guarda Pretoriana de seus cargos entregando – lhes a soldados

provinciais. Manteve relações tensas com o Senado, dando vários cargos e governos de províncias a pessoas ligadas ao exército. Aumentou o contingente de soldados nas fronteiras. Morre em 211 d.C. de morte natural em York enquanto lutava contra os invasores na Bretanha.

O poder imperial é assumido de forma colegiada pelos seus dois filhos Caracala e Geta. Ambos assinaram um acordo de paz com os povos invasores da região da Bretanha, o que foi tido como uma demonstração de fraqueza dos novos imperadores. A rivalidade entre os irmãos era acirrada e Caracala mandou assassinar Geta e seus partidários do Senado. No governo de Caracala 212 – 217 d. C. houve inflação, ocasionada pelo aumento dos soldos para os soldados das legiões. Em 212 d. C. editou a *Constitutio Antoniana*, uma lei imperial que dava a cidadania romana a todos os homens livres do Império. Caracala obteve numa invasão ao oriente algum progresso, pois fez avançar a fronteira da Mesopotâmia e invadiu a Média, ao norte dela. Caracala foi assassinado por seu Prefeito do Pretório Opélio Macrino no ano de 217 d. C. Macrino foi eleito imperador pelas legiões do Oriente. Este imperador conseguiu neutralizar as invasões dos partos, mas não obteve o apoio da aristocracia romana, nem das legiões estacionadas no Ocidente. Além disso, as princesas severianas Júlia Mesa, irmã de Júlia Domna, e suas filhas Júlia Soêmia e Júlia Mamea conseguiram, através de suborno e da divulgação da notícia da existência de um suposto filho de Caracala, a aclamação de imperador para Heliogábalo, filho de Soêmia. Heliogábalo foi apresentado às tropas em 218 d.C., como filho de Caracala. A aristocracia romana ficou descontente com seus costumes orientalizantes. As invasões aumentam principalmente do lado oriental, e Heliogábalo acaba sendo eliminado pelos pretorianos em 222 d.C.. Estes últimos entregam o poder para o filho de Júlia Mamea, Severo Alexandre. Tinha apenas quinze anos quando assumiu o poder e foi muito influenciado pelas mulheres de sua família. Este imperador ganhou fama na historiografia romana de um imperador que buscou boas relações com o Senado. Júlia Mamea teve participação importante no governo. Antes da guerra contra os Persas Sassânidas surgiram rebeliões militares no Egito e na Síria cuja intenção era provocar uma mudança de imperador. Rebeliões dos soldados que desejavam voltar para suas terras de origem, agitações internas, como a da Mauritânia em 227 d.C. e combates sucessivos contra os persas em 231- 232 d.C., e com os alamanos 234-235 d. C. enfraqueceram os cofres públicos, o exército e o imperador. Acusados de tentar fazer acordo com os inimigos, Mamea e o imperador Severo Alexandre foram assassinados por Maximino em 235 d.C. Este período é caracterizado pelas aclamações de imperadores nos campos de batalha, seja para suceder imperadores mortos, seja pela escolha das legiões de um general que considerassem obter melhor estratégia de combate. Apenas no ano 238 d.C. foram eleitos sete imperadores, o último deles foi Gordiano III. Outro grupo subiu ao poder mas nenhum obteve êxito. Filipe, o árabe, 244 – 249 d.C.. foi aclamado pelas legiões e igualmente morto por elas . Depois dele veio Décio 250 – 251 d.C. Morreu em combate com os Godos, sendo sucedido por Treboniano Galo e Volusiano que também tomaram em combate. Estes dois últimos enfrentaram batalhas contra Godos, Francos, e Alamanos. Emiliano 253 d.C. ficou apenas poucos meses no poder e morreu em combate. Seu sucessor Valeriano 253d.C. - 260d.C. sofreu várias tentativas de usurpação de seu governo. Foi capturado pelos persas que o fizeram escravo. O império só começa a grande recuperação só a partir de Galieno, filho de Valeriano.

Embora o cristianismo tenha se expandido largamente pelo império no século III, formando uma instituição eclesiástica organizada, sua situação ainda é desfavorável. Nestas décadas de guerras a situação jurídica dos cristãos permanece desfavorável. O nome “cristãos” constitui por si mesmo um crime. Essa jurisprudência tem seu início com os Antoninos. Os apologistas vão procurar não somente melhorar seu estatuto legal mas também mostrar o cristianismo como a plenitude do ideal helênico. As primeiras apologias

de que se tem notícia são do século II. O maior expoente das apologias desse século é Justino. Para ele a revelação cristã é a consumação de toda a filosofia. Orígenes de Alexandria é apologista do século III, mas também se insere nesse contexto dos duelos literários entre pagãos e cristãos. Ele foi o maior apologista do cristianismo do período estudado – meados do século II a meados do século III – e sua influência sobre outros pensadores cristãos foi a mais duradoura.

Orígenes nasce aproximadamente no ano de 185 d. C. sob o reinado de Cômodo, em Alexandria, no Egito. Quase tudo que sabemos sobre ele vem de Eusébio de Cesaréia. Seu pai Leônidas era cristão e foi mártir sob o reinado de Severo, devido a uma perseguição aos cristãos. Na verdade essa perseguição está mais direcionada aos que divulgavam o cristianismo, àqueles que já eram cristãos. O edito de Severo de 197 visava, sobretudo, proibir o proselitismo cristão. Provavelmente o pai de Orígenes estava ligado às atividades catequéticas de Alexandria. Os bens de sua família foram confiscados pelo império após seu martírio de seu pai e Orígenes foi obrigado a dar sustento a sua família, como professor de retórica, aos dezessete anos. Aos dezoito assume a catequese de Alexandria. Segundo Eusébio, era grande a quantidade de discípulos na escola de Orígenes e este teve que dividir sua escola em dois cursos. Seu colega Heraclas assumiu os a turma de iniciantes e Orígenes ficou com os mais adiantados. Estava entre seus alunos filósofos pagãos, sendo assim, Orígenes voltou aos estudos filosóficos profanos. Segundo Orígenes, era necessário o aprofundamento da filosofia grega para o maior entendimento do cristianismo. Foi ouvinte de Amônio Saccas, filósofo importante da época, que também foi professor de Plotino.

Orígenes ensina em Alexandria entre os anos de 212 – 231. Reassume o projeto de uma espécie de universidade, a Didascália, idealizado por outros filósofos cristãos como Panteno e Clemente. Na didascália todas as ciências humanas estariam dedicadas ao melhor entendimento da palavra de Deus. O amigo de Orígenes, Ambrósio, assegurava a manutenção dos taquígrafos a serviço de Orígenes. Em 231, Orígenes foi declarado indigno de ensinar em Alexandria, pelo bispo do local Demétrio, devido a sua ordenação para bispo de Cesaréia. Sua ordenação foi de responsabilidade de seu amigo Teoctisto Bispo de Cesaréia. Expulso de Alexandria, Orígenes passa a ensinar em Cesaréia. Transforma esta cidade em grande centro intelectual. Pregará também para a assembléia além de ensinar. Amplia-se sua influência entre a cristandade romana. Participa da corte de Júlia Mamea, mãe do imperador Alexandre Severo. No governo de Décio estoura uma perseguição aos cristãos e Orígenes é preso e torturado em seu governo. Parece que sua morte se deu no governo de Galo (252 – 253).

A sua obra é extensa e importante. É composta em sua maioria de obras exegéticas. Foi o fundador da crítica bíblica com as Hexaplas. Ele é o expoente do neo-platonismo, no cristianismo, da mesma forma que é Plotino para o paganismo. O *Contra Celso* é considerada a obra mais importante da apologética antiga. Orígenes foi o primeiro a aplicar o método alegórico nas leituras críticas da Bíblia. Suas obras de teologia e exegese são importantes, embora tenham maior contestação.

O sistema de Orígenes cujo ponto central é a tradição eclesial, a fé comum que, em Orígenes, se prolonga numa gnose que é a especulação sobre os mistérios do tempo e do espaço sagrado, das nações celestes e dos mundos sucessivos. Para Orígenes, Deus criou uma comunidade de espíritos racionais, sem corpo e iguais. Os espíritos da primeira criação pecaram e, conforme a gravidade do pecado, se transformavam em anjos, homens e demônios. Depois da queda, Deus criou o universo para servir de morada aos espíritos caídos. Em Orígenes, o mundo foi criado por Deus e não por um poder maligno em si. Ideia que se afasta do gnosticismo. Dessa maneira, a ideia platônica de reencarnação dos espíritos, que percorrem distintos graus de escala, foi assimilada por Orígenes. Esta

reencarnação poderia também ocorrer em ciclos cósmicos sucessivos até chegar a *apocatástasis*, a restauração de todas as coisas, quando os espíritos voltam a sua pureza e igualdade originais. Esta doutrina chocou a Igreja que o considerou herético.

O espaço temporal entre o *Contra Celso* de Orígenes e o Discurso Verdadeiro é de, aproximadamente, cem anos. No entanto, a discussão de Celso cabe muito bem ao contexto de Orígenes, pois nele está colocado que os cristãos recusam-se a participar da defesa do imperador e de Roma. A época de Orígenes é assolada pelas invasões bárbaras e uma resposta, com relação ao apoio imperial, precisa ser dada pelos cristãos.

Os objetivos principais desta problemática são: a legitimação do poder imperial dada pela lei da Providência, que se apresenta na figura do Deus dos cristãos; o reconhecimento que Orígenes faz da honra ao imperador no servilismo militar e a existência das duas cidades, a divina e a terrestre – a primeira superior, porém ambas de comum acordo.

Com relação ao primeiro aspecto, é necessária uma exposição de um trecho da fonte:

“Celso declara em seguida : *Não se deve negar crédito ao antigo autor que outrora proclamou: “ Que apenas um seja rei, aquele a quem o filho de Crono, o astuto, tiver dado esse privilégio”! Se recusas esta doutrina, é provável que o imperador te castigue. De fato, ainda que todos os homens façam como tu, nada impedirá que o imperador fique só e abandonado, que todos os bens da terra caiam sob o poder dos bárbaros muito iníquos e selvagens, e que não se ouça falar na terra nem da religião nem da verdadeira sabedoria. Sim, sem dúvida, que haja um só chefe e um só rei! Mas não aquele a quem o filho de Crono tiver concedido este privilégio, mas o homem a quem o tiver concedido aquele que estabelece os reis e os depõe, e que suscita na hora certa na terra o chefe útil. Não é o filho de Crono, o qual precipitou seu pai no Tártaro, como reza o mito grego, depois de o ter expulso do trono (...) mas é Deus que, governando todo o universo, sabe o que faz quanto à instituição dos reis.*

Portanto, rejeitamos a doutrina de uma realeza outorgada pelo filho de Crono, o astuto, persuadidos de que Deus ou o Pai de Deus nada quer de astuto nem de tortuoso. Mas não recusamos a doutrina da Providência e das coisas produzidas por ela, nem principalmente, nem por via de consequência. Além disso, não é provável que um imperador nos venha a punir por nossa afirmação de que não é o filho de Crono, o astuto, que lhe outorgou o governo, mas aquele que estabelece os reis e os depõe. Certo, portanto, que todos os homens façam como eu, recusem a doutrina de Homero, mas conservem a doutrina sobre o imperador e cumpram o mandamento: Tributai honra ao rei!¹”

Orígenes reconhece que o imperador possui uma legitimação de caráter divino. Concorda com a doutrina pagã da Providência, que destina o imperador que deve subir ao trono. Ele apenas exclui o mito grego. No lugar do filho de Crono – Zeus – é o Deus dos cristãos quem define o governante. Conseqüentemente, afirma para Celso que os cristãos devem tributar honra ao rei, deixando implícita o pensamento vigente no cristianismo – pelo menos no ortodoxo – de que toda a autoridade é constituída por Deus. Orígenes representa o cristão do século III, que mantém seus costumes e seu estilo de vida. Os cristãos do século III, em sua maioria, não querem se indispor com Roma. A “Igreja” não estimula que se traga para o seio da comunidade a ira das autoridades romanas. As atitudes insurgentes provém mais dos membros cristãos heterodoxos, como por exemplo, os montanistas, que viam nos mártires a autenticidade de sua fé. Um outro apologista do mesmo período, o norte-africano Tertuliano, já advoga uma atitude mais intransigente com relação ao Império. Ele também se converteu ao montanismo.

1 **ORÍGENES. *Contra Celso*.** Tradução Orlando dos Reis; Introdução e notas Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2004. p. 675 - 676

Ao que concerne o segundo objetivo, também se faz necessária a exposição de outro trecho que remete ao servilismo militar.

“Logo a seguir, Celso nos exorta a socorrer o imperador com todas as forças, colaborar com suas justas obras, combater por ele, servir com seus soldados se o exigir, e com seus estrategos. A isso devemos responder: quando se apresenta a ocasião, damos aos imperadores um socorro divino, por assim dizer, revestindo-nos da “armadura de Deus (Ef 6, 11) (...) E quanto mais piedade se tem, com tanto maior eficácia se socorre aqueles que reinam, bem melhor do que os soldados que saem a combate e matam tantos inimigos quantos podem.”²

Parece que Orígenes não vê problemas no serviço militar em si mesmo. Mas não admite que os cristãos “sujem suas mãos” com sangue das batalhas. As armas dos cristãos são a oração e a piedade. São elas que vão proteger o imperador e a pátria.

O terceiro e último objetivo são as duas pátrias e as duas leis. Para Orígenes os “(...) cristãos são até mais úteis às pátrias do que o resto dos homens: eles educam seus concidadãos, ensinam-lhes a piedade com Deus, guardião da cidade; fazem subir para uma cidade celeste e divina os que levaram vida honesta nas menores cidades.”³ No pensamento de Orígenes existem duas cidades: a celestial e a dos homens. Este conceito de cidade é o mesmo do pensamento romano, a pátria. Também existem duas leis: a lei de Deus e a lei da natureza ou dos homens. A lei dos homens é boa desde que esteja em consonância com a lei de Deus que é superior.

A conclusão deste resumo se dá na conciliação ou mesmo união de elementos cristãos com a filosofia helenística. Orígenes contribuiu para o desenvolvimento ulterior da teologia cristão calcada no helenismo. O apologista neoplatônico sugere aos pagãos um sentido de ordem para o Império em crise. Para Orígenes, o cristianismo poderia contribuir para o auxílio desta ordem com a atitude de seus cidadãos.

2 Op cit.; p. 681.

3 Op.cit.; p.682.

IMITATIO DEUM
A CONSTRUÇÃO DO MODELO DE PRÍNCIPE NA SÁTIRA OS CÉSARES DE JULIANO, O APÓSTATA (361 - 363 D.C)

Daiane da Silva Publio Dias

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Palavras-chave: sátira, mito, modelo de príncipe

O presente trabalho tem como objetivo identificar e compreender o modelo de príncipe elaborado pelo imperador romano Juliano, o Apóstata (331 – 363 d.C.) através do estudo da sátira *Os Césares*, escrita em 362 d.C. em Antioquia de Orontes, capital da província romana da Síria.

A metodologia utilizada é a que foi proposta por Arnaldo Momigliano na obra *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*,¹ segundo a qual o historiador deve privilegiar a análise das fontes nos estudos da Antiguidade, devido à distância temporal. Acorados nessa perspectiva e em estudiosos da História, Filologia e Literatura, levamos a cabo nosso estudo.

Há uma carência de produção historiográfica brasileira sobre a obra de Juliano, o Apóstata.² Em pesquisa no site JStor³ verificamos que a sátira *Os Césares* tem sido mencionada apenas de modo referencial e em torno da polêmica paganismo *versus* cristianismo, a qual contrapõe os escritos do imperador com pensadores cristãos. Não olvidamos a riqueza desses estudos, mas compreendemos que pesquisas voltadas para a obra juliana em sua plenitude são importantes para o avanço dos estudos tardo-antigos, pois abrem um horizonte para além da querela entre pagãos e cristãos.

A fonte de que dispomos para realizar nosso estudo é uma edição bilíngue em inglês e grego da *Loeb Classical*, traduzido por Wilmer Cave Wright (1868 – 1951).

O trabalho divide-se em quatro capítulos: I. O conceito de Antiguidade Tardia; II. A natureza da sátira; III A trajetória política de Juliano, o Apóstata; IV. A análise da fonte e conclusões.

Alguns elementos contextuais: Juliano e seu tempo.

Enquanto *César* de Constâncio, distante nas fronteiras além de Constantinopla a lutar contra os exércitos Sassânidas, Juliano foi aclamado imperador pelas legiões da Gália, abnegando o Cristianismo de sua dinastia no intuito de reviver a religião helênica.

Ambos não se digladiaram em campo de batalha, pois Constâncio morreu antes que pudesse enfrentá-lo. Juliano então imbuído do desígnio de reviver a religião helênica se dirigiu à Constantinopla e, em 362, marchou em direção a Antioquia, nas fronteiras orientais, a fim de destruir o Império Sassânida. Portanto, é preparando-se para o conflito contra os Sassânidas, na antiga cidade fortaleza da cultura helênica, quando o vívido festival de Saturnália acontecia, que Juliano escreve sua sátira.

A sátira retrata um mito que ocorre nas festas da Saturnália, em que Rômulo, o fundador de Roma, oferece um banquete aos deuses do Olimpo e aos imperadores romanos. No banquete os deuses decidem avaliar os méritos e virtudes dos príncipes numa disputa retórica em que os imperadores exaltam seus feitos político-militares

¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 2004.

² Contudo, não olvidamos o trabalho realizado pela professora Margarida Maria de Carvalho, grande especialista na obra de Juliano, o Apóstata no Brasil, cuja obra é inspiração para este trabalho.

³ J Stor é um arquivo digital sem fins lucrativos que auxilia a pesquisadores e estudantes com um rico conteúdo acadêmico: <http://www.jstor.org>

perante as divindades. Ao vencedor o prêmio é ser estimado como *optimus*, isto é, o melhor.

Por conseguinte, diante do desígnio de reviver a cultura e a religião helênica, auferimos que ao escrever a sátira, Juliano buscou construir um modelo de príncipe.

Glanville Downey nos apresenta os estudos sobre a cronologia da obra literária do imperador, demonstrando os estágios de seu projeto político-teológico. Em Constantinopla, a política imperial focou-se em reviver os antigos cultos helênicos, adotando uma posição de tolerância religiosa. Entretanto, diante do poder que o Cristianismo fora investido pela dinastia constantiniana, Juliano entrou em guerra contra o Cristianismo. E é precisamente em Antioquia que coloca em prática o desígnio de reviver o Helenismo e transformar o culto helênico numa teocracia.

Quando chegou à Antioquia, Juliano passou a agir como o governante ideal, (...) administrando pessoalmente a justiça, aliviando aos pobres e oprimidos, restaurando o decaído Senado local, e definindo um exemplo em seu modo de vida e em antigos ritos pagãos.⁴

Uma fonte histórica, um estilo distinto: a Sátira na Antiguidade Tardia.

A sátira foi escrita no século IV, um período de renovação da cultura clássica ante a religiosidade cristã que ascendia no horizonte romano, sobretudo após o imperador Constantino I (272 – 337 d.C.), tio de Juliano, instituir o Cristianismo como religião imperial.

Ainda que para estudiosos da Antiguidade o século IV representasse “o fim do mundo antigo, de seus valores estéticos e morais, de todo um modo de vida baseado na cidade e na preeminência da palavra e da razão, (...) século da vitória do cristianismo sobre a cultura clássica pagã”,⁵ essa visão há muito foi ultrapassada.

Esse prisma historiográfico teve força no século XIX e privilegiava a história política, sem analisá-la ligada à cultura e à religião. De acordo com essa perspectiva, o enfraquecimento do poder imperial nas províncias ocidentais, sobretudo pelas invasões “bárbaras”, significou a queda do império como instituição política. Desse modo, as palavras *decadência*, *queda* e *declínio* sustentavam essa perspectiva.

A visão de que o mundo antigo tombou melancolicamente ao longo dos séculos III à VIII d.C. e o mundo cristão ascendeu sobre suas ruínas fora, no início do século XX, superada pelas análises de estudiosos no campo da História, Arqueologia e Filologia.

O presente trabalho se debruçou sobre a Antiguidade Tardia, conceito forjado pela historiografia alemã no começo do século XX. A *Spätantike* (do alemão *Spät* tarde e *Antike* antiguidade), termo cunhado pelo arqueólogo Alois Riegl, ganhou tónus com os estudos filológicos realizados por Johannes Straub e propôs um novo olhar sobre o período histórico que abrange os séculos III à VIII d.C.⁶

Straub analisou fontes escritas a partir do século III d.C. no intuito de verificar a relação entre a tradição clássica e helenística e essa antiguidade. Antes concebida como o fenecer da cultura clássica, o estudo de Straub evidenciou, no entanto, “(...) a existência de uma tradição clássica e helenística revigorada e sempre reinterpretada”.⁷

⁴ DOWNEY, Glanville. Julian the Apostate at Antioch In: *Church History*. Cambridge: Cambridge University Press: 1939, pg 303 – 315.

⁵ CARVALHO, M. M. de. *Paidéia e retórica no século IV d.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume.

⁶ FRIGHETTO, Renan. *A Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa Época de Transformações (Séculos II – VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, pg 20.

⁷ Ibidem, pg 20.

Esses estudiosos inspiraram grandes historiadores a se dedicarem à Antiguidade Tardia, como Peter Brown, Arnaldo Momigliano, Henri-Irineé Marrou e Jacques Le Goff. Substancialmente, eles não analisam a *Spätantike* sob o prisma do *declínio* e *queda*, mas como um período em que a tradição clássica e helenística se renova pelos contatos com os povos “bárbaros” e, sobretudo, com o Cristianismo.

Peter Brown⁸ e Momigliano⁹ concebem a Antiguidade Tardia como um vívido período histórico, em que tradição clássica e helenística é sempre revigorada e absorve elementos de longínquos territórios do Império Romano e além *limes*.

Em *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* Henri-Irineé Marrou a entende como outra Antiguidade e civilização, a qual deve ser analisada em sua originalidade e não através de cânones estabelecidos no passado.¹⁰ A perspectiva de Jacques Le Goff complementa a tese de Marrou, pois argumenta que a Antiguidade Tardia carrega substâncias próprias da Antiguidade Clássica, embora não seja mais Clássica e, igualmente, apresenta características medievais. Sendo assim, analisá-la sob o prisma do *declínio* e *queda* é uma posição que se ancora unicamente no glorioso passado romano. Do mesmo modo, analisá-la olhando apenas para o horizonte medieval, acaba por contemplar somente a Idade Média que desabrocha, ignorando a originalidade do período.

Compreendemos, portanto, que analisar uma fonte do IV d.C. ancorados no conceito de Antiguidade Tardia é um posicionamento historiográfico, que nega a antiga perspectiva de que os séculos III à VIII d.C. foram imbuídos de uma identidade amorfa, de ruptura com a glória do tempo de César e que caminha para a melancólica clausura monástica do medievo.

Como analisamos uma sátira se fez mister dissertar acerca de sua natureza. A sátira é uma expressão literária e uma prática social, pois se dedica à vida em toda a sua plenitude. Castillo observa, entre seus cenários e temas, a vida na cidade e seus violentos contrastes, a brutalidade dos costumes, a injustiça para com os pobres, os banquetes, o mercado, os jogos de circo e gladiadores.¹¹

O que o poeta Quintiliano reclama em considerá-la essencialmente romana, é o reconhecimento da originalidade da sátira como gênero literário: *satura tota nostra est*. Da assertiva de Quintiliano, auferimos que ela se mira e se alimenta em instituições culturais preciosas aos romanos, como a comédia antiga e o teatro.¹² Já Horácio a concebe como violenta, comparando o satirista a um touro, a obra satírica a uma espada, e um dos desígnios dessa relação a defesa de leis e tradições em ruínas. Portanto, além de uma substância moral, a sátira carrega uma essência política.

Além disso, a sátira tem a característica de disfarçar-se em gêneros literários como o épico, a tragédia e o mito. Contudo, embora se sirva desses gêneros, seus temas são históricos. No interior da sátira há uma tensão entre sua essência literária e a realidade particular que busca atingir. A natureza literária da sátira torna seu ataque a um vício ou a crueldade de costumes em arte, ao passo que sua essência histórica mina os muros da forma literária. Desse modo, a sátira é palco de um conflito violento entre o mundo etéreo da literatura com o concreto da vida dos homens. Auferimos essas características em nossa sátira.

⁸ BROWN, Peter. *O Fim do Mundo Antigo. De Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Verbo, 1972.

⁹ FRIGUETTO, Renan. *A Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa Época de Transformações (Séculos II – VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, pg 20.

¹⁰ MARROU, Henri-Irineé. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Áster, 1979.

¹¹ CASTILLO, Carmen. *Tópicos de La Satira Romana*. Conferencia pronunciada em el Curso de Humanidades Clásicas de la Universidad Internacional Menéndez Pelayo de Santander, 10-VIII, 1971.

¹² *Ibidem*, pg 147.

A fonte: sua análise e interpretação.

Dividimos a sátira em três momentos:

1. A entrada dos deuses e imperadores no banquete.
2. O jogo divino para escolher o melhor.
3. O inquérito de Hermes.

Observamos que cada momento impõe um julgamento sobre os imperadores. Dos julgamentos colhemos virtudes e vícios, com as quais Juliano erige um modelo de príncipe. Segundo Manuel Gervás o papel das virtudes era formalizar e intensificar a imagem imperial, no intuito de criar uma estrutura política unitária.¹³ Compreendemos as virtudes como apresentadas por Hidalgo de La Vega: a temperança, a prudência, a justiça, a clemência e a filantropia, carregando, igualmente, uma substância moralizante.¹⁴ Os gregos concebiam as virtudes como unidas à prática do bem; em Roma elas adquirem um significado mais político.

O primeiro momento é marcado por uma avaliação da imagem dos imperadores. A feição, os gestos, as vestes e adornos simbolizam sua história e pintam o retrato de cada um. Concluimos, por conseguinte, que a entrada no banquete divino consiste numa avaliação dos príncipes romanos desde Julio César, ancorada na imagem.

No segundo momento, Hermes conclama a um combate retórico, em que os imperadores elaboram um *encomium* a aclamar seus feitos político-militares ante as burlescas invectivas do sátiro Silenus para que os deuses escolham o *optimus*. Nesse momento, auferimos serem as ações o objeto do julgamento, e delas colhemos igualmente vícios e virtudes.

Já no terceiro momento, *O inquérito de Hermes*, Silenus e Hermes indagam sobre a essência e o significado de suas ações como imperadores, numa série de perguntas em estilo socrático. O modelo de *príncipe* adquire assim sua forma mais acabada.

Compreendemos, portanto, que cada momento é um pilar na construção de seu modelo de *príncipe*.

Os imperadores se apresentam na ordem em que viveram e, embora o príncipe macedônio Alexandre Magno seja convocado pelas súplicas do herói Hércules, Juliano demonstra um rigor cronológico que reforça a perspectiva de que a sátira é substancialmente histórica. Sendo assim, os príncipes que discursam perante as divindades são: Julio César, Alexandre Magno, Otaviano Augusto, Trajano, Marco Aurélio e Constantino.

Analisando cada momento da sátira em sua particularidade chegamos a seguinte conclusão:

Para Juliano, o Apóstata o mito é divino e querido pelos deuses. Há uma relação entre o mito e a filosofia, sendo a filosofia o instrumento pelo qual se atinge a verdade do mito, pois “las verdades de los dioses se cuentan por medio de mitos y a ellas se accede por medio de la filosofía”.¹⁵ Concluimos, portanto, que expressar-se através do mito não significa o deleite artístico de um príncipe literato, mas um instrumento pelo qual busca transmitir uma *enseñansa* de essência política e religiosa.

O príncipe deve encarnar as virtudes da temperança, prudência, justiça, clemência e, sobretudo, a piedade para a boa governança. Hidalgo de La Vega assinala que às

¹³ GERVÁS, Manuel. *Propaganda Política y Opinión Pública: em los panegíricos latinos del Bajo Imperio*. São Paulo: Edusc, 2004.

¹⁴ HIDALGO DE LA VEGA, Maria. La Teología de Juliano como Expresión de La Cultura de su Tiempo In: *El Intelectual, La Realeza y El Poder Político en El Imperio Romano*. Salamanca: Universidad, 1995.

¹⁵ HIDALGO DE LA VEGA, Maria. La Teología de Juliano como Expresión de La Cultura de su Tiempo In: *El Intelectual, La Realeza y El Poder Político en El Imperio Romano*. Salamanca: Universidad, 1995. pg 230

virtudes da tradição filosófica clássica, Juliano incorporou a filantropia, a qual confronta os desejos da glória e da riqueza, pois impõe a negação de si para viver pelos os pobres e oprimidos.

Contudo, o desígnio precípua na concepção juliana é o imitar aos deuses: “considere a los dioses por delante de todos los bienes, ya que sons sus bienechores, amigos e salvadores (...) y siempre que obedezca las divinas leyes inmutables.”¹⁶ Segundo Hidalgo de La Vega, para Juliano “el *basiléus* debe también tener como objetivo fundamental de su práctica política el ser como los dioses.”¹⁷ Portanto, um príncipe cujo desígnio é conquistar o mundo, a glória e as riquezas, como os imperadores são apresentados na sátira, ignora o princípio fundamental no exercício do poder.

Se atentarmos para como Juliano retrata o imperador Marco Aurélio: as sóbrias vestes, a longa barba e a tez enrugada pelos estudos; temos diante de nós a imagem de Juliano, o Apóstata. A maneira como o imperador filósofo é descrito ao caminhar à presença dos deuses é semelhante à imagem que o príncipe apóstata construiu de si, o perfeito retrato de um filósofo e estóico.

Ao ascender ao trono imperial, Juliano fez pública sua apostasia. Segundo o historiador Dario Sanchez,

Este cambio se reflejó físicamente en su persona: Juliano se dejó la barba, que em la Antigüedad era asociada con los filósofos y el paganismo. Un emperador com barba rompía com uma tradición de ya varias décadas que había sido iniciada por el primer emperador cristiano, Constantino. La de Juliano tenía así um importante significado, era um símbolo visible para todo el mundo de su ruptura com el cristianismo y de su defensa del paganismo.¹⁸

Ao assumir a melhores virtudes nos elogios proferidos pelos príncipes, Juliano apresenta o princípio fundamental de sua *práxis* política: imitar aos deuses, contudo igualmente se apresenta como o príncipe ideal de sua época. Marco Aurélio, portanto, não representa um modelo de *príncipe*, mas um paralelo de Juliano.

¹⁶ Op. Cit., pg 232

¹⁷ HIDALGO DE LA VEGA, Maria. La Teología de Juliano como Expresión de La Cultura de su Tiempo In: *El Intelectual, La Realeza y El Poder Político en El Imperio Romano*. Salamanca: Universidad, 1995. pg 239

¹⁸ SANCHEZ, Dario. *La Barba del Emperador Juliano o sobre la importancia de los pequeños detalles en las monedas antiguas* In: <http://www.monedas-antiguas.com.ar/2011/04/la-barba-del-emperador-juliano-o-sobre.html>

A NOBREZA NO LIVRO DOS ESTADOS DE DON JUAN MANUEL

Autora: Ana Paula de Castro Marcondes Godoy
Orientadora: Prof^a. Dra. Fátima Regina Fernandes

Palavras chave: Nobreza, Cultura, Poder.

O fim do século XII e o início do século XIV compreendem um período marcado por intensas crises políticas e sociais nos reinos cristãos europeus. Na busca de bibliografia sobre o tema, percebeu-se que quando se trata da construção teórica e dos embates políticos do fim da Idade Média a maior parte das discussões está restrita aos espaços do Papado, do Sacro Império Romano Germânico e do Reino de França. Como também houve política em outros espaços da Cristandade ocidental a pesquisa enveredou na procura por bibliografia relacionada a estes espaços, principalmente com relação à Península Ibérica. Esta região entre os séculos XI e XIV passa por grandes transformações com a retomada dos territórios pelos cristãos e com a necessidade de organizar estes novos reinos que estão em formação, bem como em sua afirmação enquanto Cristandade frente às heranças árabes deixadas e frente ao resto da Cristandade já bem estabelecida. Também com relação pesquisa bibliográfica houve um grande número de resultados com relação a tratados voltados à delimitação da hierarquia dos poderes temporal e espiritual, à supremacia imperial, papal ou régia e a educação do príncipe.

Seguindo o interesse em analisar estas questões a fonte trabalhada é o Livro dos Estados tratado político, teológico e de educação principesca e nobiliárquica escrito por Don Juan Manuel, um nobre da casa real do reino de Castela nos séculos XIII e XIV. Utiliza-se a edição disponível na coletânea Biblioteca de Autores Españoles desde la formación del lenguaje hasta nuestros días, tomo quinquagésimo primeiro, intitulado Escritores em prosa anteriores al siglo XV, da Ediciones Atlas de Madrid, publicado em 1952. O trabalho divide-se em três capítulos, sendo o primeiro sobre o contexto político da baixa idade média, especificamente do reino de Castela. O segundo capítulo trata da vida pública e trajetória política de Don Juan Manuel, enquanto o terceiro é dedicado a sua produção literária e análise da fonte já citada.

No reino de Castela desde o século XIII houve um processo de fortalecimento do poder régio, tanto no plano político como no legislativo, administrativo e da justiça. Esse reforço da autoridade real e a promoção de uma centralização tiveram uma resistência vigorosa por parte dos grupos nobiliárquicos. Esta resistência vinha não apenas das linhagens mais antigas da alta nobreza, mas também da própria família real, buscando meios de fortuna e também de retomar controle político sobre as instituições régias. A principal questão reside em determinar o papel da nobreza dentro da estrutura política do reino, uma vez que a monarquia necessita do apoio nobre não apenas na proteção militar do reino, mas também à frente dos mecanismos do governo. Segundo Mínguez, poder real e nobiliárquico são duas faces da mesma moeda, ou dois suportes essenciais na arquitetura do poder.¹

Utilizamos em nosso estudo o conceito de nobreza trabalhado pela Dra Fátima Regina Fernandez em seus estudos sobre a baixa idade média portuguesa. Segundo a autora, entende-se nobreza enquanto ordem, estatuto social. Os critérios definidores dos estratos sociais baseiam-se no sangue e na origem familiar, e não em aspectos econômicos, como na diferenciação entre classes sociais. Essa superioridade que advindo do direito de sangue é o que proporciona a essa nobreza o acesso aos privilégios de isenções fiscais e imunidades judiciais, o que caracterizaria o ser-se “honrado”. Assim, o que caracteriza a

¹ MÍNGUEZ, César Gonzáles. *Las luchas por el poder en la corona de Castilla: nobleza vs monarquía (1252-1396)*. Revista Clio e Crimen, nº 6, 2009. p. 45

nobreza é o direito a exercer prerrogativas senhoriais, ou o seu exercício efetivo em convocar ou cobrar tributos e o direito de julgar. Esses direitos, por sua vez, só são exercidos por quem domina as principais fontes de poder, sejam recursos econômicos, força militar e a proteção do rei.

O reino castelhano passava por um fenômeno de transformação e renovação do quadro nobiliárquico, segundo Salvador de Moxó.² Para o autor, nesta época teve início um processo de declínio da chamada “nobreza velha”, ao mesmo tempo em que entram no grupo da alta aristocracia novos elementos sociais, de uma nobreza menos titulada. Esse grupo nobiliárquico teve sua formação e consolidação extremamente vinculadas ao processo de expansão e apogeu da chamada Reconquista cristã, ao longo dos séculos XII e XIII, que garantiu a esta nobreza não só a atuação da sua vocação bélica como também a incorporação dos domínios conquistados ao seu patrimônio.

Ressaltamos aqui que a nobreza não é um grupo monolítico, e sua diversidade e hierarquia deve ser levada em consideração ao analisar o tema, uma vez que, segundo Mattoso, “a relação com o poder econômico, político, militar e simbólico já é em si estruturante”.³ Dentro da alta nobreza castelhana a categoria dos ricos-homens compreendia o grupo social de maior destaque, tendo para si não apenas uma boa base patrimonial bem como altos cargos na administração real. No saco de um conflito externo, como o processo de Reconquista dos territórios dentro da Península ocupados por populações muçulmanas, eram estas as estirpes nobiliárquicas que incorporavam as mais importantes e volumosas doações, isenções e imunidades, aumentando a diferenciação dentro da própria nobreza. Estas mesmas conquistas, por outro lado, levaram a uma intensificação das estruturas senhoriais no reino, através do exercício pelos nobres das prerrogativas que possuíam por direito, através da apropriação dos principais instrumentos de poder.

No final do século XIII, há um refluxo da Reconquista e uma queda na expansão territorial, tendo início um período de enfraquecimento das altas estirpes nobiliárquicas em Castela. A partir de então houve dificuldades na manutenção do poder político e econômico, devido ao arrefecimento de suas glórias militares, bem como o estancamento de suas principais fontes de engrandecimento patrimonial.⁴ Perde-se também o prestígio social e a influência política, além de uma degradação biológica devido a práticas endogâmicas, junto com uma redução deste contingente devido às guerras civis e conflitos externos. Soma-se a isso o próprio projeto de centralização da monarquia, no qual a alta nobreza perde sua posição preponderante nos órgãos de poder e administrativos da Coroa, onde gradativamente elementos de uma camada social mais modesta compoem o quadro burocrático do reino.

Com relação aos embates políticos entre monarquia e nobreza houve três fases distintas em que houve uma crise política intensa, delimitados pelos seguintes marcos temporais: a ascensão de Sancho IV (1284-1286), em que ocorre uma guerra civil devido ao questionamento da legitimidade do monarca; o reinado de Fernando IV (1295-1312), reinado curto marcado por revoltas da nobreza e por nova guerra civil e a longa menoridade de Afonso XI (1312-1325), com acirradas disputas pela tutoria régia. Estes marcos ajudam visualizar a amplitude da crise política, com os maiores impactos sofridos pela alta nobreza castelhana.

² MOXÓ ORTIZ DE VILLAJOS, S. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. *Cuadernos de Historia*, Madrid, n.3, p.2-3, 1969

³ MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1987, p.27.

⁴ GERBET, Marie-Claude. *Las noblezas españolas en la Edad Media. Siglos XI-XV*. Madrid: Alianza Editorial, 1997, p.70.

O fim do reinado de Afonso X, o sábio foi marcado por uma guerra civil que instaurou um padrão para os conflitos que se seguiriam nas décadas seguintes no cenário político em Castela. O infante Fernando, filho primogênito e herdeiro do trono morre em 1275, abrindo uma disputa entre os seus herdeiros legítimos e seu irmão D Sancho, que reivindicava seu direito sucessório, como filho secundogênito do rei. Nas Cortes de Segóvia em 1278 Afonso X reconhece D Sancho como herdeiro da Coroa, mas doações futuras de isenções e privilégios aos herdeiros de D Fernando fazem com que D Sancho revolte-se contra seu pai. A sociedade política divide-se antagonicamente em duas facções, com o maior número de aliados ao lado de D Sancho, movidos por uma insatisfação à política centralizadora promovida por Afonso X. Após embates e a morte do monarca, Sancho IV é entronizado em 1284, mas mantém o projeto centralizador do pai, fazendo com que a nobreza levante-se contra ele, que os reprime violentamente.⁵

Com a morte súbita de Sancho IV em 1295, o clima de instabilidade tem continuidade, pois o herdeiro, D Fernando, ainda é criança, e há uma grande disputa entre os representantes da alta nobreza pela tutoria do futuro monarca. Entronizado em 1301, Castela se recompõem brevemente, uma vez que o monarca morre onze anos depois. Deixando um herdeiro criança, a nobreza parte para mais um assalto ao poder, disputando a regência de D Afonso, numa tentativa de manter seu poder tanto político como econômico. O reinado de Afonso XI é turbulento, marcado por invasões externas bem como por levantes por parte da nobreza, mas é o monarca que tem mais sucesso em continuar a política centralizadora promovida por Afonso X.

Don Juan Manuel nasceu em Toledo, em 1282, durante a guerra civil em que Sancho IV assumiria o trono. Era filho de Don Manuel e Beatriz de Sebóia, neto do rei Fernando III e sobrinho de Afonso X, o sábio. Órfão aos oito anos de idade, é criado na corte de Sancho IV, assumindo seus domínios aos doze anos, e dando início a sua vida pública durante o reinado de Fernando IV. O início de sua atuação política foi como Adelantado da fronteira na região de Múrcia, uma região herdada de seu pai juntamente com o cargo, e constantemente ameaçada tanto pelo reino de Aragão quanto pelo Islão Granadino. Foi invadida por Jaime III em 1296, e em detrimento do reino de Castela, firma um acordo de capitulação com o monarca de Aragão. Casa-se com a filha de Jaime III, que lhe daria como dote a recém conquistada região de Múrcia, e em troca compromete-se a reconhecer o rei aragonês como senhor natural de seus domínios e servi-lo contra seus inimigos, com exceção de Castela, sempre que esta não lhe fosse hostil.⁶

Com a morte do rei Fernando IV de Castela e a menoridade do Infante Afonso, Don Juan Manuel retorna suas atenções a corte castelhana, pleiteando a tutoria do futuro monarca, que foi obtida. A política cada vez mais centralizadora exercida por Afonso XI faz com que Don Juan Manuel lidere e ou participe de muitas revoltas nobiliárquicas, e na tentativa de acalmar este que era um dos nobres mais poderosos e influentes do reino, o monarca propõem o seu casamento com a filha do Adelantado, Constança Manuel. Com o matrimônio realizado, Don Juan Manuel volta sua atenção para a reconquista, travando batalhas bem sucedidas em Granada. Sentindo que a ameaça estava neutralizada, Afonso XI anula seu casamento com Constança e busca uma aliança com reino português. Sentindo-se ultrajado, Don Juan Manuel desnaturaliza-se e declara guerra ao monarca, aliando-se ao reino de Aragão e de Granada. Este conflito tem fim em 1330, e Adelantado ainda participa de algumas batalhas ao lado do rei antes de retirar-se da vida pública e

⁵ SILVEIRA, Eliana Ávila. . *Cultura e Poder na Baixa Idade Média Castellhana: O Livro das Armas de Don Juan Manuel (1282-1348)*. Inédito, 2006. pgs 25 a 36

⁶ FERNANDÉZ, Miguel Avilés. *Haja La extinción de La nobleza vieja*. IN Los reinos cristianos em La baja edad media. EDAF Ediciones-Distribuciones SA, 1981. p.104

desenvolver intensa produção literária. A data de sua morte é motivo de controvérsia para os historiadores, mas o mais provável é que tenha falecido no fim de 1348.

No fim da idade média o conhecimento produzido para servir de base à afirmação do poder real passou a abarcar também as preocupações ideológicas e dos costumes da nobreza. Isabel Beceiro Pita afirma que no fim da idade média cresce uma preocupação e uma valorização da educação das elites nobiliárquicas, e com isso cresce a literatura de caráter didático destinado tanto a educação dos príncipes como da camada nobre⁷. Don Juan Manuel é uma fonte importante para compreender essas estratégias culturais que fundamentam o sistema de valores, a conduta moral e os ideais sociais e políticos da sociedade aristocrática na baixa idade média e fundamentalmente na nobreza castelhana.

Seus escritos possibilitam uma visão dos processos culturais modelares para os costumes sociais nobres, bem como dos mecanismos de codificação ética no que diz respeito à conduta política das elites na sociedade baixo medieval. Suas obras funcionam portanto tanto como um guia de normas de comportamento quanto como um ideário de educação política e religiosa. Os estudiosos de suas obras defendem que as obras de Don Juan fazem parte do denominado didatismo doutrinal e moralizante, tendo em suas obras desenvolvido um programa educativo voltado para a formação da nobreza.

Segundo Stefano, percebemos em suas obras doutrinárias além da visão de mundo do pensamento medieval com seus antagonismos, características herdadas da antiguidade: uma humildade do artista enquanto instrumento divino ao mesmo tempo em que demonstra ter consciência da sua personalidade artística; busca da aproximação com o leitor em detrimento de uma obscuridade retórica e além de um apego ao saber livresco demonstrar um orgulho e segurança atribuídos à experiência pessoal.⁸

Suas obras oferecem uma visão completa da situação política e social do seu tempo, e contém uma busca de uma justificativa racional para o seu estilo de vida. Imerso em uma época de crise política e social, com a expansão da autoridade monárquica, e uma mudança nas posições sociais, suas obras tem o objetivo garantir a conservação do poder linhagístico nobre, legitimando-o. A aprendizagem desses saberes sócio morais seria um complemento importante para a formação do comportamento distinto desta camada social. Para Herrero, em Don Juan Manuel a formação do nobre supõe primeiramente a transmissão de valores morais e sociais, e os destinatários desse conhecimento são os varões que comandarão e defenderão a sociedade.⁹

A obra contemplada por este estudo é o Livro dos Estados, um tratado político-teológico e moral de doutrinação geral da sociedade cristã, podendo ser considerado a síntese de seu pensamento doutrinal. Foi escrita entre 1327 e 1330, época essa em que o nobre estava em guerra declarada contra o rei Afonso XI. É composta por dois livros, divididos em três partes: o primeiro livro tem cem capítulos, que tratam do estado dos laicos, o segundo livro tem 51 capítulos, com cinquenta tratando sobre o estado dos clérigos seculares e o último especificamente das ordens religiosas. De estrutura novelesca, é uma narrativa construída na forma de perguntas e respostas entre o rei Moravan, seu filho Johas, Turin, o cavaleiro preceptor do infante e o pregador Júlio. Quando o infante Johas tem conhecimento sobre a existência da morte, preocupa-se em como é possível ter uma vida que garanta a salvação da alma, e Júlio é chamado para ensiná-lo sobre este assunto.

⁷ BECEIRO PITA, Isabel. *La consciencia de los antepasados y la gloria Del linaje em la Castilla bajo medieval. Relaciones de poder, de proccción y parentesco em la Edad Media y Moderna. Aproximaciones a su estudio, obra compliada por Reyna Pastor*. Madrid: CSIC, 1990. p.571-590

⁸ STEFANO, Luciana de. Don Juan Manuel y el pensamiento medieval. In: Don Juan Manuel. VII Centenario. Murcia: Universidad de Murcia – Academia Alfonso X el Sabio, 1982, p.338

⁹GARCÍA HERRERO, Maria Del Carmen. La educación de los nobles en la obra de Don Juan Manuel. La familia en la Edad Media. XI Semana de Estudios Medievales. Instituto de Estudios Riojanos, 2001. p. 42

A interpretação cristã da morte serve de ponto de partida para a reflexão sobre a vida, e a conduta que deve-se ter. Podemos resumir a ideia básica do livro dizendo que é uma exposição da verdade cristã e de sua aplicação nos estamentos. A característica da sociedade estamental é a sua imobilidade, e a sua concepção resulta no fato de que só os estamentos importam, os indivíduos se reconhecem apenas através do seu pertencimento social. A fé constitui o eixo central do livro, a base sobre a qual se funda a demonstração racional da superioridade da religião cristã.

A tese central do livro é a que o fim último do homem é a salvação da alma, conseguida através do cumprimento de deveres de ordem social, correspondentes ao Estado.¹⁰ Esta visão teocrática implica que a hierarquia social, governada pelo sangue, é concebida como da vontade divina. Sendo assim, cada um deve cumprir com o desejo social designado por Deus. Embora o fim último do homem seja a salvação da alma, essa salvação só é conquistada através da vida ativa dentro de seu estamento social. Don Juan Manuel coloca-se como exemplo, através de suas características pessoais e de suas obras, aparecendo através de citações de Julio. Defende além da salvação da alma, da hierarquização da vida social, da instrução dos governantes a transmissão e conservação da honra senhorial nobiliárquica.¹¹

A superioridade do homem com relação aos seres celestiais reside no fato de que o ser humano é dotado de livre arbítrio, e está na possibilidade de escolha entre o bem e o mal a sua maior grandeza. A última parte do livro é dedicada a sensatez, a saber escolher um meio de salvação da alma no qual se possa conciliar os bens temporais e os bens materiais.

Vemos em Don Juan Manuel uma preocupação em criar uma justificação teórica para seu gênero de vida, e de conciliar o que pensa e propõe com o que efetivamente vive, representando mais um ideal que uma realidade. Também percebemos a sua intencionalidade didática tanto na escolha da língua romance, que abre a possibilidade de pessoas letradas mas que não dominam o latim, bem como na escolha do diálogo, onde as personagens são porta vozes do autor e expõe seu tema conceitual numa progressão de pensamento. No contexto em que viveu, suas teses atendiam a necessidade da ordenação e ajustamento da categoria nobre a um padrão de excelência moral, para estarem preparados para a defesa de suas prerrogativas sociais, políticas e econômicas em uma sociedade que estava com estes ideia progressivamente em declínio.

¹⁰ PEDRERO-SÁNCHEZ M.G. Ética e política em Don Juan Manuel. In: DE BONI, Luiz Alberto. *Idade Média: ética e política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p.464

¹¹ SILVEIRA, Eliana Ávila. *Cultura, Saberes e Modelos de Conduta da Nobreza Hispânica na Baixa Idade Média*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS, s.d. p.166

UMA PALAVRA VALE MAIS QUE MIL IMAGENS: AS REPRESENTAÇÕES DOS JUDAIZANTES NOS SERMÕES DE AUTOS-DE-FÉ DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA (1612-1620)

Aluno: Luís Fernando Costa Cavalheiro

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Martha Daisson Hameister/

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª .Andréa Carla Doré

Palavras-chave: Inquisição Portuguesa, Sermões de autos-de-fé, antijudaísmo.

O objetivo da monografia foi a análise de *Sermões de autos-de-fé* da Inquisição Portuguesa, visando compreender sua função naquela sociedade. Ao todo foram analisados oito Sermões, pregados entre 1612 e 1620.¹

A Inquisição Portuguesa tinha como principal função a manutenção e a coesão da ordem social e religiosa. Desde seu início, sua maior preocupação era o perigo herético, o qual era provocado “pelo inimigo da raça humana (Lúcifer)”², conforme expressão na bula de instalação do Tribunal. As palavras presentes nos Sermões demonstravam, com veemência, uma reprovação de outros credos.

Das palavras segue-se o sentido de formar *imagens*. Mas seria possível uma palavra criar uma imagem à expressão? Aristóteles já definia essa possibilidade: “a imagem é igualmente uma metáfora”.³ A metáfora, assim, causa uma visibilidade ao ouvinte, pois “designa uma coisa com o nome de outra que tenha com ela uma relação de semelhança”.⁴ As imagens aqui referidas, por sua vez, materializavam a força das palavras no púlpito inquisitorial: *cegos*, *surdos* e *mancos* foram as metáforas escolhidas para análise. São as mais recorrentes nas fontes e destinavam-se aos judaizantes – judeus que foram cristianizados e apostasiavam na fé, retornando ao antigo credo.

Polêmica e controversa, a própria Inquisição tem uma imagem marcada que a define: é aquela das grandes fogueiras, das perseguições, da intolerância. Esta foi a palavra que perdurou pelo século XIX quando o assunto era o Santo Ofício. Em 31 de março 1821 o então arcaico Tribunal era extinto de Portugal. O momento era outro. Não foi por meio de uma bula papal, mas sim por um decreto constitucional que o fim chegou.

Curiosamente, naquele mesmo ano de 1821 uma obra de autor anônimo abriu espaço para questionamentos sobre a função e a herança do Santo Ofício em Portugal.⁵ A originalidade dessa obra em demonstrar o surgimento da Inquisição teria ecos em trabalhos ao longo do século XIX. O principal fator para a existência da Inquisição era a *intolerância*. Autores⁶ desse mesmo período desenvolveram suas teses nessa mesma perspectiva traçando assim o perfil da Inquisição como cruel, injusta, desumana, fora de seu tempo – levando-se em consideração que sua criação ocorreu no auge do Humanismo – e repressiva. Era, todavia, o reflexo do medo de um possível retorno do Tribunal, envolto

¹ As fontes estão contidas na coleção compilada por Diogo Barbosa Machado. Estão disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – CEDOPE.

² *Apud* LUZ, Liliane Pinheiro da. *Inquisição: Poder e Política em terras Lusitanas (1536-1540)*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós graduação em História pela Universidade Federal do Paraná, 2001, p. 105.

³ ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

⁴ REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 122.

⁵ *História Completa das Inquisições de Itália, Hespanha, e Portugal*. Lisboa: Typographia Maignense, 1822.

⁶ Podemos destacar: MOREIRA, António Joaquim; MENDONÇA, José Lourenço D. de. *História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980 [1845]. HERCULANO, Alexandre. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2002 [1859]. KAYSERLING, Meyer. *História dos judeus em Portugal*. trad. Anita Novinsky. São Paulo: Pioneira, 1971 [1867].

de princípios próprios daquele século: o Liberalismo e mitos originários do período pombalino e depois interpretado por uma historiografia preocupada em buscar as razões do possível atraso de Portugal.

O consenso sobre a intolerância passou a ser questionado no início do século XX, principalmente com João Lúcio de Azevedo.⁷ A perspectiva apresentada a seguir, então, enfatizava as vítimas e suas trajetórias. No Brasil, os estudos sobre o tema tomaram corpo a partir da década de 1960, explorando a importância dos cristãos-novos em terras brasileiras.⁸ Apesar da ênfase nas vítimas do Santo Ofício, essa fase historiográfica voltava-se às perspectivas da longa duração com certa ausência da subjetividade humana.

A partir da década de 1970 a historiografia sofreu radicais transformações. A inovação foi o interesse pela subjetividade dos processados. Essa nova, e ainda atual, fase apoia-se, também, na antropologia. Por conseguinte, destaca-se uma necessidade de compreensão e não de julgamento sobre o Santo Ofício. Assim, é mais interessante saber a função do Santo Ofício na formação de Portugal Moderno.⁹ A intenção não é desconstruir a crueldade da Inquisição ou construir uma imagem benéfica, mas o cuidado de não remeter aos sujeitos históricos envolvidos no contexto o conhecimento que é próprio do momento de quem o escreve.

Contudo, a historiografia não deu grande importância aos autos-de-fé. Em 1969, o historiador português António José Saraiva chamava a atenção para esse fato: “existem acerca deste gênero vários documentos publicados, que nos permitem reconstitui-lo, mas falta ainda estudar o seu significado sociológico”.¹⁰ Vinte e seis anos depois, o historiador português Francisco Bethencourt demonstrava que o debate ainda não era suficiente: “fato ainda mais interessante: existem poucos estudos científicos sobre o próprio rito [do auto-de-fé] e seu lugar na sociedade da época”.¹¹ De lá para os dias atuais, apenas um trabalho veio à luz, com a dissertação *Autos de fé como espetáculos de massa*, do historiador brasileiro Luiz Nazário.¹² Para reconstituir o auto-de-fé, o autor utilizou fontes imagéticas, relatos de viajantes e documentos oficiais, porém nenhum sermão.

O objeto desta pesquisa é parte dos “vários documentos publicados” destacado por Saraiva. É, também, um trabalho que insere os sermões como parte dos mecanismos de manutenção da Inquisição em solos portugueses, alinhando-se, assim, à historiografia mais recente. Pretende, enfim, cobrir parte dessa lacuna historiográfica.

Como, então, localizar os Sermões na sociedade portuguesa? Quais eram as funções dessas palavras para a cristandade lusa do início do século XVII? Estas foram as problemáticas iniciais. Outras perguntas foram surgindo: por que o judaizante é o único citado, sendo que a Inquisição condenava também por outros crimes? Quais seriam as possíveis intenções ao definir os judaizantes como cegos, surdos e mancos?

Para chegar às respostas foi preciso conhecer os dois grandes personagens desta história: Portugal e o cristão novo que judaizou. Portugal, além de bem centralizado desde fins da Idade Média, era também uma monarquia confessional. Consoante Jean

⁷ AZEVEDO, João Lucio de. *Historia dos Christãos Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica, 1921.

⁸ NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1972. SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição – aspectos de sua atuação nas capitanias do Sul, 1530-1680*. São Paulo: Pioneira, 1969.

⁹ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*. Portugal, Espanha e Itália – séculos XV XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 [1995].

¹⁰ SARAIVA, António José. *Inquisição e Cristãos novos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, p. 103.

¹¹ BETHENCOURT, Francisco. *Op. cit.*, p. 221.

¹² NAZARIO, Luiz. *Autos de fé como espetáculos de massa*. São Paulo: Associação Editorial Humanistas/Fapesp, 2002 [originalmente apresentada como dissertação de mestrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989].

Delumeau,¹³ a Igreja Católica ao longo da baixa Idade Média ficou sitiada pelo medo da heresia, da peste, dos iconoclastas, do desconhecido de terras distantes. O judeu, por sua vez, passou a causar medo a partir das Cruzadas, tornando-se um corpo estranho em meio à cristandade. Perseguições, aversões, ódio: o judeu passou a ser o *mal absoluto*. Mas é preciso perguntar: Portugal era um nação sitiada? O judeu português era o mal absoluto?

Em 30 de novembro de 1496, D. Manuel I assinou um contrato de núpcias com a jovem Isabel de Aragão. Enquanto o rei português via uma possibilidade de união entre as coroas de Portugal com Castela e Aragão, profundas transformações ocorreriam aos judeus lusos. Como condição de casamento, Isabel exigiu “que El Rei [D. Manuel] houvesse de fechar todos os hereges de seus reinos e senhorios antes que ela entrasse neles; e isto mesmo pediu ao tempo que se fizesse as promessas de casamento”.¹⁴

Uma semana depois, em 05 de dezembro de 1496, um édito de expulsão dava dez meses para os judeus partirem de Portugal. D. Manuel garantia todas as facilidades de saída. Quem quisesse permanecer, devia dirigir-se a uma Igreja, receber a água batismal e tornar-se um cristão. Muitos daqueles judeus se viam outra vez desterrados: assim aconteceu em 1492, quando por ordem régia foram expulsos de Castela. Porém, a saída não foi efetiva. Temendo perder importantes somas, D. Manuel autorizou a conversão dos judeus. Nasceram, assim, os cristãos-novos em Portugal.

D. Manuel planejou uma longa política de integração aos novos cristãos, com uma série de concessões para a melhor permanência deles. Contudo, a comunidade cristã velha não via seus novos irmãos da fé com bons olhos. Aumentou a partir daí o antijudaísmo: um sentimento que outrora era estranho em Portugal. O cristão-novo passou a ser o judaizante, o deicida, o blasfemador, o pertinaz, o obstinado, o covarde, o cego que precisava ser iluminado. Enquanto um judeu que fugia escrevia seu desespero:

Quando cansarão meus males e fadigas,/minhas injúrias e ofensas,/minhas saudades e misérias,/as feridas n'alma e minhas mágoas, / as bem-aventuranças em sonhos, /as desventuras certas, os males presentes / e esperanças longas e tão cansadas?!/E quando terá paz tanta guerra/contra um fraco sujeito,/temor, suspeita, receios/de minhas entranhas?! / até quando gemerei, suspirei,/matarei a sede/com as lágrimas de meus olhos?!¹⁵

Ninguém mais e ninguém menos que Gil Vicente execrava o judeu:

Conjuro-te, Belzebu,
Pela cegueira hebraica,
E pela malícia judaica,
Com a qual alegras tu.¹⁶

Aliás, o próprio édito de expulsão de 1497 dava o tom sobre o judeu: “muito certos que os Judeus (...) obstinados no ódio da Nossa Santa Fé Católica de Cristo nosso Senhor, que por sua morte nos redimiu, tem cometido, e continuamente contra ele cometem grandes males e blasfêmias nestes nossos Reinos”.¹⁷ Criava-se, aos poucos, um ambiente de intensa aversão ao cristão-novo, o judeu disfarçado. Em 23 de maio de 1536, D. João III, conseguia a bula papal *Cum ad Nihil Magis*, estabelecendo, assim, a Inquisição em Portugal.

¹³ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. 1300-1800: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁴ TAVARES, Maria José Ferro. *Judaísmo e Inquisição* – Estudos. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 29.

¹⁵ USQUE, Samuel. *Consolação às tribulações de Israel*. Edição de Ferrara. Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 [1553], p. Aiiir-v.

¹⁶ *Apud* TAVARES, Maria José Ferro. *Judaísmo...op. cit.*, p. 75.

¹⁷ *Apud* LIPINER, Elias. *O tempo dos judeus: segundo as ordenações do reino*. São Paulo: Nobel, p. 243.

Quatro anos após o estabelecimento ocorria o primeiro auto-de-fé. Era a cerimônia máxima de condenação aos acusados de crimes na fé. Seguiu uma ritualística que se tornou característica: uma procissão, seguida de uma missa, finalizada com a leitura dos crimes dos réus. Os sentenciados à morte eram entregues ao braço secular e direcionados ao queimadero: lá eram erguidos em um tronco e ateava-se fogo.

Inicialmente o Sermão fazia parte da missa, entre o evangelho e a eucaristia, tendo uma curta duração. Aos poucos foi sendo desintegrado, tendo um espaço próprio logo após a missa. Data de 1612 o primeiro sermão impresso em Portugal. Para Francisco Bethencourt, isso demonstra duas transformações: primeiro a complexidade que a cerimônia vai adquirindo, atingindo o status de espetáculo; segundo, a necessidade de preservar a memória, através da impressão e publicação de parte de seus documentos como a lista dos réus a serem julgados.¹⁸

Em consonância é preciso notar a importância que as pregações ganham a partir da segunda metade do século XVI. Fazia parte do programa da Contra Reforma revitalizar a igreja por meio das palavras. O Concílio de Trento, promovido entre 1545 e 1563, preocupou-se sobre a relevância do Evangelho:

Porquanto não é menos necessária à República Cristã a pregação do Evangelho, do que a lição; (...) e todos os mais Prelados da Igreja estão obrigados a pregar por si mesmos o Evangelho de Jesus Cristo, não estando legitimamente impedidos. (...) E se algum desprezar o cumpri-lo, saiba que o espera um rigoroso castigo¹⁹

O pregador, então, tinha uma importante função: “eles podiam também agitar, intimidar e incitar o público através de proposições cuidadosamente preparadas. Isso era possível com sermões para inspirar os ouvintes a amar e perdoar.”²⁰ A intenção era provocar os *sentimentos* daqueles que ouviam, comovendo-os.²¹ Formulavam-se, assim, elementos para reviver o catolicismo romano.

“Pois esta cegueira Judaica é uma peste, se andar por entre nós fingida, e encoberta e solapada: coitado de ti, Portugal”.²² “Até quando haveis de manquejar em duas partes? Quando haveis de acabar de ser ou bem Cristãos ou bem Judeus?”.²³ “E como o seu mal é mal de orelhas, a mesma voluntária servidão digo de onde lhe veio a surdidão que ele próprio procurou”.²⁴ Estas eram expressões comuns nos Sermões, sempre destinadas aos judaizantes, ao mal absoluto. Percebe-se, de imediato, uma aproximação das mesmas palavras utilizadas por Gil Vicente. Não era por acaso: o Sermão contribuía na manutenção da exclusão de seus elementos estranhos, marginalizando-os.

¹⁸ BETHENCOURT, Francisco. *Op. cit.*, pp. 219-289.

¹⁹ *O Sacrossanto e ecumênico Concílio de Trento. Em latim e português*. Lisboa, 1781, tomo I, p. 85.

²⁰ NORTON, Howard. An analysis of a sermon preached against the jews at the Portuguese Inquisition. In: NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria Tucci. *Inquisição: ensaio sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1992, p. 503.

²¹ MULLET, Michael. *A Contra-Reforma*. Lisboa: Gradiva, p. 66.

²² Sermão que pregou o muyto reverendo padre Francisco de Mendoça da Companhia de Jesus no auto publico da FEE que se celebrou na praça da cidade de Évora Domingo 8 de junho de 1616, fl. 14.

²³ Sermão do acto da FEE que se celebrou na cidade de Coimbra, na segunda Dominga da Quaresma. Anno de 1612, fl. 20.

²⁴ SERMÃO DA FEE. Pregou o Frey Manoel de Lemos, Reytor do Collegio da Sanctissima Trindade de Coimbra; sua primeyra publicação da Santa Inquisição, que por principio de sua visita fez, o Muyto Illustre Senhor Sebastião de Mattos de Noronha, Inquisidor & Visitador Apostólico, na Cidade de Coimbra & todo seu districto em Aneyro Domingo, 18 de Feuereyro de 1618, fls. 17 e 17v.

Como foi contada toda essa história? Partimos da definição de Jean Claude Schmitt: “uma sociedade se revela por inteiro no tratamento de suas margens.”²⁵ O que os Sermões permite-nos conhecer é o *seu* judeu, aquele que representa o grande perigo à sociedade. A primeira evidência é ao nominar o cristão-novo enquanto judeu. Se o cristão novo era o grande perigo, designá-lo assim já era o suficiente para separá-lo do fiel cristão católico. Outra evidência é a direta identificação dos judaizantes a deficiências. É preciso, todavia, tomar cuidado para não correr no risco de cair numa explicação simplória, tomando a fonte como uma produtora da realidade. Da mesma forma que, segundo Carlo Ginzburg, “as respostas dos réus [durante a inquirição] não eram mais do que o eco das perguntas dos inquisidores”,²⁶ as pregações nos sermões não eram mais do que a repetição ao ódio ao judeu, revitalizado e renovado a cada auto-de-fé.

O que estava em jogo era muito mais que uma segregação religiosa. Era a defesa de uma identidade, era sentir-se católico, o povo escolhido de Deus para depositar seu filho Messias, pois

existia, no topo, uma identidade da *Respublica Christiana* (...). Uma identidade que se manifestava positivamente no sentido de unidade da república de crentes, quotidianamente veiculada na liturgia, na pregação, na organização eclesial ou, mesmo, na ordem processual canônica, pois de todo o orbe católico se podia apelar para o papa. Negativamente, este sentimento de identidade promovia a recusa de tudo o que fosse estranho ou adverso à comunidade católica, desde os pagãos, ou infiéis, aos judeus ou aos hereges.²⁷

Cegos, surdos, mancos: eram ofensivas, eram direcionadas, eram parte da força do Sermão. Três pequenas palavras, uma imagem: a culpa dos judaizantes. Diante das palavras e de suas intenções cabem algumas hipóteses.

Em primeiro lugar, o significado do Sermão em Portugal Moderno. Ora, aquele momento exigia uma coesão em torno de uma religião, de um rei, de um sentimento. A Ordem e a Unidade eram dois princípios muito caros e uma possível quebra era expressamente temida. Dirigir a palavra e dar um sentido ao inimigo era uma das possibilidades de manter tudo sob controle e criar um ambiente de união e concórdia.

Em segundo lugar, a relevância da pregação na conjuntura do auto-de-fé. Compreende-se que as metáforas destacadas eram de fácil reconhecimento por dar uma *visibilidade* aos réus. São partes do corpo e indicam deficiências corriqueiras. Ao dizê-las demonstrava-se o quanto os judaizantes não eram fiéis ao catolicismo e isso era reprovável.

Eram os Sermões, portanto, uma maneira de triunfar sobre o mal, uma garantia da coesão, a resposta à justiça para o público. Uma parte de um espetáculo que por muito tempo caracterizou Portugal, conforme narrativas e críticas. Eram os pulmões do Santo Ofício, que nas celebrações dos autos-de-fé enchiam-se para proferir palavras de contestação e repúdio. As metáforas destacadas tinham por função lançar uma *imagem* de seus inimigos, torná-los visíveis aos olhos de quem ouvia aquelas palavras. Não que os réus fossem, literalmente, cegos, surdos ou mancos. Não importava o erro, uma palavra valia mais que mil imagens.

²⁵ SCHIMITT, Jean Claude. “A história dos marginais”. In: LE GOFF, Jacques (dir.). *A história Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 285.

²⁶ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991 p. 208.

²⁷ SILVA, Ana Cristina Nogueira; HESPANHA, António Manuel. A Identidade Portuguesa. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: Quarto Volume – O antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 20.

UM MUSEU DE ARTE EM CURITIBA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO E A PRIMEIRA GESTÃO DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO PARANÁ (1970-1983), EM MEIO AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE CURITIBA

Autora: Fernanda Micoski da Costa

Orientadora: Rosane Kaminski

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Museu de Arte Contemporânea do Paraná;
Modernização artística.

A presente pesquisa visa compreender em que medida a criação do Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR)¹, fundado em 1970, durante o Governo de Paulo Pimentel (1966-1971), desempenhou um papel relevante no projeto de modernização de Curitiba. Investigou-se como a imprensa curitibana divulgou a imagem do museu no momento de sua criação, bem como a fala do seu primeiro diretor, Fernando Pernetta Velloso. As propostas apresentadas pelo diretor que, ao longo de sua gestão (1970-1983), concedeu entrevistas para os jornais locais, foram comparadas com os debates, em voga naquele período, sobre Museologia no Brasil, com o intento de perceber se o discurso do diretor estava em concordância com as orientações museológicas do momento. Incorporamos, também, como fonte de análise, o discurso de inauguração da instituição, feito pelo Secretário de Educação e Cultura à época, Cândido Manuel Martins de Oliveira.²

Partimos da compreensão de que o museu, de forma geral, oferece múltiplas possibilidades de análise sobre contextos históricos, grupos sociais e políticas culturais, afinal é constituído a partir de uma trama de tensões, narrativas, simbologias e representações, que o torna um elemento estratégico na edificação da identidade cultural, do patrimônio local e da produção de sentidos e conceitos.³ Tomá-lo, então, como objeto de estudo da História permite compreender o museu como instituição capaz de construir, expor e consolidar as relações sociais, identitárias e simbólicas de determinado lugar, uma vez que obedece ao contexto sociocultural e político e responde à dinâmica do campo de “produção simbólica” em que se situa.

A reflexão acerca do museu conduz à discussão sobre patrimônio, o qual está profundamente relacionado às questões sobre identidade cultural, memória e cidadania. De acordo com a pesquisadora Françoise Choay⁴, a relação do patrimônio com o tempo vivido e com a memória, o torna dotado, essencialmente, de uma *função antropológica*, pois suscita a evocação de imagens do passado, cujos acontecimentos merecem ser preservados porque são significativos coletivamente. Em outras palavras, a memória preservada identifica um grupo, confere sentido ao seu passado e define os seus anseios para o futuro.⁵ É válido enfatizar que para entender um museu de arte contemporânea, como é o MAC-

¹ Sediado em uma edificação de estilo neoclássico, localizada à Rua Desembargador Westphalen, nº 16, no centro de Curitiba, tombada como patrimônio histórico da cidade desde 1978. O acervo do MAC-PR possui cerca de 1.550 obras, estando entre elas pinturas, desenhos, gravuras, esculturas, fotografias, objetos, tapeçarias, colagens, instalações e vídeos, obras representativas da arte moderna e contemporânea.

² A documentação consultada encontra-se arquivada nos acervos do Setor de Pesquisa e Documentação do Museu de Arte Contemporânea do Paraná e no Setor Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

³ MORAES, Nilson Alves de. Museus e poder: enfrentamentos e incômodos de um pensar e fazer. In: **O Caráter Político dos Museus**. Organização de: Marcus Granato, Cláudia Penha dos Santos e Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro. Rio de Janeiro: MAST, 2010. p. 22.

⁴ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: EDUNESP, 2001.

⁵ PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992. p. 25.

PR, sob a ótica histórica não é suficiente taxá-lo apenas por sua dimensão memorial, afinal sua natureza é a de experimentação e proposição de atividades didáticas não necessariamente relacionadas às narrativas do passado, mas conectadas ao presente e ao desejo de atualização.

No que tange a articulação do patrimônio com a constituição de memórias e identidades, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves⁶ esclarece que estas se constituem como propósito das narrativas do patrimônio cultural no Brasil, com a finalidade de promover a unificação da nação. Os intelectuais, ao definirem os elementos nacionais, o fazem com propósitos políticos bem definidos, que tem consequências em termos de práticas sociais e de “ação simbólica”. No âmbito dos discursos sobre patrimônio cultural, apropriar-se significa preservar e definir uma identidade, o que denota que um grupo se torna o que é na medida em que se apropria de seu patrimônio. Entendemos que o patrimônio extrapola sua definição como coleção de objetos, manifestações, edificações, pois seu sentido é dado pela construção de “imagens patrimoniais”⁷, as quais são produzidas em consonância com orientações políticas, estéticas, historiográficas. Desta forma, contextualizar o patrimônio, inseri-lo nos processos sociais dos quais se nutre, aponta para a possibilidade de entendê-lo de acordo como cada grupo social se manifesta e expressa o que deseja estabelecer como perene.

Néstor García Canclini⁸, ao estudar cultura, aponta que os problemas de investigação centrais não são mera e simplesmente culturais, mas são aqueles pelos quais a cultura se torna fundamental para entender as relações sociais, políticas, econômicas, sendo assim de suma importância o estudo do contexto social de produção artística e de seus meios de validação⁹. Conceitos presentes na obra de Pierre Bourdieu¹⁰, como o de capital - social, cultural, simbólico - podem ajudar a pensar o museu inserido na sociedade, pois desvelam estratégias de poder que estão presentes nas instituições. Outras considerações teóricas que sustentam este estudo são as de Renato Ortiz¹¹ a respeito da modernidade, compreendida como um valor atrelado aos discursos oficiais do Estado e das elites e associada a valores como progresso e civilização. As teorias e conceitos dos referidos sociólogos certamente podem contribuir para o entendimento da fundamental relação da cultura, no caso, do museu com a sociedade e das relações de poder existentes, configurando uma forma interessante e produtiva de interpretar as fontes de pesquisa.

A partir do exposto acima, propusemos, então, uma revisão bibliográfica acerca da História da Arte no Paraná e da modernização do Estado, desde 1950. A formação do MAC-PR, em 1970, está profundamente relacionada ao ideário político da época de modernização do Estado e à articulação de alguns artistas locais para a criação de um museu de arte na cidade, que apresentasse o que estava sendo produzido em termos de artes visuais no Paraná e que estimulasse a produção artística local, renovada e com uma linguagem moderna.

⁶ GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

⁷ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Patrimônio cultural, a presentificação da história e da memória no Paraná. In: **Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná**/ José Eduardo Léon Szwako, Márcio de Oliveira (orgs). – Curitiba: Ed. UFPR, 2009.

⁸ CANCLINI, N. G. **A produção simbólica: teoria e metodologia em sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁹ Entende-se como meios de validação da produção artística: o conjunto de indivíduos – artistas, críticos, professores de arte – e instituições – escolas de arte, galerias, museus - responsáveis pela produção, difusão e consumo de objetos e eventos artísticos e, também, pela definição dos padrões e limites da arte de toda uma sociedade, ao longo de um período histórico. Cf.: BULHÕES, Maria Amélia. **Participação e distinção: artes plásticas no Brasil, anos 60-70**. Tese de Doutorado em História. USP, São Paulo, 1990.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹¹ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

A partir anos 1950, o Paraná se encontrava, no âmbito da política, em um clima de otimismo, sendo que o Governador Bento Munhoz (1951-1955), destacava a modernização local, associada à ideia de prosperidade, capaz de ‘libertar o Paraná do provinciano’¹². O rompimento com as barreiras do atraso e a sociedade industrial passam a significar o progresso e a civilização. No entanto, no campo das artes plásticas predominava um caráter fortemente conservador, apesar do ambiente intelectual renovado e animado pelo sentimento desenvolvimentista do período. A pretendida imagem política de ‘renovação’ não foi facilmente acompanhada pela concordância com os modos modernos de expressão artística, que fugiam à estética e composição de caráter academicista, afinal as artes plásticas dependiam da burguesia abastada, a qual se mantinha muito ligada a valores conservadores. Nesta conjuntura de modernização econômica, social e política, começava-se a delinear como caminho possível a ruptura com o conservadorismo cultural e aceitação de uma produção artística e intelectual moderna¹³. A história da arte paranaense, naquele momento, foi marcada pelo antagonismo entre “antigos” e “modernos”¹⁴, sendo que os artistas mais abertos às tendências e linguagens artísticas atualizadas promoviam encontros isolados e independentes para a discussão¹⁵. Tal processo de contestação foi caracterizado, posteriormente, como “Movimento de Renovação das Artes Plásticas no Paraná”¹⁶, que permitiu a abertura de discussões referentes à arte de vanguarda, aproximou os movimentos artísticos internacionais dos artistas paranaenses e, tornou viável a pesquisa de arte não-acadêmica.

É no início dos anos 1960, na gestão do Governador Ney Braga (1961-1965), momento em que se intensifica o projeto de fomento ao desenvolvimento paranaense,¹⁷ que Ennio Marques Ferreira, fundador da Galeria Cocaco e o artista Fernando Velloso são indicados para o Departamento de Cultura. A inserção destes intelectuais com ideais modernizantes define a tendência da nova gestão da política cultural do Paraná. Os novos dirigentes culturais almejavam colocar a produção local em contato com o que se fazia nos principais centros artísticos de vanguarda do país e articular meios de validação para a produção artística local.¹⁸ Segundo Fernando Velloso, o Paraná, até então, era carente de um “meio”, que além de fomentar as discussões, produzisse as condições para a execução de obras de arte de qualidade compatível com a produção dos grandes centros da cultura

¹² CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Escolhas abstratas – arte e política no Paraná**. Dissertação de Mestrado em História. UFPR, Curitiba, 2002. p. 3-4.

¹³ É válido mencionar que a *Revista Joaquim*, publicada entre 1946 e 1948, já havia contestado, na década anterior, o atraso da arte paranaense. Cf.: OLIVEIRA, Luiz Claudio Soares de. **Dalton Trevisan (en) contra o Paranismo**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2009.

¹⁴ FREITAS, Artur. **A consolidação do moderno na história da arte do Paraná**. Revista de História Regional. Ponta Grossa, n.8, inverno de 2003.

¹⁵ Artistas como Fernando Velloso, Loio-Pérsio, Nilo Pevidi, Paulo Gnecco, Violeta Franco, Alcy Xavier, Ennio Marques Ferreira, circulavam por ambientes como a Galeria Cocaco (1955), que desempenha papel importante ao realizar mostras e exposições num momento em que os museus ainda eram inexistentes. Outros espaços e movimentos que também serviram de aglutinadores e organizadores de grupos que pretendiam mudar o panorama artístico foram o Círculo de Artes Plásticas (1958), a Garaginha da Violeta Franco e o Salão dos Pré-julgados (1957). Cf.: BINI, Fernando. **Arte paranaense: movimento de renovação**. Curitiba: Galeria da Caixa Econômica Federal, 06 a 30 nov. 1998. Catálogo de exposição.

¹⁶ A expressão foi cunhada pela Historiadora da Arte Adalice Araújo, sendo bastante utilizada por outros pesquisadores para caracterizar o processo de transformação da arte local. Cf.: ARAÚJO, Adalice Maria de. **Arte paranaense moderna e contemporânea: em questão 3000 anos de arte paranaense**. Tese (concurso de livre docência) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 1974.

¹⁷ MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. **Da construção ao desmache: análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. Tese de Doutorado em Sociologia. USP, São Paulo, 1999.

¹⁸ CAMARGO, ... *Op. Cit.*, p. 75-81.

artística¹⁹. É por meio da renovação dos funcionários da burocracia cultural, representada pelos críticos e artistas com fortes laços com as camadas dirigentes do Estado, que foi possível criar condições para que as formas não acadêmicas de produção artística se tornassem visíveis por meio dos grandes mecanismos oficiais de validação, ou seja, pelo museu.

Em 1970, no Governo de Paulo Pimentel (1966-1971), o MAC-PR foi fundado, justamente no momento em que estava se processando a inserção de uma linguagem contemporânea na arte visual local e também momento em que uma ideologia modernizante era defendida por gestores culturais.

O desenvolvimento das instituições culturais e da máquina burocrática do Paraná estava em consonância com um processo mais amplo relacionado às transformações dos projetos políticos dos grupos dirigentes, interessados numa imagem de progresso e desenvolvimento da sociedade como um todo. A constituição de um museu de arte no Paraná está relacionada ao entendimento de como as formas modernas de expressão artística articulavam com os interesses gerais do campo político e social. Ou seja, os governantes e/ou detentores de poder ou “capital” – seja cultural, econômico ou político -, mostraram-se interessados na elaboração de uma imagem renovadora a partir do incentivo à criação do MAC-PR. Observa-se, por meio das fontes, como o discurso oficial do Secretário de Educação e Cultura,²⁰ na inauguração do museu, e as notícias de jornal analisadas que, no cenário de modernização econômica e política do Paraná, há a necessidade de investimentos e discursos de teor simbólico, relacionados à cultura e educação. Deve-se ponderar que a produção cultural sempre esteve entre os elementos que colaboram para a reprodução de ideias com o fim de manter determinada ideologia e, é tradicionalmente patrocinada pelos grupos detentores de poder para a irradiação de seu ideário.

Constatamos, por meio das fontes de pesquisa, que o discurso de Fernando Velloso é fortemente marcado pela orientação museológica que defende o “museu vivo”²¹, dinâmico, no sentido de combater a perspectiva de museu como um lugar “sacralizado” e “sarcófago do passado” - de acordo com as palavras do próprio diretor²². O panorama museológico internacional, ao longo dos anos 1970, compunha-se de ideias de uma museologia ativa, participativa e democrática, elencando-se como desafio refletir e agir sobre o patrimônio, considerando o museu como agente de mediação entre o patrimônio e o público. Era preciso reinventar a instituição museu, criticada, pelos museólogos, por seu caráter rígido, estático e elitista. Velloso incitou o debate sobre a questão da profissionalização do museólogo e da importância de um profissional deste integrado ao ambiente do MAC-PR. É adequado destacar que ele, na década de 1970, foi diretor da Associação Brasileira dos Museus de Arte (AMAB)²³, portanto, estava a par do que se discutia em termos de inovação e acontecimentos nos museus de arte brasileiros.

¹⁹ PARANÁ, MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA. Centro de Pesquisa. Pasta Fernando Velloso. **Depoimento de Fernando Velloso para o MAC-PR**. 07 de dezembro de 1988.

²⁰ PARANÁ, MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA. Centro de Pesquisa. Pasta Histórico do MAC-PR. **Discurso do Secretário de Educação e Cultura Cândido Manual Martins de Oliveira**. 27 de junho de 1974.

²¹ A expressão “museu vivo” implica na ideia de formar e dialogar com o público, conquistá-lo por meio de atividades culturais para além do que era considerada tarefa museológica, segundo o jargão utilizado em museus como o Museu de Arte de São Paulo, à época de sua fundação, em fins dos anos 1940. A fonte de tais princípios é o Museu de Arte Moderna de Nova York, fundado em 1929, cuja proposta era o dinamismo em suas ações. Cf.: LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus Acolhem Moderno**. São Paulo: EDUSP, 1999.

²² PARANÁ, BIBLIOTECA PÚBLICA DO. Setor Paranaense. Pasta MAC-PR. GEMAEL, Rosirene. No Museu de Arte Contemporânea. **Sem referência**. 11 de agosto de 1974.

²³ Informação disponível em: < <http://www.mac.pr.gov.br/>>.

Destacou-se, ao longo de sua gestão, um tema tratado como prioritário, que foi o de implementar um Setor de Pesquisa e Documentação, chamado por Velloso como “coração do museu”²⁴, sendo um espaço de preservação da memória das exposições, eventos e artistas que passassem pela instituição, constituindo-se, assim, de um acervo à disposição dos pesquisadores. Em sua fala, o diretor aponta que a integração entre a comunidade acadêmica e o museu era ausente, no entanto, necessária, visto que poderia haver uma simbiose interessante e produtiva.

Constatou-se que o discurso do diretor quanto ao perfil do museu afinava-se com os debates sobre Museologia naquela década, os quais apontavam como alternativa para a manutenção e pertinência dos museus na sociedade contemporânea, sua atualização e entendimento do espaço como um fórum de debate, promotor de um enlace entre a cultura e o grande público. As tentativas de caracterizar a instituição museal como espaço didático e simbolicamente acessível a todos não se configuraram plenamente ao longo da gestão, segundo Velloso²⁵, pela defasagem de acervo, que ainda estava se constituindo, pela falta de incentivo financeiro para a aquisição de novas obras e ausência de verbas e possibilidades para promover uma visão abrangente da arte brasileira, por meio de exposições. O grande público não se envolveu com o MAC-PR devido, também, à novidade do museu na sociedade curitibana dos idos de 1970 e a estranheza em relação às obras expostas.

Concluimos que o MAC-PR originou-se em um contexto político e cultural propício para a instauração de um museu de arte, tornando-se possível devido ao ingresso de artistas e intelectuais com tendências modernizantes na burocracia político-cultural. A inauguração da instituição foi apresentada na imprensa curitibana, como um ato político de incentivo à modernização cultural da cidade, no sentido de colocá-la par e passo com os demais centros culturais do Brasil. Entendemos que todo o processo de modernização cultural ocupava um lugar importante nos projetos de modernização defendidos pelas elites dirigentes em Curitiba. No entanto, contraditoriamente, houve dificuldades na promoção das atividades no museu, tendo em vista a ausência de uma sede definitiva, conquistada somente em 1974 e, também de verbas que pudessem contribuir de fato para o desenvolvimento cultural.

²⁴ PARANÁ, BIBLIOTECA PÚBLICA DO. Setor Paranaense. Pasta MAC-PR. Quinhentos mil cruzeiros em arte. **Sem referência**. 1974.

²⁵ PARANÁ, MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA. Centro de Pesquisa. Pasta Fernando Velloso. **Depoimento de Fernando Velloso para o MAC-PR**. 07 de dezembro de 1988.

RESUMOS BANCA 3

*Quinta-feira, 21 de
março de 2013 -
Início: 08:45h
Local: sala 612 -
6.º andar -
DEHIS/UFPR*

A ESTRADA DO ASSUNGUI: ENTRAVES POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS NA CONSTRUÇÃO DE UM CAMINHO COLONIAL NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1860-1888)

Autora: Ana Carolina Gesser

Orientador: Prof^o Dr. Luiz Geraldo Silva

Palavras-chave: estrada, Assunguy, imigração.

Nessa pesquisa, procuramos analisar os entraves político-administrativos na construção de uma estrada colonial – a Estrada do Assunguy, construída a partir do ano de 1860, nos primeiros anos da então emancipada província do Paraná. A partir da confrontação de fontes produzidas por diferentes atores sociais, buscamos analisar a mudança dos discursos desses atores referentes àquela estrada e sua relação com as diferentes políticas imigratórias adotadas na Província do Paraná por aqueles anos. Optamos por periodizar o ano de 1860, quando é criada oficialmente a Colônia do Assunguy com recursos do governo Provincial, e terminando em 1889, com a Proclamação da República e a instauração de um novo regime de Governo.

Para a realização da pesquisa, foram consultadas fontes administrativas, as quais se referem a relatórios de governo dos presidentes da província do Paraná, entre 1859 e 1889, e também a ofícios e correspondências contendo petições, reclamações e orçamentos. Essa última categoria, pertencente ao Arquivo Público do Paraná, é constituída por manuscritos enviados tanto por pessoas públicas em cargos administrativos como por pessoas privadas, como trabalhadores da estrada e moradores das suas margens.

Em vista de uma compreensão sobre o quadro mais vasto referente à migração em massa observada no mundo atlântico no século XIX, utilizei a obra de Eric Hobsbawm, *A Era do Capital*¹, de modo a perceber as mudanças ocorridas na Europa devido à dupla Revolução – Francesa e Industrial; de Sérgio Odilon Nadalin², João Klug³ e Carlos Roberto Antunes dos Santos⁴ no intuito de relacionar as emigrações européias com as políticas imigratórias do Império no Brasil. Para discutir essas mudanças e sua influência no fim do tráfico de escravos, bem como no início da discussão de uma política imigratória de substituição de mão-de-obra, e das bases argumentativas sob as quais a Lei de Terras foi feita, utilizei os trabalhos de Cláudia Cristina da Silva⁵, Emília Viotti da Costa⁶ e José Murilo de Carvalho⁷. Para tratar das políticas imigratórias na província do Paraná, baseei-me nas obras já conhecidas de Balhana, Westphalen e Machado⁸, Gyralda Seyferth⁹, Reinaldo Nishikawa¹⁰ e Roberto Edgar Lamb¹¹.

¹ HOBBSBAWM, Eric. *A era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

² NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

³ KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila, SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁴ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida Material, Vida Econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

⁵ SILVA, Cláudia Christina Machado. *Escravidão e grande lavoura: o debate parlamentar sobre a lei de terras (1842-1854)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Defesa: Curitiba, 2006.

⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁷ CARVALHO, José Murilo. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸ BALHANA, Altiva. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

⁹ SEYFERTH, Gyralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

¹⁰ NISHIKAWA, Reinaldo. *Terras e imigrantes na colônia Assungui*. Paraná, 1854-1874. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2007.

¹¹ LAMB, Edgar. *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Paraná, 1994.

A segunda metade do século XIX é marcada por fenômenos importantes que vão acabar introduzindo modificações na estrutura econômica e social do país, contribuindo para o desenvolvimento do mercado interno e estimulando o processo de urbanização. Dentre esses aspectos, pode-se citar primeiro a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a paulatina entrada de numerosos imigrantes no sul do país¹². Após a emancipação da Província do Paraná em 1853, buscou-se povoar o território com população branca, européia, que as autoridades brasileiras julgavam ser “trabalhadora e morigerada”. Para tanto, foi criada a Colônia do Assunguy, com a intenção de nela estabelecerem-se imigrantes europeus, que ao se tornarem colonos, supririam as necessidades de abastecimento de Curitiba e seu entorno. Ao contrário de outras regiões do império, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná, exceto sob eventual introdução de trabalhadores em obras públicas, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento de víveres.

A Colônia do Assunguy foi fundada em 1859, em colaboração com o governo imperial, quando o então presidente José Francisco Cardoso ordenou a demarcação do território. Era formada por três territórios, em uma distância de aproximadamente 100 km da capital Curitiba, uma vez que os primeiros empreendimentos de colonização tinham em vista também o povoamento do território, instalando os colonos em regiões de baixa densidade demográfica. Ao chegarem a esse núcleo colonial no ano de 1860, os colonos foram instalados em uma casa. Embora a pretensão inicial do governo fosse instalar 20 famílias, o presidente José Francisco Cardoso ordenou que fosse construída mais uma casa para a instalação de 40 famílias, conforme ordens do governo imperial. Segundo Altiva Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Wesphalen, no ano de 1860 a Colônia Assunguy possuía 949 imigrantes, dentre eles Ingleses, franceses, italianos, alemães e outros¹³, que deveriam assinar um contrato com o governo, relativo à posse das terras.

É também no ano de 1860 que as vias de comunicação entre as Colônias e os mercados vão começar a constituir um motivo de preocupação entre os agentes públicos, pois se acredita que a construção de uma estrada que ligue a colônia do Assunguy com a capital pode fornecer a migração espontânea de colonos que não obtiveram sucesso em núcleos mais antigos, como a Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina. Além disso, este presidente vai salientar a inconveniência de instalar nesse local colônias sem vias de comunicação “que as aproximem dos mercados, onde devem ter consumo os produtos de seus trabalhos¹⁴”. No ano de 1860, relata o mesmo presidente que “[...] como convinha preparar caminhos que facilitassem a emigração para o Assunguy e ao mesmo tempo desse fácil exportação aos produtos da Colônia, autorizou o governo imperial a abertura de estradas para essa capital (Curitiba) e Antonina¹⁵”.

A monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, analisamos as mudanças pelas quais estava passando a Europa, especificamente no século XIX, situando os acontecimentos que levavam seus países e nações a adotarem a política emigratória para países americanos, como o Brasil. Dessa forma, tentei relacionar a emigração européia com a política imigratória feita pela Coroa e mais especificamente, pela Província do Paraná. No segundo capítulo, articulei as condições específicas da Província do Paraná às

¹² COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.* p. 251.

¹³ BALHANA, Altiva. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. *Op.Cit.* p. 164.

¹⁴ PARANÁ. *Relatório pelo vice-presidente da província do Paraná José Luiz Francisco da Camara Leal ao presidente José Francisco Cardoso por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província em 2 de maio de 1859.* Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1859. p.8.

¹⁵ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa pelo presidente José Francisco Cardoso na abertura da 1ª sessão da 4ª legislatura no dia 1º de março de 1860.* Curitiba: Typ. de Candido Martins Lopes, 1860. p.64.

práticas imigratórias adotadas por seus presidentes. Busquei abordar a política adotada após 1858, onde seus rumos aparecem melhores definidos, como a criação da Colônia de abastecimento do Assunguy. Nessa seção, iniciei a análise dos documentos por mim levantados, à medida que analisei os investimentos em obras públicas na Província, e a necessidade de trabalhadores para essas obras. Os presidentes costumam relatar as obras feitas na estrada. A substituição do taboado de uma ponte, a abertura de novas braças, os gastos com pessoal e o orçamento constituem a pauta da seção relacionada à estrada. Durante a década de 60, o projeto de construção da estrada foi revisto, teve diferentes engenheiros e diferentes administradores públicos. A mudança de presidente de província não significou, no final da década de 1860, uma diferente concepção da importância da estrada, pois, “a maior necessidade que experimenta a colônia é a de um mercado para a permuta de seus produtos, o que só pode obter por meio de comunicações fáceis que diminuindo o preço dos transportes possam deixar lucro líquido [...]”¹⁶, afirma o presidente José Feliciano Horta de Araújo em 1868, e também que “é ela essencial para o desenvolvimento da colônia do Assunguy e da freguesia de Votuverava”¹⁷, segundo o presidente Antonio Augusto Fonseca. Apesar desse reconhecimento da importância da estrada pelos administradores, a Colônia do Assunguy não obtinha prosperidade, como observa em 1870 o presidente Agostinho Ermelino de Leão, quando afirma que a colônia “não tem atingido o grau de prosperidade que lhe garante não só a posição que ocupa [...] em consequência das dificuldades com que lutam os colonos para o transporte de gêneros de sua produção aos mercados consumidores”¹⁸. Ao mesmo tempo, verifica-se que o número de imigrantes que abandonaram seus lotes, a partir de 1864, é elevado: “o abandono dos lotes de terra somado a insatisfação dos imigrantes com as condições de vida encontrada na colônia, podem explicar o número elevado desses contratos que não foram cumpridos”¹⁹.

No terceiro capítulo, confrontei os diferentes tipos de fontes, verificando a mudança de discurso dos presidentes a partir de 1870 no que diz respeito à prosperidade da Colônia. Ao cruzar os relatórios dos presidentes de província, as petições e ordens de pagamento de trabalhadores, mostrei que a adoção de novas políticas imigratórias, sobretudo a partir do ano de 1875, acabam redirecionando os investimentos feitos na estrada do Assunguy. A partir de 1870, o programa governamental foi dinamizado graças à localização de colônias agrícolas nas proximidades dos centros urbanos, com o objetivo de colocá-las junto aos mercados consumidores²⁰. A imigração espontânea no rocio da capital acabou fundando, através de recursos municipais, núcleos coloniais de alemães e poloneses, como no caso do Pilarzinho (1871) e da Colônia Abranches (1873). A criação de novos núcleos coloniais não significou o abandono das obras feitas na estrada do Assunguy, mas sim, uma intensificação dos trabalhos feitos devido à concepção dominante de que sem estradas e distantes de seus mercados, as colônias do interior ficariam estacionárias, tendo uma vida curta.

A partir do relatório de 1875, o presidente Frederico Abranches observa que o rocio da capital, um núcleo nascido espontaneamente, assim como os colonos que nele se

¹⁶ PARANÁ. *Relatório apresentado pelo presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araújo no dia 15 de fevereiro de 1868*. Curitiba, Typ de Cândido Martins Lopes, 1868. p. 36.

¹⁷ PARANÁ. *Relatório com que o presidente da província, Dr. Antonio Augusto Fonseca abriu a segunda sessão da oitava legislatura da Assembléia do Paraná no dia 6 de abril de 1869*. Curitiba, Typ. de Cândido Martins Lopes, 1869. p. 22.

¹⁸ PARANÁ. *Relatório apresentado ao presidente da província Venâncio José de Oliveira Lisboa pelo vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da província do Paraná em 24 de dezembro de 1870*. Curitiba, Typografia de Cândido Martins Lopes, 1871. p. 36.

¹⁹ NISHIKAWA, Reinaldo. *Op. Cit.* p. 130.

²⁰ BALHANA, Altiva. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. *Op. Cit.* p. 163.

instalaram, “floresce a passos de gigante”, e atribui à causa desse esplêndido resultado “a proximidade em que está o colono de um grande centro populoso, a facilidade das relações entre produtor e consumidor²¹”. Dessa forma, os núcleos municipais refletem situações de prosperidade diferentes do núcleo Assunguy, e a província assiste, a partir deste ano, a um novo sistema de colonização. Terras pouco férteis para a produção de alimentos, localização fora da rota de ligação com Curitiba e Litoral, despesas com transporte da produção de mercadorias elevadas²² estavam dentre os problemas verificados em colônias como o Assunguy pelo presidente Lamenha Lins em 1875, onde os colonos estavam plantando apenas o necessário para sua sobrevivência. Essas constatações levaram esse presidente à adoção de uma nova política imigratória: a fixação de Colônias ao redor dos centros urbanos, o chamado “Cinturão Verde”, que deveria suprir o abastecimento de Curitiba com a criação de animais domésticos e alguns plantios de verduras, frutas e vegetais a serem comercializados na capital. Os núcleos municipais refletem situações de prosperidade diferentes do núcleo Assunguy, e a província assiste, a partir deste ano, ao nascimento de um novo sistema de colonização. Para a fixação das novas colônias, é importante observar que estas deveriam estar localizadas ao lado de estradas já existentes, como a estrada do Assunguy, pois seriam fáceis de serem conservadas e a custos bastante inferiores. A estrada do Assunguy poderia assumir a forma de uma estrada geral que atendesse aos moradores do Pilarzinho, Abranches e Bariguy. É também no governo de Lamenha Lins que uma nova comissão de engenheiros torna-se responsável pela construção da estrada do Assunguy, cujas obras começam pelo centro da Capital e se estendem por 9 quilômetros até o Taboão, onde atualmente situa-se a divisa entre Curitiba e o município de Almirante Tamandaré. A partir de um abaixo-assinado enviado pelos moradores do Pilarzinho ao presidente Lamenha Lins em 1875, podemos observar que as novas colônias acabam redirecionarem os rumos da obra da estrada do Assunguy, onde os próprios moradores do Pilarzinho pediram que as obras da estrada começassem da capital²³, e não da Colônia do Assunguy, pois, “sem estradas regulares, tem ela [a corrente de imigração] crescido nos subúrbios da Capital²⁴”.

Iniciadas as obras, vários ofícios trocados entre o engenheiro responsável e as autoridades administrativas mostraram que havia divergências quanto à verba destinada à construção da estrada. No ofício enviado no dia 29 de janeiro de 1878, o engenheiro Eduardo Mendes Limoeiro demonstra a despesa feita e por fazer com a estrada de rodagem do Assunguy, referente ao exercício de 1877-1878. Ao somar as despesas classificadas como “técnico, auxiliar, empreitadas e outras despesas”, Limoeiro informa ter gasto 52:845\$257 réis, dos 52:000\$000 disponibilizados para as obras. Segundo o engenheiro, para concluir as obras, seriam necessários despender ainda 19:000\$000. Segundo um ofício datado de 20 de julho de 1878, e enviado ao presidente da província, “ao engenheiro Limoeiro já foi entregue adiantadamente a quantia de 9:838\$165, resto do crédito total de 71:845\$257 reis que foi concedido conforme o orçamento por ele apresentado, sendo que o mesmo engenheiro ainda não apresentou contas daquele adiantamento²⁵.” Ainda um documento da mesma data, enviado pelo contador A. F. da Costa Jr, afirma que o crédito de 19:845\$254, para a conclusão das obras até o Taboão esgotou-se no adiantamento feito ao engenheiro e “portanto, não há crédito para pagamento de 1:311\$620 a Luiz Nouvel²⁶”.

²¹ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo presidente Frederico Jose Cardoso de Araujo Abranches na abertura da 2ª sessão da 11ª legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1875.* Curitiba: Typ. da Viúva Lopes, 1875. p. 25.

²² SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida Material, Vida Econômica.* Curitiba: SEED, 2001. p. 78.

²³ OFÍCIO. 1875 481 86. DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 1875.

²⁴ OFÍCIO. 1875 481 86. DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 1875.

²⁵ OFÍCIO. 1878 013 0546 43. DATA: 20 DE JULHO DE 1878.

²⁶ OFÍCIO. 1878 013 0546 44. DATA: 20 DE JULHO DE 1878.

Ainda em 31 de julho de 1878, o engenheiro Limoeiro se dirige, através de um ofício, ao Presidente da província Rodrigo Octávio de Oliveira Meneses para informar que existem os trabalhos aludidos pelos empreiteiros da conservação da estrada de cargueiros entre a capital e a Colônia do Assunguy. A partir desses ofícios, podemos observar que há uma divergência quanto ao orçamento apresentado pelo engenheiro às autoridades e ao que precisa ser gasto com os trabalhadores na estrada. Não só Luiz Nouvel esperava o pagamento, como também os empreiteiros Ignácio Vieira da Gama e Fortunato Laurindo Bonfim²⁷, e o ex-engenheiro Francisco de Almeida Paris²⁸. Esses trabalhadores estavam sob um impasse entre as autoridades provedoras dos recursos para as obras e o engenheiro responsável pelas mesmas, pois as autoridades provinciais delegavam ao engenheiro a responsabilidade pelo pagamento de pessoal, enquanto este alegava ter gasto mais do que o orçamento previsto. A julgar pelo ofício do engenheiro em 1878, podemos observar que as autoridades questionam os trabalhos feitos pelos empreiteiros do trecho de ligação entre o rocio da capital e colônia do Assunguy, ao que o engenheiro, além de alegar a existência dos trabalhos, externa ainda sua opinião de que “com exclusão, talvez do descortinamento, pouco importam semelhantes trabalhos aquela estrada, que, independente dos mesmos, só se apresenta em estado regular quando domina o bom tempo, tornando-se quase intransitável sob a ação das chuvas²⁹”. A partir desse documento, podemos observar que era pouco o recurso destinado à conservação da estrada, pois os empreiteiros recebiam 5:230\$000 anuais para fazer reparos ao longo de quase 100 km de estrada, enquanto o engenheiro recebia 8:500\$000 para construir um quilômetro, o que pode explicar as más condições da estrada.

O ano de 1879 é decisivo para o futuro da estrada. A Comissão liderada pelo engenheiro Limoeiro é dispensada por decisão do governo imperial, assim como os contratos assinados para a conservação da estrada. Através de um relatório provincial do ano de 1879, observa-se que os gastos com a estrada do Assunguy foram significativamente muito maiores na gestão de Lamenha Lins do que nas gestões anteriores. No entanto, as obras atenderam muito mais à cercania de Curitiba. A Colônia do Assunguy já estava sendo preparada para ser emancipada, uma vez que de forma alguma prosperara conforme o esperado, evitando-se assim os gastos do governo imperial.

No ano de 1881, foi aprovado um orçamento para alargar a estrada até a Colônia. No ano seguinte, a colônia foi emancipada, e a estrada ainda não constituía uma estrada de rodagem, apesar de o presidente reconhecer essa necessidade para que não fosse excluída a vida no Assunguy. Os criadores ainda não conseguiam mandar o gado pela estrada. O presidente Carlos Augusto de Carvalho sugere que seja criada uma taxa itinerária, através de uma empresa. Dessa forma, não sacrificaria os cofres públicos. Mesmo assim, o mesmo presidente autorizou a construção da estrada em lugar denominado Cercado, para que pudesse servir a Colônia São Venâncio, criada em 1871 nas cercanias de Curitiba.

A partir da análise dos ofícios e dos relatórios de governo, podemos inferir que o desenvolvimento da estrada do Assunguy esteve dependente das práticas colonizatórias feitas na Província, onde o governo provincial atendia aos interesses de desenvolvimento das colônias quando estas apresentavam sinais de prosperidade. O reconhecimento da importância da construção da estrada para a Colônia do Assunguy não levou os administradores a empenharem-se significativamente nessa obra até a Colônia quando perceberam que outra prática colonizatória – nas cercanias de Curitiba – concretizava satisfatoriamente o projeto de colonização almejado pelo governo.

²⁷ OFÍCIO. 1877 020 530 107. DATA: 5 de fevereiro de 1877.

²⁸ OFÍCIO. 1878 01 577 33. DATA: 7 de janeiro de 1878.

²⁹ OFÍCIO. 1878 013 0546 183. DATA: 31 DE JULHO DE 1878.

NEM ESAÚ, NEM JACÓ EM SEUS BONS DIAS: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DA PASSAGEM DA MONARQUIA PARA A REPÚBLICA NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS (1888-1904).

Aluno: Thiago Evaldo Rosa.

Professor: Luiz Geraldo Silva.

Palavras-chave: Machado de Assis, Transição política, Elite Imperial.

A pesquisa proposta tem como objetivo entender as representações literárias da passagem da Monarquia para a República a partir do disposto na obra de Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). Através de sua obra procurar-se-á estabelecer as relações que esta tem com a sociedade. Compreender-se-á sua visão e sua representação a respeito do Império, da República e, sobretudo, da passagem de um para o outro regime político. Nosso objetivo é entender dessa forma como é tratada a questão da transição política na obra Machadiana. A respeito da escolha do tema acreditamos em sua importância, pois reflete um momento importantíssimo da história brasileira. Desde a época do evento até hoje tal processo é passível de várias interpretações. Lembremos algumas visões importantes desse fenômeno de transição, que são sem dúvida fundamentais para a análise que pretendemos fazer.

Durante o final do século XIX, para alguns sujeitos a República era uma aspiração nacional. Eles acreditavam que a liberdade individual tinha sido posta em perigo pelo Poder Moderador de Dom Pedro II.¹ Dessa forma, na perspectiva desses indivíduos a República seria a concentração de uma vontade popular, levada a diante por pessoas corajosas e idealistas, que pretendiam colocar o país dentro das tendências do século, como atesta Costa em seu livro ². Havia pessoas de tendências liberais, inspiradas em pensadores europeus que viam o Antigo Regime como uma instituição corrupta. Inspirados nessa ideia julgavam também com desconfiança o Império brasileiro.

A Monarquia era acusada de retardar o progresso que a República supostamente traria. Em seu comando o Brasil supostamente teria sido uma terra em que os privilégios de alguns indivíduos os colocavam em uma posição superior e injusta em relação à maioria das pessoas, e onde a corrupção era desmedida, como lembra Carvalho.³ Ademais, a escravidão, que marcava o país, era vista como um dos principais atrasos nacionais por parte dos críticos da monarquia. Dessa forma, o advento republicano, como era propagandeado, colocaria a nação no progresso e seria responsável por intensas mudanças políticas e sociais. Todavia é importante lembrar que a elite nacional era boa parte composta por grandes proprietários e por comerciantes ligados à economia de exportação-importação, assim sendo, interessados em manter as estruturas tradicionais.⁴

Entendimento diferente tinham os defensores da Monarquia. Para eles a República aconteceu por um levante militar, totalmente alheia a vontade do povo, que contou com o apoio de parte dos fazendeiros descontentes com a abolição da escravatura. Conforme esta versão, o Império era símbolo de conservação e de progresso, pois manteve a coesão de todas as regiões do país e conseguiu criar uma boa imagem da nação para o resto do mundo. Depois da transição política, para muitos, inclusive para antigos simpatizantes da república, o novo regime era marcado por muita confusão. Acreditavam que grupos civis

¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, pp. 245

² Idem, *ibidem*.

³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp.11.

⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia...Op. Cit*, p. 221.

desejosos de poder tinham influenciado as classes militares e tomado o governo de maneira inescrupulosa.⁵ Em meio a isso, havia os que lembravam que a monarquia brasileira tinha ensaiado um governo com partidos nacionais, eleições e imprensa livre, como relata Carvalho.⁶ Acrescentavam também o fato de que a nobreza era apenas nominal e não hereditária e que com o governo de Dom Pedro II o índice de moralidade pública era talvez o mais alto da história independente brasileira.⁷

Segundo Saes, o regime imperial excluía todos os que não estavam diretamente ligados à elite nacional do processo político, ao limitar a participação eleitoral com base no critério de renda. A massa populacional não tinha força representativa e em geral seus interesses de nada contavam. Essa dinâmica funcionava perfeitamente em uma sociedade na qual a população rural, em sua maioria, não tinha ascendido a uma posição de cidadania, por isso sua exclusão política era mais que natural na perspectiva das lideranças. Todavia é importante também ressaltar o fato de que as camadas médias urbanas não tinham ainda peso considerável na arena política, pois estavam em plena formação. Somente vieram a adquirir um maior grau de desenvolvimento na primeira república, período no qual se esforçaram para ter uma real participação política.⁸ Saes, ao continuar sua argumentação, relata que com a instauração da República teoricamente em um modelo liberal-democrático, como indicava o presidencialismo, com sufrágio universal, separação de poderes, e eleições diretas para o Legislativo e o Executivo continuava existindo uma separação entre os que tinham poder político e o restante da população. Houve na verdade uma ampliação dos quadros formais de parte da elite nacional. Os grupos mais ricos, principalmente grandes proprietários rurais, continuaram a excluir as demais camadas sociais. A adoção do federalismo implicava a ideia de uma descentralização republicana, todavia acabou por dar maior autonomia para grupos oligárquicos. Entretanto a exclusão do voto das outras classes deu-se de maneira diferente, a prática foi a de cercear o direito ao voto para os analfabetos, o que na prática permitia que apenas uma parcela ínfima da população votasse.⁹ Carvalho reforça essa ideia e relata que tanto no Império, como na República os pobres foram excluídos. Para ele a exclusão dos analfabetos à votação era particularmente discriminatória, pois o estado excluía esse grupo, ao mesmo tempo em que se eximia do dever de dar acesso a educação primária. A manutenção desse jogo político ficava garantida porque somente estudava quem tinha recursos financeiros para tanto.¹⁰

Costa e Carvalho focam suas atenções principalmente na elite que conseguiu se perpetuar mesmo com a transição política. A primeira lembra que o país tinha seus grupos influentes formados por proprietários ligados à economia rural, assim sendo pretendiam deixar intacta as estruturas tradicionais da economia, apesar de apoiarem a República. O segundo lembra que o Império era acusado de ser uma terra de privilégios para um pequeno grupo, e que com a transformação ocorrida a nova estrutura política compartilhou dos mesmos rumores. Outro aspecto observa Saes em seu livro, ao analisar que a camada média da população somente ganhou projeção com o novo sistema político, pois conseguiu espaço representativo, não deixando inteiramente intacta a antiga elite.

As fontes históricas desse projeto são as obras *Bons dias*, uma série de crônicas produzidas para o jornal *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro*, entre 5 abril de 1888 e 28 de agosto de 1889. Estão presentes no livro *Bons dias* organizado por John Gledson,

⁵ Idem, p. 250.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas; o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 23.

⁷ Idem, p. 26.

⁸ SAES, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1975, pp.47.

⁹ Idem, p. 47 a 48.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...* Op. Cit, p. 44.

professor da Universidade de Liverpool e estudioso de Literatura brasileira, que nele reuniu as crônicas e auxilia com notas explicativas. Sua importância começa pelo fato de elas terem sido contemporâneas de eventos como a abolição da escravatura e de estarem tão próximas da data que marca o advento da República. Um assunto recorrente em suas crônicas é a Abolição da escravatura (13 de maio de 1888), posto que entendia que esse evento provocaria uma crise institucional e não traria os fundamentos exaltados nos discursos de liberdade, feitos pelos abolicionistas.¹¹ Em alguns momentos a questão da abolição se aproxima da possibilidade de transição política, porque para alguns a realização da primeira seria uma das responsáveis pelo advento da segunda. Machado compactua com essa ideia por acreditar que a escravidão era algo fundamental para a Monarquia e que sua troca por um regime com trabalhadores assalariados desestabilizaria o sistema político a ponto de pressionar profundas mudanças que levariam a transição governamental.¹²

Parte fundamental do projeto é uma obra que aborda o assunto da transição da Monarquia para a República de maneira ímpar, o livro *Esau e Jacó*, publicado em 1904, que cobre ficcionalmente o período de 1871 a 1894. Trata-se de obra central da fase madura de Machado de Assis. O enredo apresenta dois irmãos gêmeos: Pedro, que é um monarquista, e Paulo que é um republicano. A relação entre os dois é muito conturbada, não somente por suas opções políticas, mas também em decorrência de suas personalidades. Enquanto o primeiro é cauteloso e dissimulado, o segundo é arrojado e impetuoso.¹³ Talvez os dois gêmeos possam ser encarados como a personificação da Monarquia e da República. Existem várias passagens no livro que podem ser relacionadas com as mudanças ocorridas com a implementação da República.

Para entender as fontes é imprescindível entender um pouco do Autor e dos recursos que ele utiliza. Machado de Assis, teve uma vida muito interessante e uma biografia muito extensa. Nasceu em 21 de junho de 1833, na chácara do Livramento no Rio de Janeiro, onde viviam seus pais, Francisco José de Assis e Maria Leopoldina Machado. Os bisavôs paternos tinham também nascido nesse lugar, mas na condição de escravos¹⁴. Por volta de 1854 o futuro escritor deixava a colônia de Livramento e foi se instalar no Rio de Janeiro junto com seu pai, talvez motivado pela morte da mãe e da irmã poucos anos antes. No mesmo ano Francisco José casou-se pela segunda vez, tornando assim Maria Inês da Silva madrasta de Joaquim Maria.¹⁵ A madrasta de Machado é um personagem importante para entendermos o seu desenvolvimento intelectual. Ela era doceira no Colégio Meneses, em São Cristóvão. Assis, que várias vezes ajudava no serviço, teria tido a oportunidade de assistir a aulas no estabelecimento em muitas oportunidades.¹⁶ O interesse do rapaz em ser instruído era sem dúvida muito forte, pois não teve tantas oportunidades para uma sólida formação acadêmica. As poucas que teve acesso foram muito bem aproveitadas. Como não nasceu dentro da elite social e econômica, parece que queria buscar recursos para ascender socialmente e como tinha interesse e facilidade com os estudos, esse foi o caminho que escolheu para adentrar no mundo social que tanto admirava.

Em 1856 foi trabalhar como tipógrafo aprendiz para a *Imprensa Nacional*.

¹¹ GLEDSON, John. Machado de Assis: ficção e história. Trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Teoria Literária, 1986, pp. 124.

¹² Idem, p 129.

¹³ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo: Editora escala, 1997, pp. 9.

¹⁴ MASSA, Jean-Michel. *A Juventude de Machado de Assis, 1839-1870*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, pp.31.

¹⁵ Idem, p. 72.

¹⁶ Idem, p. 72 a 74.

¹⁷ Em 1858 Assis deixou a *Imprensa Nacional*, aonde não era mais tipógrafo e sim revisor de provas e foi exercer a mesma função no *Correio Mercantil*. O novo ofício tirava-o de vez da condição operária para colocá-lo de vez na condição de jornalista. Na imprensa seu novo círculo social e a constante necessidade de opinar a respeito das questões políticas da época, ajudaram a desenvolver o escritor que futuramente viria a ser consagrado por seus livros.

Escreveu livros como *A mão e a luva* em 1874, *Helena* em 1876, *Iaiá Garcia* em 1878. O romantismo é o gênero que pertencem esses livros, o que separa eles dos seus últimos livros, marcados pelo realismo. Refiro-me a *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de 1881, *Quincas Borba* de 1891, *Dom Casmurro* de 1899, *Esau e Jacó* de 1904, *Memorial de Aires* de 1908.¹⁸ O espírito crítico, pessimismo em relação às pessoas, utilização de ironia, de metáforas e linguagem dissimuladas marcam suas histórias, que trazem uma intensa análise da sociedade brasileira, principalmente em se tratando das elites, que sempre foi seu foco de interesse. Era um indivíduo intelectualizado, que se mantinha ciente das questões principais da sua sociedade. Talvez por ter vindo de uma condição humilde e ascendido social e financeiramente devido a um grande esforço, era muito crítico as classes que se mantinham no poder, mas que viviam na ociosidade e nas trocas de favor motivados por interesses pessoais. Tornou-se jornalista o que sem dúvida colaborou para um desenvolvimento mais requintado de sua crítica social. Participativo nas mudanças que iam surgindo na sociedade brasileira teve grande interesse nas questões da abolição e na transição da Monarquia para a República. Seus livros, principalmente já na maturidade não deixam de discutir questões sociais e políticas e mesmo perto de sua morte continuou a escrever.

Dentro das crônicas *Bons dias* e de *Esau e Jacó*, Machado de Assis escreve a partir de um pensamento crítico e de uma rede complexa de sentidos e significados não completamente expostos. Uma leitura desatenta faz com que o potencial de suas obras não seja totalmente revelado. Para Gilberto Mendonça Teles uma das palavras obsessivas de Machado de Assis é a dissimulação. Ela está presente em todos os seus romances. Um pensamento que se manifesta indiretamente através de uma força ideológica que se apresenta de algumas formas variadas, e que costuma se apresentar nos detalhes. Foi dentro dessa atitude que escreveu seus textos de crítica, nunca dizendo, entretanto, tudo que pensava, muito menos expondo todos seus pensamentos negativos.¹⁹ Machado utiliza-se constantemente de metáfora nas suas obras. Segundo Dirce Côrtes Riedel, ele estabelece sua obra como se organizasse um mundo de aparência lógica, todavia paulatinamente vai descrevendo toda uma insensatez e vacuidade que são apresentadas com uma dose de humor. Seus livros questionam dessa forma uma sociedade que se supõe estável e que se estabelece a partir de valores fixos, em que tudo deve ter um sentido claro e objetivo.²⁰ Uma crítica a sua sociedade começa quando utiliza-se de metáforas nos seus textos, o que escreve muitas vezes tem um significado objetivo em primeiro momento, mas a partir de um observação mais atenta possibilita outras interpretações que em alguns casos mantém uma lógica aparente ou não. Para Riedel os textos de Machado de Assis são quase sempre baseados na paródia. Com esse recurso a palavra tem uma orientação dupla, em direção ao objetivo da narrativa e em direção à uma outra palavra, o falar de um outro. Parodiam-se tipos sociais, históricos, personagens parodiam personagens; personagens se parodiam a si

¹⁷ Idem, p. 54.

¹⁸ Idem, 203 a 206.

¹⁹ TELES, Gilberto Mendonça. *A teoria do Romance em Machado de Assis*. Estudos de Literatura Brasileira, 1994, pp. 22 a 27

²⁰ RIEDEL, Dirce Côrtes. *Metáfora*, o espelho de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974, pp. 29.

próprios, além de paródias de sistemas e doutrinas ²¹. Caso não seja conhecido este segundo contexto a paródia não será compreendida, o leitor entenderá o escrito como um modo de falar comum, perdendo toda uma parte importantíssima da obra. Machado apresenta dessa forma toda uma profunda análise a respeito da elite social, que em primeiro momento parece ser formada por indivíduos ilibados. Todavia vai revelando duras críticas a uma sociedade que só se importava com as aparências, com os títulos de nobreza, com seus interesses de grupo e que mesmo no momento de transição política, não se importam tanto com o tipo de governo se seus interesses continuassem sendo atendidos. Utiliza-se de metáforas nos seus textos, o que escreve muitas vezes tem um significado objetivo em primeiro momento, mas a partir de uma observação mais atenta possibilita outras interpretações.

Essa pesquisa busca um entendimento a respeito de suas obras como fontes históricas e literárias, ao mesmo tempo, por possibilitarem discussões a respeito da sociedade de sua época, revelando o pensamento crítico e sua profunda análise a respeito da elite brasileira, juntamente aos assuntos pertinentes ao período de transição política. Machado não se posiciona nem como um defensor da Monarquia, nem como um entusiasta da República. Admirava a estabilidade do governo monárquico, mas nem por isso deixava de criticar situações que não concordava. Via a República nem tanto como um clamor popular, mais como parte de interesses de grupos oligárquicos que pretendiam obter maior poder político. Demonstra que durante os principais momentos de transição política a população em geral não compreendia a situação, principalmente se tratando de indivíduos humildes que estavam fora da elite política e econômica. Apesar das profundas mudanças no governo, muitas situações se perpetuavam com o estabelecimento da República. As elites continuavam sendo privilegiadas, a população pobre continuava sendo excluída das questões políticas apesar dos discursos democráticos. As mudanças na hierarquia social e o desenvolvimento de novos grupos com poder político só foram surgindo de forma lenta, não sendo somente fruto da transição política pura e simplesmente.

²¹ Idem, p. 5

TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS EM CURITIBA NO SÉCULO XIX

Aluno: João Guilherme de Paiva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Joseli Maria Nunes Mendonça

Palavras-chave: Escravidão – Trabalho Livre – Anúncios de Jornais

O presente trabalho investiga aspectos relacionados à vida e ao trabalho de escravos e trabalhadores livres imigrantes em Curitiba, por meio da pesquisa em anúncios de oferta e procura de trabalho nos jornais. Pretendeu-se, principalmente, comparar essas duas formas de trabalho, no período entre a proibição do tráfico negreiro e o final da década de 1870.

Para a realização desta pesquisa, consultamos edições do jornal *O Dezenove de Dezembro*, cuja coleção, toda ela microfilmada, encontra-se disponível na Biblioteca Pública do Paraná, na seção de Periódicos. A princípio pretendíamos que a pesquisa cobrisse um amplo período (da década de 1850 à 1888), mas a leitura deste conjunto documental se mostrou inviável, pois suplantaria a disponibilidade de tempo que tínhamos para realizar o trabalho. Desta maneira, restringimos a pesquisa aos anos de 1854 a 1858 e de 1874 a 1877. A escolha pelo periódico vai ao encontro da afirmação feita por Joaquim Nabuco quando disse que “nos jornais se encontrava uma fotografia da escravidão atual, mais verdadeira do que qualquer pintura”¹. Além dos anúncios, foram feitas leituras acerca da temática, de modo a dar suporte à análise da documentação encontrada.

Os escravos compuseram, durante muito tempo, o grosso da mão de obra brasileira. O abastecimento de trabalhadores cativos para o país tomou, em 1850, um rumo diferente daquele visto anteriormente; nessa data houve a aplicação da Lei Eusébio de Queiroz e, com ela, a interrupção do tráfico atlântico de escravos. A preocupação com a demanda de trabalhadores no país evidenciou a necessidade de se pensar o que fazer para não deixar escassear a mão de obra no Brasil. Muito desse medo em relação a uma possível falta de trabalhadores está relacionado com o fato de não se pensar o trabalhador nacional, escravo ou o alforriado, como uma alternativa viável para suprir a demanda². Uma parcela significativa da elite política e econômica entendia que a modernização da produção agrícola e o crescimento das exportações exigia um novo perfil de trabalhador: um trabalhador livre, e capaz de dar prosseguimento ao capitalismo que se configurava no país.³

Essa visão realça, principalmente, as diferenças entre trabalhadores livres e escravos no cenário brasileiro. Com ela, tem-se a impressão de que ambas as formas são excludentes uma em relação à outra, que o capitalismo não suportaria a coexistência de cativos com livres. O tema da transição é, muitas vezes, visto como uma ruptura; com parte da historiografia tentando estabelecer uma teoria de passagem entre os escravos e os imigrantes⁴.

Pensar o imigrante como uma espécie de substituto do escravo vai além da demanda por braços para trabalhar nas fazendas. Há a versão de que o europeu foi escolhido por conta de um projeto imperial que visava o “embranchamento” da

¹ GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. *Op. Cit.*, p. 9.

² CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*; 2. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p.83.

³ LARA, S. H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil*. Projeto História, São Paulo, v. 16, 1998. *Op. Cit.*, p. 29.

⁴ *Idem*, p. 27.

população, se utilizando disso como um instrumento de civilização para o país⁵. Quando colocado em oposição ao imigrante, o escravo recebe, automaticamente, uma carga negativa. Ele, o cativo, não sabe trabalhar sem coação; sua irracionalidade perante a disciplina e responsabilidade do branco europeu é quase uma justificativa para a substituição.⁶

A discussão recai sobre as fazendas cafeicultoras de São Paulo, que tem seu crescimento acentuado justamente na segunda metade do século XIX e uma necessidade ininterrupta de trabalhadores. Porém, a forma como proceder com esse novo trabalhador não era, ainda, conhecida.

A vinda de europeus para o Brasil, para o trabalho no campo, não acontece somente em decorrência da lei que suprime o tráfico de escravos; já em 1847 há a introdução de braços imigrantes em uma grande fazenda, próxima a Limeira, em São Paulo⁷. Nesse primeiro momento, o sistema utilizado para com o imigrante era o da parceria. Consistia em o fazendeiro financiar a vinda do trabalhador europeu para o Brasil, arcando com sua viagem e a locomoção do porto de Santos até a designada fazenda, e com mantimentos e ferramentas que o colono necessitaria nesse seu início de trabalho. O fazendeiro definia também o número de pés de café que os colonos poderiam utilizar, para que, com os ganhos de suas primeiras colheitas, reembolsasse o dinheiro que o dono da fazenda havia investido nele. Não era definida a duração que esse contrato teria, e também não poderiam os imigrantes deixar a fazenda sem antes ter suas dívidas quitadas⁸.

O aparente sucesso dessa prática fez aumentar consideravelmente o número de fazendas se utilizando dela. Por volta de 1855, havia mais de 3.500 imigrantes trabalhando na zona rural da província de São Paulo⁹. Em contrapartida, os contratos ficaram cada vez mais desfavoráveis para os trabalhadores, visto que a preocupação central dos fazendeiros era garantir o retorno do seu capital investido. Os conflitos surgidos em decorrência disso foram motivos de descontentamento para ambas as partes: os imigrantes cada vez mais frustrados em relação às suas condições de vida e trabalho no Brasil; e os fazendeiros já incertos do sucesso do trabalho livre.

Enquanto vigorou a escravidão, os escravos, em nenhum momento, deixaram de exercer funções nas fazendas, ou foram completamente substituídos; o trabalho livre coexistia com a escravidão nas fazendas. Toda tarefa que precisasse de supervisão, ou que fosse inapropriada para o sistema de parceria, continuou a ser realizada por escravos¹⁰.

Para os fazendeiros paulistas, o fim do tráfico poderia muito bem acarretar até um “amarelecimento” da população, sendo os chineses a pegar na enxada, ao invés dos negros¹¹. No Paraná, o projeto por trás da vinda do europeu branco possui um caráter que vai além da mera substituição; a escravidão na região paranaense, apesar de menor em termos absolutos quando comparada com outras regiões do país, foi de extrema importância para o desenvolvimento da economia da província. Mas a política paranaense pensou o imigrante como um modo de substituir as classes baixas e afastar da história local

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos Migrantes e Imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org) *História da Vida Privada no Brasil*, 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 293.

⁶ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. *Op. Cit.*, pp. 21-24.

⁷ STOLCKE, Verena; HALL, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. IN: *À lucta, trabalhadores!* Revista Brasileira de História, volume 3, nº 6. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH, 1984. p. 82.

⁸ *Idem*, p. 83.

⁹ *Idem*, p. 84.

¹⁰ STOLCKE, Verena; HALL, Michael, 1984, p. 85.

¹¹ ALENCASTRO; RENAUX, 1997, p. 295.

costumes considerados representativos de um período de barbárie a ser esquecido¹², além da necessidade de se preencher vazios demográficos ao longo do território.

Devido ao escravismo paranaense não ter tido as mesmas proporções que o paulista, por exemplo, há um braço da historiografia que diz não ter existido escravidão no Paraná e que os trabalhadores cativos não estavam aptos a exercer funções em uma sociedade capitalista e evoluída¹³. Porém, tal afirmação não se sustenta quando são analisados dados referentes à utilização de mão de obra escrava na fabricação do mate, prática considerava mais evoluída tecnologicamente. O escravismo estava tão bem enraizado na região paranaense, que mesmo dois anos após a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871¹⁴, os números da população cativa ainda se mantinha estáveis e controlados. Mesmo nos anos finais da escravidão, o padrão de posse e as proporções se mantiveram os mesmos de outrora¹⁵.

Nesta pesquisa, detivemos nosso foco àqueles trabalhadores – cativos e livres – que se fixaram no centro urbano de Curitiba. Para isso, a pesquisa trata de aspectos da vida urbana desses trabalhadores em alguns centros do país, percebendo mudanças relevantes no cenário do trabalho ao longo do Século XIX, bem como as mudanças ocorridas nos próprios centros urbanos nesse período.

A expansão da economia cafeeira, além de impulsionar a experiência de utilização de trabalhadores europeus, foi responsável pela demanda de um sistema de transportes capaz de distribuir toda a produção¹⁶. A criação de uma malha ferroviária no Brasil é um marco para o desenvolvimento das cidades. A presença de ferrovias transforma e valoriza os núcleos urbanos por onde passa, acelerando seu desenvolvimento e atraindo maior número de pessoas pra cidade¹⁷. A segunda metade do Século XIX é marcada pelo “surto” ferroviário em várias regiões do país. Fato que se dá concomitante ao aumento exponencial da população com a vinda de imigrantes ao Brasil.

Porém, o projeto pensado para a vinda do europeu para a zona rural não tem, para apoiá-lo, outro projeto que sirva para manter os mesmos trabalhando no campo. O que se vê é um grande êxodo rural em detrimento das parcas condições de vida nas colônias. Muitos deles abandonavam a ideia inicial de trabalhar no campo e rumavam para os centros urbanos. Isto que fez crescer a preocupação das autoridades locais com relação ao controle dessa nova parcela da sociedade.

Em Curitiba, há, não só uma autorização por parte do governo provincial, como também uma recomendação de se empregar imigrantes pobres na construção e reparos de estradas¹⁸. É uma medida que tem como foco central “obviar o mal”¹⁹ que aumentava conforme o número necessitados nas cidades.

¹² PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 91.

¹³ MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*; 2. Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

¹⁴ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 32.

¹⁵ *Idem*, p. 43.

¹⁶ SCHMIDT, Benício Viero. A Modernização e o Planejamento Urbano Brasileiro no Século XIX. Trabalho originalmente apresentado no 43º Congresso dos Americanistas. Vancouver, Canadá. Agosto de 1979, disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/84>. p. 22.

¹⁷ LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. “Cidade, Ferrovia e Modernização: contribuições da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco para a modernização da cidade de Alagoinhas – 1860/1920”. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, RS; 2007. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.1265.pdf>. p. 4.

¹⁸ BALHANA, Altiva Pillati. *Política imigratória no Paraná*. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. N. 87, 1996. p. 64.

¹⁹ LAMB, Roberto Edgar. *Semeadores Dissonantes: imigrantes e policiais na província do Paraná – Século XIX*. In: Revista de História Regional; 1996. p. 104.

O escravo também é parte importante da história cidadina do país, desempenhando funções de extrema relevância. A escravidão urbana tem uma estrutura diferente da rural; nas cidades, o escravo pode ser de ganho, de aluguel ou doméstico. Essa última é a mais próxima da escravidão tradicional, porém, as duas primeiras denotam uma possibilidade de o trabalhador cativo render lucros para seus senhores através da oferta de seus serviços para outras pessoas²⁰.

Em uma cidade como o Rio de Janeiro, por exemplo, algumas funções eram monopolizadas por escravos²¹. Aquelas envolvendo transportes, inclusive, geraram estruturas internas que podem ser relacionadas com os primeiros sindicatos de trabalhadores do porto, surgidos no início do Século XX²². Os escravos – de ganho, principalmente – possuíam autonomia na forma de exercer os trabalhos, e gozavam de oportunidades para aprender funções especializadas. Tudo isso gerou incômodo dentre os brancos menos abastados, que se viam ameaçados por essa concorrência.

A proximidade entre livres e escravos nos ambientes urbanos, visto que, em muitos casos, exerciam as mesmas funções diminuiu as diferenças entre eles na prática. Leis anteriormente voltadas exclusivamente para os escravos foram repensadas e, aos poucos, essa parcela da população foi inserida em um novo quadro de leis, voltado para a população livre: em 1877, no Paraná, infrações cometidas por escravos já não eram mais passíveis de castigos físicos, restando apenas a opção de encarceramento²³.

Os anúncios pelos quais profissionais se oferecem para trabalhar ou que buscam trabalhadores desde a década de 1850 já fazem referência a escravos e livres, conjuntamente.

Os anúncios referentes a escravos são mais frequentes nas duas coleções de fontes analisadas. Isso porque não havia somente a oferta de trabalho para eles; anúncios de venda, compra, e fuga de escravos aparecem juntamente com as de aluguel e “precisa-se”. Quanto aos imigrantes, é recorrente o anúncio deles oferecendo seus serviços para ensinar alguma língua estrangeira para o público.

Em alguns anúncios, há a predileção do anunciante por cativo, livre, ou europeu. Quando não há, supõe-se que o mesmo trabalho é oferecido a ambos. E é uma variedade grande de ofícios que são oferecidos sem especificar a quem, exatamente: bom aluguel oferecido a quem saiba cozinhar, ou todo serviço de cozinha em geral, para trabalhar de alfaiate, que saiba tratar de animais, trabalhar na própria tipografia do jornal, fazer compras, fazer café, oficial de latoeiro e caldeireiro, encadernador, enfim, ofícios que, se o anunciante não deixa claro, escravos e livres poderiam requerê-lo.

Desta maneira, concluímos que, a partir dessa pesquisa foi possível pensar que, apesar da escravidão e do trabalho livre apresentar grandes diferenças em suas estruturas e definições, na prática estavam lado a lado. Trabalhadores livres e cativos coexistiram até a abolição, dividindo experiências e situações nas cidades e zonas rurais ao longo do país. Embora, inicialmente, houvesse leis que buscavam manter essa diferença em vigor, salientando a natureza cativa do escravo, a convivência destes, principalmente nas cidades, com o restante da população livre mostrou mais semelhanças entre os grupos, do que diferenças.

²⁰ COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. “Espaços Negros: cantos e lojas em Salvador no Século XIX”. In: *Cadernos do CRH (Cantos e toques; etnografias do espaço negro na Bahia)*; 1991. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2097/1/CadCRH-2007-391.pdf>. p. 18.

²¹ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Cia das Letras, 2000. p. 266.

²² MATTOS, Marcelo Badaró. “Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadores no Brasil”. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, RS; 2007. p.32-33.

²³ PEREIRA, 1996, *op. Cit.*, p. 69.

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO PARANÁ PROVINCIAL (1853 – 1876)

Nome: Angela Caroline Szychowski

Orientadora: Prof^a D^a Joseli Maria Nunes Mendonça

Palavras chave: História do Paraná, Colonização por imigrantes, Colonização por Indígenas e Nacionais.

O principal objetivo do trabalho monográfico aqui apresentado consiste em investigar a inserção de três grupos distintos no contexto da imigração e colonização no Paraná provincial: imigrantes, indígenas e nacionais. Buscamos focar a atuação desses sujeitos como agentes históricos nos diversos núcleos de colonização criados com auxílio do governo imperial e provincial ou por iniciativas particulares na Província do Paraná, entre 1853-1876. Assim, a pesquisa insere-se na temática mais geral da imigração e da colonização.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados os Relatórios de Presidente da Província do Paraná, escritos entre os anos 1854 e 1876. Esses documentos encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Paraná, podendo ser encontrados também no endereço eletrônico dessa mesma instituição:

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>.

Esses relatórios passaram a ser escritos após a emancipação da Província do Paraná, em 1853. De acordo com um Aviso Circular Imperial, todo ocupante do cargo de presidente da Província tinha o dever de apresentar à Assembléia provincial um relatório, por meio do qual informasse a situação da província no ano anterior e prestasse contas das medidas de sua administração.

Por meio da leitura seriada desses documentos, pudemos perceber que eles tinham um padrão de elaboração, apresentado as mesmas temáticas principais, que eram organizadas em subitens, tais como: Família Imperial, Tranquilidade Pública, Instrução Pública, Colonização, Colônias, Catequese, Indígenas, Aldeamentos, Polícia, Estradas, Culturas (trigo, chá, algodão, erva-mate), entre outras. Na maioria dos relatórios também eram apresentados anexos, como tabelas e mapas, que demonstravam os gastos do governo, crimes, entrada e saída de pessoas da província, importação e exportação, cadeiras ocupadas por professores, quadros das paróquias, a produção em determinadas culturas e os vencimentos dos mais variados cargos.

Quando do início da pesquisa, com o desenvolvimento de um Plano de Pesquisa ligado ao PIBIC 2011-2012,¹ nossa intenção era estudar o processo de imigração atrelado aos projetos de colonização da Província. Desde então, não restringimos a leitura das fontes aos itens relacionados diretamente à imigração ou colonização. Ao contrário, os Relatórios foram lidos em sua íntegra, para que pudéssemos ter a oportunidade de perceber de forma mais ampla as questões envolvidas nas considerações dos presidentes e de outras autoridades que lhes forneciam informações em relação à colonização. Dessa forma, pudemos perceber que a política colonizatória não se restringia apenas à imigração, envolvendo os outros grupos sociais que passaram a integrar os interesses da pesquisa. Também pudemos perceber que a política de colonização não se restringia às medidas diretamente atreladas à instalação de colônias, mas abrangia outros setores da administração pública, como por exemplo, a construção e melhoria das estradas e o investimento em educação.

Assim, por meio das fontes utilizadas, reconstruímos o principal objetivo deste trabalho: investigar a inserção de imigrantes, nacionais e indígenas nos diversos núcleos de colonização criados com auxílio do governo imperial e provincial ou por iniciativas

¹ SZYCHOWSKI, Angela Caroline. **Imigração e colonização no Paraná Provincial**: Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Curitiba, 2012.

particulares. Em concomitância com a análise das fontes primárias, trabalhamos com a bibliografia já existente sobre colonização. A leitura desses estudos ofereceu subsídio para a interpretação das fontes e estas, por sua vez, possibilitaram criticar e ampliar as abordagens dessas obras, pois estas em geral constituem uma espécie de sinonímia entre colonização e imigração, desconsiderando a figura do nacional, e mesmo do indígena neste processo.

O trabalho monográfico foi estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, tratamos da inserção dos imigrantes nos projetos de colonização do Paraná e de como eles eram vistos pelas autoridades provinciais como os únicos elementos capazes de promover o desenvolvimento das colônias e da província em geral. No segundo capítulo, analisamos as avaliações dos presidentes de província em relação aos indígenas e a posição que estes ocupavam no projeto colonizatório. No terceiro e último capítulo, procuramos demonstrar que, além dos imigrantes e indígenas, os nacionais também estavam inseridos nos debates em torno da colonização da província, tendo eles, inclusive, um lugar de destaque no funcionamento dos núcleos coloniais, participando ativamente das atividades neles desenvolvidas.

A imigração européia no Brasil teve início no século XVI, com os portugueses aportando no litoral e explorando os bens que aqui encontravam. Porém, essa primeira manifestação imigratória não era voltada ao povoamento e à colonização, tendo, na verdade, um caráter de exploração. É somente a partir do século XVIII que se tem uma nova orientação colonizadora nas Américas, resultado da crescente preocupação com os vazios demográficos, característicos no Brasil daquele período.

Na Europa, muita gente estava disposta a emigrar. Os fatores que levavam essas pessoas a virem para a América eram diversos: a Revolução Industrial, o crescimento populacional e os conseqüentes desequilíbrios demográficos, a maior liberdade para emigrar devido à quebra de certos laços que prendiam o indivíduo ao lugar onde nasceu, problemas políticos, a unificação de Itália e Alemanha e a esperança de encontrar melhores condições de vida além-mar. Assim, no século XIX a América, sendo abundante em terras, acabou se tornando o centro das atenções daqueles europeus que sonhavam com melhores condições de vida e de trabalho.² As mudanças relacionadas ao trabalho na Europa também teriam influência nesse contexto. Muitos trabalhadores europeus resistiam à proletarização e optavam pela emigração, buscando terras baratas e férteis na América.³ Dessa forma, evidenciou-se simultaneamente um impulso de repulsão, ocasionado pela conjuntura do país do qual se deslocavam os imigrantes, e um impulso de atração da imigração, tão desejada e necessária ao Brasil.⁴

Diferentemente daquilo que se evidencia em São Paulo, os governos das regiões meridionais não estavam preocupados em atrair imigrantes para suplantar a falta de mão de obra nos grandes latifúndios produtores de café, agravada pelo fim do tráfico negro. A preocupação desses sujeitos dizia respeito ao preenchimento dos vazios demográficos, bem como ao desejo de se desenvolver uma produção agrícola significativa. Então, diante de falta generalizada de mão de obra, tanto nas lavouras de exportação quanto nas de subsistência, uma política imigratória diferenciada se desenvolveu em cada uma das províncias. Numa perspectiva nacional, foi sempre mais significativa a imigração destinada a suprir a carestia de trabalhadores das grandes fazendas paulistas que aquela voltada à

² Petrone, Maria Thereza Schorer. **O Imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. Col. Tudo é História.

³ WILLENS, Emilio. **Aculturação dos alemães no Brasil**. p. 33.

⁴ ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das Delícias: Estudo de um grupo imigrante ucraniano (1895 – 1995)**. p. 40.

colonização visando povoamento. O Brasil Meridional, no entanto, teria sua história marcada por essa última tendência.⁵

Com a proibição do tráfico de escravos africanos, em meados do século XIX, a elite cafeeira paulista passou a sofrer com a falta de força de trabalho nas lavouras de café. Então, solucionou-se o problema com a substituição do tráfico externo pelo interno, através da compra de mão de obra escrava de outras províncias do Brasil. Essa transferência de mão de obra em massa, concentrada e direcionada aos latifúndios exportadores de café de São Paulo, deu origem a uma carestia de trabalhadores rurais em vários pontos do país, inclusive no Paraná.⁶ Diante desta realidade, os imigrantes passaram então a ser vistos como a solução para esse problema e a temática da imigração passou a figurar significativamente nos discursos dos presidentes da província. Várias das ações governamentais passaram a ter o intuito de promover uma onda imigratória de europeus morigerados e laboriosos para o Paraná, o que seria fundamental para a solução de problemas tanto relativos à ocupação de território, quanto ao desenvolvimento das atividades agrícolas.

Os imigrantes europeus eram então considerados os mais capazes de desenvolver a agricultura, tirando proveito de toda a fertilidade dos solos paranaenses. Estas considerações ficaram bastante evidentes nos relatórios dos presidentes da província, como o elaborado por Liberato de Matos, em 1858, no qual expressa que

só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas.⁷

Além dessa visão otimista em relação ao imigrante europeu, os presidentes ainda se baseavam na crença de que a salubridade, a fertilidade do solo, a amenidade do clima e a hospitalidade do povo paranaense seriam elementos que fariam com que os imigrantes sentissem que não tinham saído da Europa, afinal, estariam em um lugar em muito semelhante àquele que haviam deixado para trás. Vaz de Carvalhaes, em 1857, afirmou que

a pasmosa salubridade dessa província, a amenidade de seu clima, a uberdade das suas terras, a hospitalidade de seus habitantes, e sobretudo a rápida fortuna que nela têm adquirido os alemães vindos da colônia Dona Francisca, e outros pontos, estabelecerão em cedo essa corrente de emigração espontânea que tanto desejamos, e que tão necessária é ao rápido progresso d'esta e de todas as províncias do Império.⁸

Porém, mesmo com todos os esforços governamentais e a fertilidade do solo e o bom clima paranaense - elementos considerados facilitadores da adaptação do imigrante

⁵ ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sergio Odilon. **O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante.** p. 62. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n1_1994/vol11_n1_1994_5artigo_61_87.pdf Acesso em: 13 de Dezembro de 2012.

⁶ BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização** in *Anais do IV Simpósio Nacional dos professores universitários de História*. São Paulo, 1969, p. 347. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=16489> Acesso em: 13 de Dezembro de 2012.

⁷ PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858, p. 35.

⁸ PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

européu - a imigração e o projeto de colonização a ela relacionado, pouco se desenvolveram. No período estudado, os presidentes consideravam que a província ainda não havia atingido o grau de desenvolvimento agrícola almejado. Muitos presidentes relacionaram esse fracasso no desenvolvimento agrícola com a falta de boas vias de comunicação na província. Para eles, a construção de estradas era essencial, porque estas permitiriam aos colonos imigrantes escoarem seus produtos, afinal, “sem vias de comunicação cômodas e meios rápidos de transporte, o comércio definha, a agricultura desaparece e a riqueza pública e particular deixam de existir.” Para muitos, esta seria “a causa da pouca imigração para esta província”.⁹

Além da falta de estradas com boas condições de tráfego, os presidentes passaram a relacionar o insucesso dos núcleos coloniais à índole de alguns imigrantes, que acabavam por contrariar a grande expectativa sobre eles construída. A atitude de alguns colonos europeus, juntamente com o desenvolvimento limitadíssimo dos núcleos, fez com que a desilusão também passasse a figurar nos discursos oficiais. Polidoro Cesar Burlamaque, em 1867, por exemplo, defendeu a idéia de que as altas despesas feitas nas colônias, até então improdutivas, “poderiam ser aplicadas em benefício de outro qualquer melhoramento público do país.”¹⁰ Diante de tais contestações, passou-se a ponderar aquilo que estava sendo feito pelo governo em favor da imigração e da colonização. Nesse contexto, surgem outros sujeitos que também teriam relação com o processo de colonização da província paranaense: os indígenas e os nacionais.

Ao defenderem a necessidade da introdução de imigrantes, os presidentes de província construíram a imagem de um Paraná provincial marcado pelo vazio demográfico. Ao comentar a mesma postura expressa pelos presidentes da Província de Santa Catarina no século XIX, Wittmann observou que “parecia até que as terras estavam apenas aguardando moradores”. A utilização do termo “vazios demográficos”, assim, remete a idéia de que ninguém habitava esses espaços, “os índios, no entanto, já viviam lá”.¹¹ Essa mesma situação pôde ser verificada nos relatórios dos presidentes do Paraná. A historiografia, por sua vez, acabou aceitando a ideia dos vazios demográficos, constantemente afirmando que a imigração foi incentivada pela preocupação com vazios demográficos, característicos do Brasil nos séculos XVIII e XIX.¹²

Essa tendência, que é marcante na historiografia referente à imigração no período, pode ser explicada pelo fato de que o país, no século XIX, buscava o que então se considerava progresso: as províncias queriam aumentar sua produção de riquezas; os fazendeiros buscavam mão de obra; empresários europeus visavam lotar seus barcos com a carga ociosa que habitava a Europa; as companhias de colonização lutavam por concessões territoriais, visando negociação com imigrantes; e finalmente, os imigrantes buscavam oportunidades para vencer. Nesse quadro de expectativas, ninguém se preocupou com os indígenas.¹³

Fazendo a análise dos relatórios produzidos no período aqui delimitado (1854 a 1876), o que percebemos é uma tendência geral de caracterizar os índios como selvagens ou seja, não aldeados, como uma verdadeira ameaça ao projeto colonizatório, uma vez que espalhavam o medo e a desconfiança naqueles que seriam os agentes desse projeto: os

⁹ PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Oliveira Lisboa na Assembléia provincial em 15 de Março de 1872. Typ. Paranaense, Curitiba, 1872.

¹⁰ PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Polidoro Cesar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867.

¹¹ WITTMANN, Luisa T. **O Vapor e o Botoque**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p. 77.

¹² BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Vol. 1; Curitiba, PR, 1969, p. 157.

¹³ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis, Edeme: 1973, p. 57.

colonos imigrantes. Porém, nesses mesmos relatórios, encontramos “posições contrárias às comuns”¹⁴: em muitos relatórios percebemos que os presidentes viam os índios como potenciais trabalhadores rurais, bem como elementos de povoação. Em 1859, o presidente Liberato de Matos destacou a importância de se “chamar à vida civilizada o maior número possível de selvagens”¹⁵ ressaltando ser este um dever de caridade e também algo de interessante à sociedade em geral. Ou seja, tem-se uma postura bastante diferenciada, na qual o indígena não aparece como uma ameaça ao projeto colonizatório, mas sim como um potencial colono.

Além dos indígenas, os nacionais também passaram a figurar nos relatórios dos presidentes da província, relacionados ao projeto colonizatório. Investigando as fontes, pudemos perceber que esses sujeitos, além de estarem presentes nas colônias ao lado dos imigrantes, representavam a grande maioria dos habitantes nesses núcleos coloniais. No relatório de 1856, o presidente Pires da Motta menciona a presença de brasileiros na colônia Thereza, através de um índice demográfico bastante significativo:

“(…) à proporção que os colonos daquela nacionalidade [franceses] abandonavam o estabelecimento, crescia o número de povoadores brasileiros, pela agregação de famílias habitantes dos municípios de Castro e Guarapuava. Hoje conta a colônia 171 brasileiros, e 19 franceses.”¹⁶

Essa presença expressiva de nacionais, em detrimento do número de estrangeiros nas colônias, fez com que entrasse em pauta, nos debates sobre colonização, a possibilidade de entregar nas mãos desses sujeitos aquelas colônias que não progrediam, bem como a realização de ações governamentais voltadas especificamente para esses sujeitos, como por exemplo, no âmbito da instrução pública.

Mesmo sendo negligenciados pela historiografia, que privilegia os imigrantes estrangeiros ao tratar da colonização do Paraná, percebemos que tanto os indígenas, quanto os nacionais foram sujeitos presentes e atuantes no processo de formação dos núcleos coloniais, sendo estes últimos até mesmo os responsáveis pela manutenção e progresso de alguns desses núcleos.

Então, contando com o apoio de estudos já realizados e consolidados sobre a temática da imigração/colonização paranaense, esta pesquisa se propôs a reavaliar a posição dos imigrantes nesses processos, bem como a inserir os sujeitos nacionais e indígenas nesse contexto de formação de núcleos coloniais, que tanto marcariam a História do Paraná. Consideramos que a relevância desta pesquisa reside no fato de tratar de grupos que em geral não são enfatizados pela historiografia voltada ao tema da colonização no Paraná.

Ao terminar o trabalho, que iniciou na Iniciação Científica e foi ampliada na realização da monografia, avaliamos que esta é uma temática que ainda oferece muitas outras possibilidades de abordagens, de problematização e de fontes a serem consultadas. Por isso, nos sentimos bastante instigados a continuar a pesquisa sobre o tema, considerando que ela traria grande contribuição para a historiografia do Paraná.

¹⁴ WITTMANN, Luisa T. Op. cit., p. 59.

¹⁵ PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859, p. 14.

¹⁶ PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Vicente Pires da Motta na Assembléia provincial em 23 de Setembro de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1856_c_p.pdf

**A CONSTRUÇÃO DO NOTICIÁRIO:
“A REVOLTA DOS MARINHEIROS DE ESQUADRA”
SOB O OLHAR DO JORNAL O PAIZ (1893-1910)**

Aluno: Fabiano da Silva Camelo

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

Palavras-chave: Imprensa; Revoltas Militares; Representação.

O presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir as representações inscritas na cobertura realizada sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910 divulgadas nas páginas do jornal *O Paiz*, “periódico de grande circulação no início do século XX¹” e publicado na cidade do Rio de Janeiro. A escolha do referido jornal como fonte de pesquisa e da cobertura dessa revolta específica ocorreu por alguns motivos: (1) pelo fato do jornal ter dado uma ampla cobertura a um acontecimento que nos leva a várias situações de síntese da Primeira República e (2) porque a Revolta dos Marinheiros de 1910, também conhecida como Revolta da Chibata², é uma das principais revoltas militares do início da nossa República e teve uma capacidade ímpar de condensar os dilemas e conflitos do período. A importância se dá por ela ter envolvido o papel das elites políticas, a relação entre a ordem republicana e os problemas sociais, os aspectos políticos e militares do período e os problemas de recrutamento e tecnologia da Armada Brasileira da época. A cobertura dessa revolta pode ser tratada como um “acontecimento-síntese”, um daqueles eventos que fazem cruzar quase todos os conflitos e quase todos os dilemas de um período.

Nosso tempo cronológico remete-nos aos estudos e análises do jornal ao longo do ano de 1910, com a deflagração da Revolta³. Voltando alguns anos antecedentes à Revolta, é possível problematizar ainda mais a questão da Marinha através das notícias divulgadas no *Paiz*, pois se obtém um padrão dos anos que antecederam a Revolta até o seu desfecho. Assim, foi preciso levantar o histórico do período através de bibliografia auxiliar e então confrontá-la com o processo de análise das manchetes do jornal, evidenciando a importância da imprensa na construção desses eventos. É importante atentar também ao fato de que, apesar do alto índice de analfabetismo no Brasil da Primeira República, os jornais funcionavam como o principal espaço e instrumento de divulgação das ideias da época⁴ e, a partir da nossa análise, a imprensa não deixa de ser uma fonte importante para compreendemos os atos de construção das imagens dos principais eventos históricos que envolveram este período. A partir de tais conceitos, dividiu-se a pesquisa metodologicamente em três momentos principais: uma revisão bibliográfica sobre a importância da imprensa para evidenciar fatos históricos, uma análise dos antecedentes que levaram à Revolta dos Marinheiros de 1910 e, por último, análise e levantamento das categorias utilizadas pelo jornal *O Paiz* para caracterizar a cobertura deste evento.

¹ EDMUNDO, L. *O Paiz nos primeiros anos do século*. In: *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

² MOREL, E. *A revolta da chibata*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

³ Na noite de 22 de novembro de 1910, um grupo de marinheiros dominou os principais navios da Marinha que estavam ancorados nos portos do Rio de Janeiro, com isso ameaçando a segurança da cidade. Os marujos estavam cansados das más condições de trabalho, baixos salários, falta de especialização técnica para o desempenho de suas funções e do regime de escravidão na Força Naval, configurado pelo uso do açoite. Assim, por esses motivos, exigia-se uma mudança drástica no regime de opressão e escravidão ainda vivo na Marinha Brasileira. Os aspectos militares e políticos dessa rebelião fazem-na sumamente interessante para ser conhecida pelas novas gerações e dão um quadro vivo do ambiente reinante na Primeira República.

⁴ GARAMBONE, S. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

O cenário escolhido é a capital do país: o Rio de Janeiro. Essa cidade não passou por mudanças sociais de relevo com a proclamação da República, segundo Carvalho⁵; ainda de acordo com o autor, havia uma minoria alfabetizada que comandava o cenário político, pois mesmo com início do governo republicano a participação política popular ainda era muito precária. Nas palavras do pesquisador, a maioria dos brasileiros era analfabeta, entre esses incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais e, nas cidades, muitos dos votantes que eram funcionários públicos controlados pelo governo⁶. Enfim, a situação dos cidadãos votantes do país não era exatamente aquela na qual se exerce a cidadania, pois eles não tinham noção do que era um governo representativo de fato e nem sabiam muito precisamente o significado de escolher seu representante político. Era importante a consolidação republicana, pois isso implicava em esforço de criação de um consenso entre vários grupos sociais.

Apesar do Estado não ter construído sólidos mecanismos de participação política para os pobres, ainda assim outro componente da cidadania estava em processo avançado de estabelecimento: a capacidade do Estado de alcançar indivíduos e grupos com suas instituições e políticas. Esse instrumento proclamado pelo Estado, segundo Carvalho, teve seu maior poder de atração no fato de fornecer a esses grupos o caráter ilusório de igualdade entre todos os indivíduos. Na passagem de um Estado escravista, no qual os agentes político-institucionais eram apenas os proprietários de escravos e os seus aliados, a um Estado burguês moderno, em que todo indivíduo nascido no território nacional era declarado cidadão, seria previsível que implantassem mecanismos de limitação da participação política efetiva. Isso em decorrência de que qualquer extensão eventual da participação política provocaria não apenas incômodos operacionais ou cisões no seio das classes dominantes, mas também o perigo da subversão por via institucional da ordem social vigente. Em consonância com a situação encontrada entre o final do século XIX e o início do XX, outro fator importante apontado por Carvalho são as revoltas militares. Como exemplo pode-se citar a Revolta da Armada que consistiu na indignação militar perante o governo constituído, e embora tenha sido de natureza estritamente militar e política, acabou mostrando algumas fragilidades da República. Também pode-se colocar como exemplo as revoltas de caráter social lideradas pelas praças, ocorridas na Marinha, e mais especificamente a Revolta dos Marinheiros de Esquadra no ano de 1910, objeto de estudo no presente trabalho.

Agora, faz-se necessário apontar a relevância da fonte utilizada para nossa análise. Afinal, a imprensa do Rio de Janeiro tornou-se um elemento de ampla importância na divulgação sobre os movimentos sociais, as transformações da cidade e as contradições do governo republicano. Para o desenvolvimento deste trabalho, tomam-se como base as perspectivas metodológicas de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974)⁷, pois as autoras abordam a importância da imprensa como objeto de investigação e ao mesmo tempo levantam uma crítica aos estudos históricos no Brasil que tem diminuído essa importância, utilizando-se da imprensa apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentações. A análise se fundamenta nos procedimentos elencados na obra *Fontes Impressas*, particularmente no capítulo intitulado “História dos, nos e por meio dos periódicos”, de Tânia Regina de Luca⁸. A escolha de um único jornal

⁵ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁶ *Idem*, op. cit.

⁷ CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. *O bravo matutino: Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. Ed. Alfa-Ômega, 1980.

⁸ DE LUCA, T. R. *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

como fonte de estudo justifica-se pela compreensão de que a imprensa foi e é um instrumento de intervenção na vida social, negando aquelas afirmativas que a colocam como mero veículo de informação, um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos⁹. Os jornais do período no qual a revolta se sucedeu dão acesso à contradições e ambivalências no interior de um único posicionamento e, assim, a presente monografia escolheu um único jornal que possui uma espécie de pluralidade. Além disso, cada periódico, longe de indicar uma postura única, dá acesso a um leque de ideias políticas no interior do conjunto formado pelas posições políticas possíveis, o que é outra forma de pluralidade. Os veículos formadores de opinião pública no início do século no Brasil não eram muitos, apenas os jornais e as revistas retratavam, noticiavam e influenciavam a sociedade na virada do século, diferentemente da sociedade midiática de agora. O cidadão das grandes cidades lia o mundo incapacitado tecnologicamente de vê-lo, ouvi-lo ou mesmo de conectar-se a ele. Segundo Garamboni¹⁰, os jornais do início do século XX que ele pesquisou estavam interagindo através dos conteúdos de suas reportagens, mostrando a concepção do passado por meio dos agentes sociais do período e seus acontecimentos históricos, com isso o autor deixa clara a importância dos periódicos em sua totalidade, enquanto agentes de uma visão formadora de opinião.

Nesse sentido, atentamos para a importância dos discursos veiculados na imprensa como construtores e divulgadores de ideias e opiniões. A pesquisadora Eni Orlandi¹¹, por exemplo, assinalou o papel do discurso como elemento inegável na constituição de consciências coletivas. Para ela, os discursos carregam signos com variadas ideologias, uma assimetria limitada de ideias que direcionam o leitor às opiniões muitas vezes pré-concebidas, de tal modo que um texto pode conter muitos significados. Afinal, cada leitura se constitui numa interpretação de tal forma que os jornais desse período utilizavam-se de discursos para construir sua visão, a qual eles tinham sobre determinado movimento. De certo modo, a análise do periódico é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que ele tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação dialógica. No caso da leitura d'*O Paiz*, podemos analisar como esses discursos jornalísticos interpretavam ou retrabalhavam a representação da Revolta da Chibata diante do contexto político-social da época. Aliado a tudo isso ainda temos outras questões: a financeira, os anúncios, investidores e o mercado; essas questões de capitalismo, segundo Sodré¹², influenciam muito no discurso do jornal. O autor retrata em sua obra o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando o sistema econômico e a imprensa como intimamente ligados.

Na ideia de representação, elencamos os estudos de Roger Chartier, pois o mesmo faz uma análise no sentido de buscar aspectos que se encaixam no que o autor denomina de representações coletivas ou símbolos que:

[...] fornecem uma organização conceitual ao mundo social ou natural construindo assim uma realidade apreendida e comunicada [...], pois define a função simbólica (dita de simbolização ou de representação) como função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos linguísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou de conhecimentos científico. A tradição do idealismo crítico designa assim por

⁹ CAPELATO; PRADO, 1980

¹⁰ GARAMBONE, S. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

¹¹ ORLANDI, E. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Ed. Pontes, 2005.

¹² SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

‘forma simbólica’ todas as categorias e todos os processos que constroem ‘o mundo como representação’¹³.

Nesse contexto, os jornais tentam trabalhar com a construção do real, dependendo do que se quer representar. Em nosso trabalho, procuramos analisar quais são as construções simbólicas elaboradas no discurso do jornal *O Paiz* sobre a Revolta dos marinheiros. Essas construções abordam os personagens envolvidos no evento dentro de um contexto político e social; levantam a percepção de sociedade nesse tempo histórico; trazem o envolvimento dos atores sociais; abordam quem são os revoltosos e quais eram suas motivações políticas.

Como caminho para identificar a construção dessas representações, utilizo a proposta de Koselleck¹⁴, que consiste em trabalhar a teoria semântica dos pares de contraconceitos assimétricos como método de análise e interpretação das ideias, categorias e modos de ver da realidade. Reinhart Koselleck elabora um estudo histórico e teórico de formações conceituais que foram usadas por grupos de pessoas como forma de identificação mútua, portanto de exclusão dos outros. Para Koselleck, o uso desse tipo de conceito é uma forma de ação política; essas formações geralmente ocorrem na forma de "pares de contraconceitos assimétricos". Cada par é composto por um conceito positivo e um negativo, sendo este definido em mera oposição ao elemento positivo. Em nossa investigação, percebemos que existem alguns pares de conceitos assimétricos na abordagem jornalística realizada pelo jornal *O Paiz* que ajudarão a identificar quais os elementos ou categorias que formarão as representações dessa Revolta. No processo da pesquisa, é possível também enxergar através da análise como esses pares de conceitos assimétricos são utilizados pelo periódico de maneira categórica.

De acordo com as reportagens analisadas, durante a semana que ocorre o evento¹⁵, há uma mudança progressiva nos conceitos utilizados pelo periódico para explicar ou fazer referência ao movimento e aos personagens nele envolvidos. A revolta em si, à medida que ganha forças, ganha também as primeiras páginas do periódico, com a frase “A REVOLTA DOS MARINHEIROS” em destaque com letras garrafais em todas as edições da semana em que os amotinados estiveram a bordo dos navios, apontando os canhões para a cidade. Na medida em que se desenvolve a cobertura do evento, surge uma mudança de perspectiva sobre os marinheiros e sobre a Revolta, isso gera representações diferentes sobre ela em diferentes momentos da cobertura ou do discurso produzido pelo jornal. Nas primeiras edições¹⁶, os marinheiros são tratados como simples revoltosos, usa-se o termo pejorativo “Marinhagem” e eles são associados à desordem, além disso, são recorrentes os conceitos “Revoltosos” ou “Revoltados” e os seus atos recebem os termos “Revolta” ou “Insubordinação”. Todas essas categorias são tratadas como conceitos em oposição às palavras publicadas nas matérias editadas no meio da semana, nas quais aparecem as reivindicações desses marinheiros e a verdade sobre os fatos de como esses marinheiros eram tratados a bordo de seus navios. Um exemplo claro desse movimento de mudança é o jornal *O Paiz* do dia 25 de novembro de 1910, pois a palavra usada em oposição ao termo “Revoltosos” é “Reclamantes”, na matéria intitulada “Difícil Problema”¹⁷, em que aparecem as causas que levaram os marinheiros a apontar os canhões

¹³ CHARTIER, R. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 19.

¹⁴ KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

¹⁵ Os jornais analisados foram *O Paiz* da semana da Revolta dos Marinheiros, do dia 23 ao dia 28 de novembro de 1910.

¹⁶ *O Paiz*, 23 de novembro de 1910.

¹⁷ *O Paiz*, 25 de novembro de 1910.

dos navios mais poderosos da Marinha para a cidade do Rio de Janeiro. As representações que identificamos sobre a revolta nos levam a conclusão de que inicialmente ela foi representada como um movimento violento contra valores republicanos e, na medida em que o jornal foi tendo um contato maior com a realidade que se passava a bordo do navio, houve uma mudança sensível do olhar sobre essa revolta. O jornal já passava a reconhecer as reclamações dos marinheiros com certa legitimidade. *O Paiz* tem sua origem caminhando junto com os membros dos primeiros partidos republicanos, o mesmo tinha uma tradição republicana e apesar de todas as influências que sofreu durante os anos, muitos dos seus antigos redatores defendiam essa tradição. Tanto que, nas edições dos dias 24 e 25¹⁸, o jornal usa o termo “Governo” separado do termo “República”. O tratamento dado aos marinheiros num segundo momento mudou, era considerado um ato bárbaro que ia contra a “Lei da Civilização”¹⁹, percebiam-se traços da escravidão e outras práticas oriundas do Antigo Regime que eram mantidas pela Marinha sem o conhecimento da população. Quando essas causas vieram à tona através dos radiogramas enviados dos navios e pelos relatos do deputado José Carlos de Carvalho, que esteve a bordo dos navios amotinados, o jornal condenou o tratamento que era dado a esses marinheiros e combateu os traços escravistas, pois estes eram considerados resquícios de um modelo político retrógrado. A votação a favor da anistia dos marinheiros foi defendida pelo periódico em todas as edições, seja pelo medo de um possível bombardeio à capital, ou por respeito aos marinheiros, pois era reconhecido que os mesmos detinham uma excelente técnica na condução dos navios e grande capacidade de liderança e disciplina. É importante salientar que as ações dos marinheiros continuaram a ser condenadas pelo periódico, pois o título principal, “Revolta”, não mudou, e a preocupação com a imagem da nação era constante. Em suas edições, *O Paiz* aborda o governo como defensor da República e da Nação, tendo portanto a obrigação de defendê-la a qualquer custo. Na edição do dia 24²⁰, o periódico coloca que o governo não pode sob tal pressão satisfazer as aspirações dos marinheiros por mais justas que elas fossem, eles deveriam primeiro arrepender-se dos seus atos. Assim, por mais que as motivações contra os abusos militares já sejam reconhecidas pelo jornal, ele condena qualquer ato de violência, seja por parte dos marinheiros, seja por parte do governo.

Assim, conclui-se que o jornal se manteve fiel a uma postura política republicana, pois o mesmo faz uma comparação do movimento através desta ótica e traz nas reivindicações desses marinheiros os valores republicanos. Além disso, ele é um dos agentes que busca a criação de um consenso entre os grupos sociais, por isso sua mudança de postura ao longo da semana do evento. Há também a questão de que a revolta deveria ser ainda condenada nas suas últimas edições, e também observa-se o retorno do termo “Revoltosos” logo após a anistia ter sido concedida, pois o modo violento como se deu esse episódio vai contra os valores republicanos. O periódico, no final, reconhecerá as reivindicações sociais desse grupo, pois admite muitos desses direitos como valores que a própria República defende para os seus cidadãos, mesmo que esse grupo de marinheiros não tivesse todos os direitos de fato que o modelo de cidadão defendido por esse jornal republicano possuía. Assim, as representações mostram que, da mesma maneira que a revolta em si não é um ato republicano, as condições às quais os marinheiros eram submetidos dentro dos navios também não eram defendidas pela república.

¹⁸ Edições d'O Paiz dos dias 24 e 25 de novembro de 1910.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ O Paiz, 24 de novembro de 1910.

OS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DA UMBANDA E A VISÃO PLURAL DE SOCIEDADE E DA CIDADANIA NO BRASIL – CURITIBA, FINAL DA DÉCADA DE 1970

Palavras-Chave: Umbanda, cidadania, multiculturalismo

Jaqueline Soares Baldaia

Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima

O presente estudo se propõe a analisar como ocorreu, em Curitiba, os processos de legitimação da Umbanda por um meio específico: o jornal. Em todo o país, os jornais do Império até a década de 1960 publicam matérias relacionadas às práticas de origem africana/crenças mágico-religiosa populares e às reações de setores hegemônicos da sociedade frente a elas, com atitude e disposição repressivas. Entretanto, a partir da década de 1960 e principalmente da década seguinte, a Umbanda começa a aparecer com uma visibilidade positiva na imprensa nacional e ganha repercussão. Essa nova “atitude” da imprensa jornalística em relação a Umbanda demonstra uma modificação mais ampla que estava ocorrendo na sociedade brasileira, que passava a ser vista de forma mais plural e a oferecer novas aberturas e demandas. É neste contexto em que se analisará, em Curitiba, o aparecimento da coluna Umbanda/Candomblé¹, em 1978, num veículo da imprensa de grande circulação na época, destinado à classe média curitibana e com forte tendência conservadora: O Diário do Paraná.

Para o Stuart Hall, sob a pressão da diferença multicultural, alguns Estados têm sido obrigados a um programa reformista, em que o Estado reconhece formal e publicamente as necessidades sociais diferenciadas, bem como a crescente diversidade cultural de seus cidadãos, admitindo certos direitos grupais e outros definidos pelo indivíduo, contrariando aquele ideal da cidadania universal e a neutralidade cultural do estado universalista liberal, pós-iluminista, liberal, racional e humanista da cultura ocidental. É possível notar, com a leitura da coluna, a abertura da visão de cidadania no Brasil para alguma medida de multiculturalismo. A coluna testemunha o cruzamento de alguns processos que estavam ocorrendo com a Umbanda, notadamente sua “universalização” presente no discurso da colunista que aponta para uma desetnificação e desafricanização da religião, num discurso de mestiçagem. É importante também observar o modo como essa abertura na visão na sociedade brasileira, no âmbito cultural, ocorria em meio a um processo de restrição da participação política. O Diário do Paraná foi inaugurado 22 de Março – aniversário de Curitiba, em 1955, de propriedade de Assis Chateaubriand, o comandante do então chamado “Império Associado. O jornal circulou até 26 de janeiro de 1983, após a morte a sua morte e a decadência de seu império formado pelos Diários e Emissoras Associados – o grupo de jornais era capitaneado pelo jornal do Rio de Janeiro, e o das rádios pela Rádio Tupi, também do Rio -, foram divididos por disputas internas de poder e interesses. De acordo com os depoimentos e das matérias presentes no livro, é possível notar que o Diário era um veículo de postura de direita, conservador. O autor do livro “O Diário do Paraná na sociedade e imprensa paranaenses”, Carlos Danilo Costa Cortês, iniciou sua carreira como repórter de setor, permanecendo no jornal até o seu fim, ocupando a diretoria em 1981. Em entrevista para a TV educativa, transcrita no final de seu livro, se declara de acordo com os princípios da “Revolução” de 1964, tendo sua vida toda pautada no combate ao comunismo.

¹ Disposta em micro-filme na Biblioteca Pública do Paraná

Num primeiro momento do estudo, será analisado o estado das discussões sobre Umbanda e sociedade no Brasil, a qualificação do jornal e da coluna, seguida de uma discussão sobre classe média e ditadura no Brasil, com o objetivo de localizar historicamente o processo de legitimação da Umbanda e o aparecimento da coluna no Diário do Paraná. A coluna, que será utilizada como o objeto da pesquisa, é assinada por Dirce Alves durante os anos de 1978 e 1979, diária, trata de assuntos cotidianos da Umbanda e do Candomblé em Curitiba, noticiando festas, inaugurações de terreiros, iniciações, visitas de religiosos de fora da cidade, promovendo e divulgando as casas da cidade, seus horários e dias de funcionamento, esclarecendo as atividades desenvolvidas e informando também eventos relacionados à Federação Paranaense de Umbanda e Candomblé, como eleições, cerimônias de posse, excursões, comissões, viagens, conferências, convenções, etc. Uma grande parte das colunas possui portanto, um caráter informativo e de divulgação. Por vezes, as colunas também assumem um caráter mais explicativo de alguns funcionamentos das duas religiões, como descrições detalhadas acerca dos cultos, trabalhos, cargos e funções desenvolvidas, assim como de fundamentos centrais, mitologia, linhas de trabalho e expõem também, a história da vida de alguns sacerdotes e personagens importantes. As leituras obtidas com a coluna demonstram a preocupação da autora da coluna e da equipe pela qual ela era apoiada em tornar alguns conceitos dessas religiões acessíveis ao público em geral, promovendo-as. Nos primeiros meses de 1979, além da coluna Umbanda/Candomblé encontramos no jornal três cadernos especiais dedicados à coluna em que se destaca o seu aniversário de um ano e o envolvimento da coluna com a equipe da produção do jornal pela qual ela era apoiada, que na época, participava de uma pesquisa de opinião pública sobre os terreiros e sacerdotes de Curitiba, premiando-os no jantar de aniversário da coluna, promovido pelo jornal O Diário do Paraná.

A partir da coluna, é possível discutir a posição que a religião estava estabelecendo perante a sociedade, com as demais instituições, comunidades e público curitibano, inserindo-a dentro de um processo histórico nacional complexo de legitimação da religião e discutindo as estratégias que estes adeptos definiam diante de um campo cultural bastante disputado, num processo de visibilidade e legitimação, destacando a importância da atuação das federações e notadamente, da Federação de Umbanda e Candomblé, criada no ano de 1975, que se insere num amplo contexto do surgimento de organizações vinculadas a identidade no país. É necessário, para tanto, analisar o próprio aparecimento da coluna no veículo em que aparece, nesse final da década de 1970, época em que os sacerdotes ainda estabeleciam suas casas nesta região e a Umbanda, apoiada pelo movimento federativo se expandia no país, reconhecida e estimulada pelo governo de então, mas ainda com grande enfrentamento por parte de setores da sociedade.

O antropólogo Jocélio Teles dos Santos analisa matérias referentes às religiosidades afro-brasileiras em jornais de grande circulação da Bahia e do Rio de Janeiro na década de 1960, e percebe que, ao compará-las com as da década seguinte, as matérias revelam transformações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira. A imprensa, nesse sentido, aparece como “termômetro” para se analisar mudanças mais profundas que estavam ocorrendo em âmbito nacional. Se nos períodos anteriores, as matérias tinham explicitamente um caráter discriminatório, a partir da década de 1960, ocorre além de um aumento no número de matérias destinadas às religiões de matriz africana, uma forte tendência a se apresentarem conteúdos positivos, para na década de 1970, a exemplo da coluna Umbanda/Candomblé, aparecerem matérias que elevariam as religiões afro-brasileiras à condição de símbolo nacional. Na coluna “Umbanda, o milagre sócio-religioso”, por exemplo, Dirce Alves destaca o caráter genuinamente

brasileiro da Umbanda: ela seria o Brasil, com toda a sua diversidade étnica e sócio-cultural, e atravessaria todas as classes sociais. Com uma origem genuinamente brasileira e portanto sincrética, a Umbanda também uniria no seu culto, as características de todos os outros cultos praticados no Brasil. Segundo a colunista, o Brasil já seria uma nação preponderantemente espírita, umbandista. Para Jocélio Santos, matérias como essas, constituem “provas cabais” do que ocorria em espaços oficiais e públicos, assim como no pensamento das camadas médias e elites brasileiras, indícios que teriam sido incorporados pela mídia. Nos anos 1970, aparecerão nos jornais baianos matérias reveladoras de discursos oficiais sobre a relação dos seus líderes com o poder público, a sua definição como seita ou folclore, a obrigatoriedade da licença policial para o funcionamento dos terreiros e o crescente estímulo ao candomblé como atração turística, assim como a ideologização da mestiçagem brasileira, fundamentada numa união de raças. O Candomblé, que na mentalidade de alguns ainda era considerado uma seita composta por pessoas semi-analfabetas e com costumes primitivos, passava a se constituir um símbolo, por excelência, de baianidade. Junto com a capoeira e a culinária, ele foi incorporado pela mídia, por órgãos públicos, empresas privadas como uma das marcas registradas da Bahia. Essas releituras do Candomblé de que o autor comenta, devem ser consideradas em um ambiente sociopolítico e cultural, e através de um quadro de construções discursivas sobre a redescoberta do continente africano no Brasil. Nessas reinterpretações, que abrangiam também outros textos como as músicas de compositores baianos, a produção cinematográfica e a produção acadêmica da década de 1960, havia uma absorção da imagem de uma Bahia mística, com a sua antiguidade histórica, a sua beleza arquitetônica natural e principalmente, a sua originalidade cultural, pois os signos do Candomblé, basicamente os orixás e as insígnias, passavam a ser veículos de informação sobre a autêntica representação da origem africana na sociedade brasileira. Essa articulação entre cultura e política, verificada já ao final dos anos 1950 com o governo Juscelino Kubitschek, haveria de se desdobrar, no período autoritário, em novos discursos e práticas.

A década de 1970 também marca, em nível nacional, o ápice do crescimento da Umbanda em números de terreiros e de seu fervor federativo. Data dessa mesma década, a criação, em Curitiba, da Federação Paranaense de Umbanda e Candomblé. A evidência desse crescimento foi uma maior visibilidade que as casas de umbanda passaram também a ter na imprensa. Em Salvador, as lideranças umbandistas teciam relações com as instâncias do poder em busca de legitimidade numa sociedade marcada pela presença do Candomblé, fazendo ressonância do que ocorria em outros estados. No Rio de Janeiro por exemplo, havia sido apresentado pelo deputado Átila Nunes (MDB), vice-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, líder umbandista, um projeto de lei obrigando as escolas públicas a ensinarem o espiritismo e umbandismo às crianças de famílias que professassem as duas religiões. Dirce Alves escreve sobre reações por parte de personalidades do mundo científico brasileiro contra essa reivindicação e aponta que “grande número de porta-vozes de associações científicas, profissionais, etc., católicos ou não, vêm revelando preocupação com o grande crescimento da Umbanda.”

Apesar da liberdade de culto ter sido incluída desde a Constituição Federal de 1946, é recente a adoção de medidas por parte do Estado no sentido de eliminar os mecanismos legais de repressão sobre as religiões afro-brasileiras. É apenas nas décadas de 1960 e 1970, com a aproximação dos representantes oficiais com o povo-de-santo que de religião secularmente perseguida pelo Estado, a Umbanda e o Candomblé passavam a ter relações positivamente publicizadas pelo poder público. Exemplos disso podem ser notados no destaque dado a imprensa nos cinquenta anos de liderança da Mãe

Menininha em 1972, assim como a capa “O Brasil baiano: a redescoberta do Brasil” na revista VEJA, em 1971 claramente um convite ao “reconhecimento das origens”, e em 1977, a condecoração da ialorixá Olga de Alaketu pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, fatos que demonstram a elevação da religião afro-brasileira à condição de símbolo nacional e a presença oficial no seu reconhecimento e legitimação, inseridos num projeto de ação governamental de conservação e desenvolvimento, com base na consolidação da nacionalidade brasileira.

Num segundo momento da pesquisa, o foco será em como a Umbanda, na visão de Dirce Alves, tendo sido gestada em e para uma nova sociedade brasileira num contexto de secularização e individualização, legitima-se em meio às idéias emergentes de cidadania e democracia no Brasil. Para tanto, é necessário analisar na historiografia a respeito da cidadania no Brasil, a inclusão da pluralidade, notadamente da pluralidade religiosa, nas demandas por ampliação dos direitos no país. Segundo Ângela Randolpho Paiva, as grandes teorias que surgem no século XVIII a partir do ideário iluminista, para chegar às teorias liberais, socialistas e comunitaristas do século XIX, aliadas ao surgimento dos Estados Nacionais, do Estado do direito e da sociedade civil e as primeiras análises sociológicas, são, em suma, mudanças profundas em direção a uma visão de mundo secularizada e centrada no indivíduo. Dada as referentes mudanças da vida religiosa, torna-se importante analisar de que maneira a religião convive com a crescente secularização do mundo, de que forma aporta para o enriquecimento da nova esfera pública, como ela se relaciona com as outras esferas, e como, se tornando uma importante instância que leva a participação do indivíduo no mundo, a religião está presente nas visões de mundo, que ainda costuma nortear. A esfera religiosa passa a promover um movimento em direção ao mundo secularizado, que passa a ser a sua própria força. Neste sentido, a autora analisa algumas mudanças que aconteceram com o catolicismo brasileiro: a extrema desigualdade brasileira e os valores de igualdade, liberdade e justiça social passam a nortear a prática católica, até então profundamente conservadora, centralizadora e hierárquica. Tendo como referência as análises da coluna, é possível dizer que além desse da individualização descrita nesse novo modelo de catolicismo estudado por Ângela Randolpho paiva, pautado na “ética secular”, estava ocorrendo um outro processo de individualização que é esotérico – isto é, a busca no além do atendimento às necessidades íntimas e imediatas.

Dirce Alves se refere a Umbanda como religião “universal” que atinge todas as classes sociais, e portanto a religião brasileira por excelência, pois consegue “dar conta” das suas profundas desigualdades sociais, contradições da cidadania brasileira. A Umbanda não seria uma religião conservadora, centralizadora e hierárquica, mas voltada pra uma sociedade em que os idéias são aqueles de liberdade e justiça. A colunista explica porque o povo acorreria cada vez mais numerosos aos terreiros. Para Dirce Alves, a Umbanda teria duas características básicas: é a resposta ao sofrimento moral e físico e teria a característica de fonte de atração para a alma humana - a liberdade da religião, que não cerca o homem de proibições absurdas inconcebíveis ao mundo moderno, além de oferecer a quem procura a possibilidade de liderar. Diferentemente de outros modelos de “religião universal”, Dirce Alves acentua a função religiosa da Umbanda como resposta aos sofrimentos desse mundo, ao invés de focar na questão salvação. A coluna do dia 31 de Janeiro de 1978 é intitulada “A Umbanda, o milagre sócio-religioso”. A autora retoma a visão da Umbanda como “religião universal”, referindo-se às classes sociais. Nesta coluna, Dirce Alves descreve paralelamente dois cultos de Umbanda em lugares diferentes: o primeiro em uma mansão de um bairro residencial, e o outro em uma casinhola num bairro pobre. Após essa comparação, afirma que “isto tudo é Umbanda”, a religião que paulatinamente vai

tomando conta de todas as camadas sociais que formam a população brasileira. “Ela é o Brasil com a sua miscigenação social religiosamente acentuada (...). É a junção de toda doutrina num único sistema filosófico religioso, com dosagem diferente..., porém todas dentro dos mesmos princípios encaixados no Evangelho introduzido pelo catolicismo e pelo espiritismo: amai-vos uns aos outros. Umbanda é amor, unindo todas as classes sociais.”

Na coluna O pai-de-santo dentro da sociedade, vemos a função do médium com uma dimensão “solidária”: o papel da religião é atender as necessidades individuais e o anseio pelo ideal da igualdade e da justiça social. A Umbanda não é somente espiritismo. “É religião divina, humanitária e pura. Solução dos problemas para a humanidade.” Na coluna, Dirce Alves afirma que, ser Pai de Santo ou Babalorixá vem acompanhado de grande poder e responsabilidade que devem ser dosados e bem aplicados com “sabedoria e amor ao próximo”.² Apesar de serem nada mais do que sacerdotes da religião, devido à posição que ocupam dentro da seita, são procurados constantemente pelos leigos e desesperados, e podem influenciar várias pessoas ao mesmo tempo. Embora sujeitos ao erro como qualquer pessoa, devem ser prudentes e de boa vontade, caritativos e sem interesses financeiros. Os guias espirituais da Umbanda para a colunista, devem trabalhar sempre em benefício da humanidade, da prática do bem e da caridade. A Umbanda está sempre de portas abertas para através de seus guias, para proteger seus filhos e resolver os problemas de pessoas aflitas que dela necessitam e a procuram para a sua salvação e estão cansados de bater em outras portas; então a Umbanda, acolhedora, “como mãe carinhosa lhes abre os braços e os levanta, retirando-os da podridão humana em que foram lançados.”

Na última parte do estudo, serão analisadas as concepções de Dirce Alves acerca do Candomblé, da Quimbanda, do Espiritismo e Catolicismo e como ela entende o “sincretismo religioso umbandista” e sua relação com essas religiões. Para Renato Ortiz existem três formas legitimadoras que concorrem para integração da Umbanda na sociedade brasileira: a antiguidade da religião (aproximação com o candomblé), o discurso científico (aproximação com o kardecismo) e o discurso cultivado. É importante analisar os caminhos de legitimação da Umbanda que a autora percorre e seu diálogo com alguns intelectuais.

² Coluna “A importância do pai-de-santo dentro da sociedade”, 07/04/1978.